

**CAMILA SOBREIRA DE SOUZA**

**ENTRE MÚLTIPLOS DISCURSOS E ENQUADRAMENTOS: OS QUADROS DE SENTIDOS SOBRE AS MULHERES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Nathália Thaís Cosmo da Silva

Coorientadoras: Amanda Braga de Melo Fadigas  
Rayza Sarmento de Sousa

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S729e  
2021 Souza, Camila Sobreira de, 1997-  
Entre múltiplos discursos e enquadramentos: os quadros de sentidos sobre as mulheres atingidas pela barragem de Fundão em Minas Gerais / Camila Sobreira de Souza. – Viçosa, MG, 2021.

1 dissertação eletrônica (132 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Nathália Thaís Cosmo da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, 2021.

Referências bibliográficas: f. 107-121.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.143>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres - Aspectos sociais. 2. Gênero. 3. Desastres ambientais - Minas Gerais. I. Silva, Nathália Thaís Cosmo da, 1987-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 305.42098151

CAMILA SOBREIRA DE SOUZA

**ENTRE MÚLTIPLOS DISCURSOS E ENQUADRAMENTOS: OS QUADROS DE SENTIDOS SOBRE AS MULHERES ATINGIDAS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO EM MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 22 de dezembro de 2021

ASSENTIMENTO:



---

Camila Sobreira de Souza  
Autora



---

Nathália Thais Cosmo da Silva  
Orientadora

Dedico este trabalho à todas as trabalhadoras rurais não registradas que vivem sem a garantia de direitos que são seus desde muito novas. À todas as mulheres atingidas por barragens que seguem na luta. À força e a resistência do MAB e do Movimento Sem Terra. À todas as mulheres pretas, as mulheres trans, bissexuais e lésbicas, às mulheres mães e não mães.

Por Marielle.

Seguimos juntas na luta!

## AGRADECIMENTOS

Início os meus agradecimentos trazendo primeiramente as duas pessoas que me ensinaram a ser grata: meus pais, Francisco e Vânia. Eu cresci ouvindo vocês dizerem que “na vida somos uns pelos outros, Camila” e esse pensamento me faz ser quem eu sou desde que me lembro. Obrigada por todo amor, apoio e compreensão nesse processo. Obrigada por todos os enfrentamentos que tiveram ao longo da vida para que eu chegasse até aqui. A experiência de vir ao mundo como a única filha de vocês é indescritível.

Agradeço ao meu avô por em 1993 – quatro anos antes do meu nascimento – comprar o sítio no qual eu cresci. Minhas escolhas não teriam sido as mesmas se eu não tivesse experienciado o campo desde os primeiros anos de vida, correndo pela menor e mais linda casinha do mundo.

À minha amiga e irmã de vida inteira Vitória, por me dar a alegria de partilhar com ela a melhor infância na roça, fazendo todas as estripulias possíveis. Você é a minha memória externa, minha maior certeza!

À Talita, por segurar a minha mão até na porta que me levou para a entrevista do processo seletivo do mestrado. Saber que você estava lá fora bastava. Obrigada por viver meus sonhos como seus e por vibrar hoje e sempre comigo. Nossa reciprocidade seguirá sempre viva.

À Isabella, “minha grande amiga Bella” por saber viver meus dias de luta e de glória em perfeita sintonia com o que eu sinto e pela presença constante na construção dessa dissertação. Спасибо!

Agradeço à Anna Beatriz, por segurar com amor e paciência os percalços dos últimos meses como se me conhecesse uma vida inteira. Seu coração é um dos mais gentis que eu conheço.

Aos meus amigos do mestrado, uma coisa que nunca contei: em 2019, dois meses antes de me mudar para Viçosa, numa mesa de bar aqui em Barbacena, eu disse: “vocês não ficam curiosos para saber quem são as próximas pessoas que vão chegar na sua vida? Eu vou me mudar logo mais e não vejo a hora de saber quem são essas pessoas, o que elas pensam... Pode ser que eu conheça alguém que leve pra vida inteira” meus amigos, eu estava ansiosa por vocês! E quando os conheci foi melhor do que qualquer expectativa. Ao Renato (o primeiro a conversar comigo na BTT), à Hellen, que partilhou de diversas similaridades dessa experiência comigo, à Clara e a Bianca, ao Marco e a Angelina que me permitiram construir laços em pleno caos de pandemia, muito obrigada!

Agradeço a minha orientadora Nathália Cosmo por acreditar em mim desde o primeiro momento e pela orientação atenta. Por saber apontar os caminhos que me levariam ao melhor que eu posso ser. Garanto que levarei estes aprendizados para a vida toda!

Às minhas coorientadoras, Amanda Fadigas e Rayza Sarmiento, pelas contribuições tão valorosas e por terem aceitado entrar nessa jornada comigo.

Agradeço ao professor Marcelo Romarco por ser minha referência de sensibilidade e empatia dentro do departamento. À professora Sheila Doula e ao professor Douglas Mansur pelas aulas incríveis – sem precisar de um papel sequer em mãos – que sorte a nossa! Agradeço ao Romildo pela atenção e disponibilidade com que sempre se dispôs a ajudar a mim e a todos os outros.

Por fim, agradeço a Deus por amparar meus momentos de angústias e incertezas, fornecendo as soluções e os caminhos para as minhas vitórias.

O presente trabalho foi realizado com a concessão de bolsa e apoio do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, para a qual deixo também o meu agradecimento.

## RESUMO

SOUZA, Camila Sobreira de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2021. **Entre múltiplos discursos e enquadramentos: os quadros de sentidos sobre as mulheres atingidas pela barragem de Fundão em Minas Gerais.** Orientadora: Nathália Thaís Cosmo da Silva. Coorientadoras: Amanda Braga de Melo Fadigas e Rayza Sarmiento de Sousa.

Este trabalho tem como objetivo compreender quais são os quadros de sentidos elaborados pelos diversos atores que se relacionam com o rompimento da barragem de Fundão em Minas Gerais, de modo a verificar os caminhos para o quais se direcionam as discussões a respeito dos enfrentamentos específicos vivenciados pelas mulheres atingidas. A metodologia utilizada foi a análise de quadros, a partir da qual se tornou possível a compreensão dos acontecimentos sociais em suas múltiplas possibilidades de assimilação. Os principais resultados da pesquisa são a identificação do silenciamento das mulheres atingidas no espaço midiático e também nos relatórios de atividades de reparação. Este fato se relaciona intimamente com a estrutura social que marca o gênero feminino e tende a se acentuar ainda mais em um contexto pós-desastre. Por fim, identificamos que as diferentes representações feitas a respeito das mulheres atingidas variam de acordo com o grau de suas participações no processo de construção destes quadros.

**Palavras-chave:** Gênero. Desastres. Enquadramentos.

## ABSTRACT

SOUZA, Camila Sobreira de, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, December, 2021. **Among multiple discourses and frameworks: frames of meanings about women affected by the Fundão dam in Minas Gerais.** Adviser: Nathália Thaís Cosmo da Silva. Co-advisers: Amanda Braga de Melo Fadigas and Rayza Sarmiento de Sousa.

This work aims to understand the frameworks of meaning created by the various actors that relate to the collapse of the Fundão dam in Minas Gerais, in order to verify the paths towards which the discussions regarding the specific confrontations experienced by the women are directed affected. The methodology used was the frame analysis, from which it became possible to understand social events in their multiple possibilities of assimilation. The main results of the research are the identification of the silencing of affected women in the media space and also in the reports of repair activities. This fact is closely related to the social structure that marks the female gender and tends to be even more accentuated in a post-disaster context. Finally, we identified that the different representations made about the affected women vary according to the degree of their participation in the construction process of these frames.

**Keywords:** Gender. Disasters. Framings.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Localização de Mariana e demais municípios atingidos pela barragem de Fundão-MG.....	25
<b>Gráfico 1:</b> Ações específicas para o gênero feminino no Programa de Proteção Social da Fundação Renova entre os anos de 2016 a 2020 .....	69
<b>Gráfico 2:</b> O Programa de Proteção Social da Fundação Renova em suas ações gerais e específicas para as mulheres atingidas .....	70
<b>Gráfico 3:</b> Ações específicas para o gênero feminino no Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social da Fundação Renova entre os anos de 2016 a 2020.	71
<b>Gráfico 4:</b> O Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social da Fundação Renova em suas ações gerais e específicas para as mulheres atingidas .....	72

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Número de aparições dos códigos selecionados.....	49
<b>Tabela 2:</b> Número de mulheres e homens atingidos entrevistados pelo Estado de Minas em 84 notícias analisadas .....	49
<b>Tabela 3:</b> Número de notícias com participação em entrevista ou nota, dos principais atores/instituições envolvidas no rompimento .....	50
<b>Tabela 4:</b> Número de aparições dos códigos selecionados no site do Movimento de Atingidos por Barragens.....	91

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AFE – Auxílio Financeiro Emergencial

CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

EM – Estado de Minas (jornal)

ES – Espírito Santo (estado)

FR – Fundação Renova

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MAB – Movimento de Atingidos por Barragens

MAM - Movimento pela Soberania Popular na Mineração

MMA – Movimento de Mulheres Agricultoras

MG – Minas Gerais (estado)

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PIM – Programa de Indenização Mediada

TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

## SUMÁRIO

1. DE ONDE PARTE O MEU OLHAR .....	13
2. INTRODUÇÃO.....	14
2.1 Desenvolvimento do problema .....	17
2.2 Justificativa .....	19
2.3 Cenário atual para a pesquisa.....	21
2.4 Objetivo geral .....	22
2.4.1 Objetivos específicos.....	22
2.5 Caracterização da área de estudo .....	22
2.6 Corpus da pesquisa .....	28
O jornal Estado de Minas.....	28
Os relatórios da Fundação Renova .....	28
As publicações no site do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).....	29
2.7 Procedimentos metodológicos .....	30
Análise do portal Estado de Minas.....	31
Análise dos relatórios de atividades mensais da Fundação Renova.....	33
Análise do site do Movimento de Atingidos por Barragens .....	34
3. REFERENCIAL CONCEITUAL .....	35
3.1 Gênero.....	35
3.1.1 As mulheres rurais.....	37
3.2 Desastres ambientais e os atingidos pelo desastre .....	38
3.3 Resiliência: um olhar para o papel do gênero feminino em um contexto pós-desastre..	41
4. MARIANA, 5 ANOS: QUEM FALA NA MÍDIA? .....	42
4.1 O papel da mídia na construção de sentidos .....	42
4.2 Procedimentos Metodológicos.....	47
4.3 Resultados .....	48
4.4 Discussões.....	51
4.4.1 Maternidade.....	51
4.4.2 Perda das fontes de renda .....	55
4.4.3 Modos de vida .....	58
4.4.4 Redes de relacionamento.....	60
4.4.5 Necessidades específicas do gênero feminino .....	62
4.5 Os quadros de sentidos segundo o Estado de Minas: algumas reflexões .....	63

5. DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO: AÇÕES PARA O GÊNERO FEMININO NOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENOVA .....	65
5.1 Entre o feminino e o masculino: Os diferentes mecanismos de respostas ao desastre ...	65
5.2 Procedimentos metodológicos .....	67
5.3 Resultados .....	68
5.4 Discussões.....	73
5.4.1 O Programa de Proteção Social: um olhar para o lugar do gênero feminino.....	73
5.4.2 O Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social: como andam as trocas e negociações entre a Fundação Renova e as mulheres atingidas? .....	77
5.4.3 O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) .....	83
5.5 Fundação Renova: perspectivas futuras para o gênero feminino.....	85
6. O MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS: AS MULHERES ATINGIDAS NO ESPAÇO DE LUTA .....	86
6.1 Comunicação e contra-hegemonia: um campo de disputas .....	86
6.2 Procedimentos metodológicos .....	89
6.3 Resultados .....	90
6.4 Discussões.....	92
6.4.1 Vulnerabilidade .....	92
6.4.2 Indenização.....	94
6.4.3 Resiliência .....	96
6.4.4 Participação .....	99
6.4.5 MAB: As necessidades específicas das mulheres atingidas.....	101
6.5 Algumas reflexões sobre os quadros de sentidos a respeito das mulheres atingidas segundo o Movimento de Atingidos por Barragens .....	103
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	105
7.1 Perspectivas futuras .....	106
8. REFERÊNCIAS .....	107
ANEXOS .....	121
ANEXO A. Notícias do jornal Estado de Minas analisadas para a construção do capítulo um .....	121
ANEXO B. Relatórios de atividades da Fundação Renova utilizados para o capítulo dois .....	124
ANEXO C. Matérias publicadas pelo Movimento de Atingidos por Barragens utilizadas para o capítulo três .....	128

## 1. DE ONDE PARTE O MEU OLHAR

Trabalhar com um tema que envolve as mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão sendo Gestora Ambiental me faz compreender com ainda mais clareza a relação fundamental entre os aspectos sociais e ambientais para a existência digna do gênero feminino na zona rural. A manutenção de um ambiente ecologicamente correto, socialmente justo e economicamente viável se torna ainda mais importante quando, sob a perspectiva de gênero, entendemos que estes três pilares garantem não somente a sobrevivência destas como também sua autonomia, liberdade e empoderamento.

Desde o princípio desta jornada traçamos um caminho que objetivou a apresentação de um campo que, embora dominado pelo patriarcado, é também capaz de atuar em favor das mulheres rurais dentro de suas possibilidades reais. Admirar e conviver com tantas mulheres do campo ao longo da vida, me fizeram compreender que as conquistas não precisam ser sempre grandiosas para que mudanças efetivas aconteçam.

Afirmo que os estudos, contatos e experiências até aqui ensinaram também a não romantizar a realidade anterior ao rompimento da barragem. Sendo o campo dominado pelo universo masculino, a existência das mulheres rurais se torna condicionada a restrições e desafios impostos pela relação entre os gêneros através dos quadros de sentidos estabelecidos. Deste modo, nossa busca parte da compreensão de que as dificuldades existentes na vida destas mulheres precisam ser debatidas sob a ótica pré e pós-desastre para que assim novos caminhos sejam traçados.

Enquanto mulheres pesquisadoras estamos conscientes dos desafios que nos são impostos. Como aponta Conceição e Aras (2014), os trabalhos desenvolvidos por mulheres e sobre mulheres, sempre foram assumidos como de menor rigor científico e repleto de subjetividades. Não negamos, pois, que o trabalho aqui apresentado partirá de não só de um, mas quatro olhares femininos, o que sem dúvidas fará com que nossos pontos de vista se originem de um ponto específico, atravessados pelo “ser mulher”. No entanto, esta diferenciação só é feita pois o universo científico assume o olhar masculino como neutro, o que de fato não condiz com a construção de pesquisas qualitativas.

Neste ponto, não pretendemos abraçar a militância e fazer disso uma competição entre credibilidades e valorizações, marcada pela dicotomia entre estudos e seus pesquisadores.

Assumimos, portanto, que o desenvolvimento de uma ciência libertadora só poderá se tornar realidade através de diferentes atores, que partem de diferentes lugares dentro da sociedade e que estes fatores não devem ser considerados uma adversidade.

## 2. INTRODUÇÃO

O extrativismo mineral ao longo dos séculos se consolidou como uma atividade de grande relevância econômica para a América Latina. No Brasil, a exploração dos recursos minerais ocupa espaços de grande relevância para a economia desde o período colonial. Todavia, a sociedade civil vem paulatinamente criticando a situação a qual se expõem as populações vulnerável que residem, principalmente, à jusante e (ou) na região minerada. Em grande medida, isso se dá devido ao baixo poder de influência desses grupos sociais nos processos decisórios, o que tende, por sua vez, a direcionar o ônus da atividade a estes (SVAMPA, 2012).

A deterioração de territórios e do meio ambiente causada pela mineração vem acarretando diversos impactos sociais, tais como a expropriação das terras e a migração compulsória (SVAMPA, 2012). As relações estabelecidas no contexto da mineração encontram-se em uma rede diversificada, complexa e heterogênea de influências, na qual alguns grupos sociais são mais afetados que outros. Estas considerações ganham maior proporção se visualizadas em contextos de desastres ambientais, como o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão no ano de 2015, onde as populações que dependiam do rio para a manutenção de seus meios de vida foram afetadas de maneira incisiva. O povo Krenak – tribo indígena que morava à beira do Rio Doce – por exemplo, teve sua identidade, segurança alimentar e modos de vida assolados após o desastre (FIOROTT E ZANETI, 2017).

Cada grupo social possui particularidades e necessidades específicas. As mulheres, para além da esfera material, no campo dos prejuízos simbólicos, apresentam demandas que reparações financeiras não são capazes de suprir. Lima e Oliveira (2018), em seu estudo a respeito da relação construída entre as mulheres atingidas, suas casas e terras, afirmam que o rompimento da relação de proximidade entre vizinhas e a perda do controle sobre o que vai à mesa de sua família – anteriormente garantido através dos quintais – são alguns dos principais lamentos do grupo.

Somados aos seus percalços particulares após serem atingidas por um desastre, faz-se necessário considerar o papel destinado às mulheres de reestruturar seu núcleo familiar emocionalmente, acalantar as crianças, preparar o alimento e tornar os abrigos temporários o

mais parecidos com um lar possível (ENARSON, et. al. 2007). Segundo Scabin et. al. (2019, p.12), 74% dos casos nos quais foram relatados problemas com a saúde mental das atingidas, a sobrecarga doméstica está presente sendo encontrados aumentos nas taxas de “depressão, tentativa de suicídio, ansiedade e tristeza”.

Em meio a todos estes acontecimentos, parte das mulheres atingidas se uniram ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), organização que luta pelo direito das pessoas atingidas e pelo rompimento das barreiras discriminatórias que são socialmente impostas as mesmas (MAB, 2019). Vale destacar que junto ao Movimento, estas mulheres reivindicam não somente o seu acesso à indenização, como também o direito à terra, a informação, participação, saúde e educação, tal como determina o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2006). Esta mobilização feminina acontece por meio de manifestações, encontros regionais e nacionais, além de aparições esporádicas nos meios de comunicação de massa, nos quais se destaca a mídia independente vinculada à internet.

No que se refere ao processo de articulação com os meios de comunicação, é preciso considerar que o domínio sobre a representação de uma identidade é um grande desafio na atualidade. De acordo com Moraes (2008), uma das maiores dificuldades enfrentadas neste quadro de descentralização informativa, está na multiplicidade de vias comunicacionais apresentando a mesma notícia sob diferentes perspectivas, está justamente no fato de que qualquer instituição ou página na rede, pode facilmente declarar seus próprios pontos de vista, tornando-se incontrolável o número de representações sobre um mesmo tema.

Neste cenário, a definição do que são as mulheres atingidas bem como sua situação pós-desastre, podem ser apresentadas um tanto fragmentadas e desconexas da realidade, dependendo de quem seja o transmissor daquela mensagem e para qual público se destina. Conforme assumem Azevedo (2006) e Steinbrenner, et. al. (2020), as fontes utilizadas pelos noticiários, embora partam de agentes técnicos, nunca serão neutras – objetividade que marca a prática jornalística, sobretudo porque a esta é feita por pessoas que, como quaisquer outras, estão inseridas em diversos espaços sociais, com diferentes pontos de vista.

Ao pensarmos no atual contexto no qual estas mulheres estão inseridas, é possível perceber que a diversidade de representações nos meios de comunicação e entre instituições, podem vir a ser elementos prejudiciais ou reivindicatórios para que seus direitos sejam garantidos junto aos demais grupos de atingidos. Hall (2016) afirma que em uma sociedade marcada por diferenças culturais e sociais nunca será possível fixar um significado à um determinado grupo de indivíduos ou acontecimentos, de modo tal que haverá, entre diversas

maneiras de comunicar seus posicionamentos, eternas disputas pela afirmação das representações. No entanto, estas disputas tendem a se consolidar de maneira desigual, principalmente quando de um lado temos um grupo marcado por uma ou mais características que venham a descredibilizá-lo dentro da sociedade – o que Goffman (2013) define como estigma.

Para o autor, as pessoas que carregam consigo um ou mais estigmas, principalmente aqueles que são perceptíveis à primeira vista, são automaticamente incluídas em um grupo à parte daquele que constituído pela população “normal”. Esta separação acontece pela ausência de referências sociais que se estendam à estas múltiplas possibilidades de existência. A cor da pele, a deficiência física ou mental, a religião e a nacionalidade, são alguns exemplos de características que irão definir um determinado indivíduo como perigoso, fraco ou invisível perante a sociedade, colocando esta pessoa em desvantagem frente a sua própria representação (Goffman, 2013).

No caso aqui analisado, embora os gêneros não sejam considerados por Goffman um estigma suficiente para desqualificar uma pessoa enquanto cidadã comum, a sociedade patriarcal faz com que homens e mulheres experienciem realidades sociais distintas, nas quais as últimas se enquadram em uma esfera de opressão e silenciamento, determinada pela desigualdade de poder (SCOTT, 1995).

Nesse sentido, é preciso considerarmos o fato de que, uma única mulher afetada pelo rompimento da barragem de Fundão, pode carregar consigo as marcas que permeiam a realidade de gênero e classe social somados à etnicidade, uma vez que estas são em sua grande maioria, negras (LIMA & OLIVEIRA, 2018). Esta junção de características forma aquilo que conhecemos como racismo interseccional. Lugones (2008) afirma que a interseccionalidade é a categoria analítica que percebe os demais fatores que irão influenciar na construção de realidades distintas para cada grupo de mulheres, como a classe e a raça.

Posto isso, entendemos que toda a estrutura social que marca a realidade das mulheres atingidas tende a se acentuar ainda mais no pós-desastre. Como bem nos aponta Fordham e Katternidge (1998), as mulheres que enfrentam múltiplas vulnerabilidades, como condições econômicas inseguras, excesso de responsabilidades no âmbito familiar e limitações à nível educacional, apresentam maiores dificuldades em se recuperar de um desastre justamente porque muitas vezes estão vivendo uma crise que antecede ao mesmo.

Portanto, para encontrarmos as justificativas que nos trazem aos dias atuais e ao papel secundário destinado às mulheres na sociedade em um contexto de desastre, tanto no âmbito social quanto midiático, faz-se necessário nos desvincilharmos da busca por uma única origem dos problemas, a fim de que a realidade seja percebida sob lentes interconectadas por diversos fatores que não devem ser analisados separadamente (SCOTT, 1995).

Segundo Bolin et. al. (1998) e Enarson et. al. (2007), antes de 1990 nenhuma pesquisa se aprofundou nas relações de gênero e desastre de modo cuidadoso, completo e intencional. Posto esta data, ainda que avanços tenham sido percebidos no que concerne à ligação entre ambos os temas, as abordagens se concentraram em análises comparativas quanto aos papéis sociais exercidos por homens e mulheres após o desastre, ancorados em demasia nas questões biológicas e não nas razões pelas quais estas discrepâncias à nível social existem. Para os autores, a susceptibilidade a desastres e as estratégias de mitigação, carecem de um olhar crítico para o patriarcado, para as formas arcaicas de dominação presentes capitalismo e as estruturas que conformam o neocolonialismo. De acordo com Bolin e Kurtz (2018), as desvantagens históricas produzem uma duradoura desordem social, de cunho determinante para como e em quais medidas um grupo irá gerenciar a crise durante e após o acontecimento.

Sob esta ótica, buscamos avançar nos estudos sobre gênero e desastre explorando, no potencial das diversidades discursivas e das representações sociais a possibilidade de que sejam compreendidos os quadros de sentido que se constroem a respeito das mulheres atingidas. Tal entendimento nos permite identificar tanto os fatores limitantes ao devido reconhecimento das mulheres atingidas como entrever qual a capacidade de interferência dos quadros de sentidos nos avanços em seus processos de reparação e na busca pelo cumprimento de seus direitos.

## **2.1 Desenvolvimento do problema**

Ao decidirmos analisar o papel das mulheres atingidas em um contexto pós-desastre e quais os quadros de sentidos elaborados a respeito das mesmas no campo midiático, precisamos estar cientes de que a história das mulheres é, tal como nos aponta Colling (2004, p.29), “uma bem arquitetada invenção política, social e cultural”. Para a autora, a humanidade hierarquiza a ótica masculina na narrativa de sua história de tal modo que esta acaba por ser compreendida como neutra, como a ordem natural das coisas, sob a qual o homem se destaca nas esferas públicas enquanto as mulheres ocupam o âmbito privado.

Ao longo dos séculos, diversas figuras femininas com papéis determinantes para a evolução da sociedade no que se refere a descobertas científicas, conquistas de territórios, modelos de organização política, foram silenciadas e reduzidas a figuras hiperssexualizadas e banalizadas intelectualmente no imaginário social. Somente a partir da década de 60, quando o movimento feminista começa a ganhar mais força, o papel representado pelas mulheres passou a ser apontado como um problema de ordem estrutural que perpassa também as questões de raça e classe (SCOTT, 1995).

Vale destacar que na América Latina, o feminismo teve sua ascensão algumas décadas mais tarde, a partir de 1980 nos anos finais do regime militar. Deste modo, ainda que tenham se passado cerca de 40 anos desde que esta é também uma pauta latino-americana, as conquistas seguem à passos lentos. Como afirma Beard (2018), seguimos vítimas de uma herança clássica que nos fornece uma base pronta de como pensar, do que considerar bom ou ruim e em quais discursos confiar – base esta, marcada pela relação de poder entre o masculino e o feminino.

Ao pensarmos nestas experiências distintas em tempos atuais, entra em cena o papel fundamental ocupado pelos meios de comunicação na elaboração de sentidos e representações sobre os sujeitos e os diversos acontecimentos que marcam a sociedade (QUERÉ, 2005). À luz de Beard (2018, p. 20), devemos considerar uma realidade onde, ainda que as mulheres tenham conquistado maior espaço na esfera pública, “estas pagam um preço muito alto para serem ouvidas” e isto tange a distorção de discursos, interrupções no meio da fala e tantos outros enfrentamentos. Fato, é que não basta apenas introduzir algumas mulheres em uma estrutura já elaborada para atender e subsidiar a narrativa masculina. Para que seja uma transformação efetiva, deve-se modificar toda a cadeia de fatores que as condicionam à esta posição secundária.

Tão pouco, ainda as mulheres que bravamente ocupam algum espaço nos meios de comunicação, não conseguirão representar à todas, tendo em vista a multiplicidade de realidades e necessidades que demarcam as vidas femininas. As mulheres atingidas, por exemplo – recorte específico para esta pesquisa – são marcadas por aspectos de raça e classe, para além do próprio silenciamento imposto ao gênero (BILAC, 2006). A partir daí, evidencia-se uma dificuldade ainda maior para que estas ocupem um espaço no qual efetivamente sejam ouvidas e tenham suas demandas atendidas, sobretudo no que se refere ao ressarcimento e ausência de medidas que atendam às suas necessidades específicas.

Uma vez reconhecidos os desafios que perpassam a existência das mulheres atingidas, considerando-se, pois, os obstáculos históricos que silenciam o gênero feminino nos mais diversos contextos da sociedade, surge a inquietação que norteia toda a estrutura do presente trabalho: Quais são quadros de sentidos que se constroem a respeito das mulheres atingidas? De que maneira essa diversidade discursiva opera em relação ao reconhecimento de suas necessidades específicas no contexto pós-desastre e aos direitos de reparação?

## 2.2 Justificativa

O rompimento da barragem de Fundão e as estratégias de ressarcimento aos atingidos, colocou em evidência as desigualdades da sociedade brasileira que se alicerçam, também, em uma estrutura patriarcal e racista, como pode ser constatado através dos dados do relatório realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019). No ano de 2020, quando alcançamos um marco de meia década após o desastre, o Movimento de Atingidos por Barragens fez uso de suas páginas na internet para divulgar as violações aos direitos das mulheres atingidas, como podemos ver no relato a seguir:

“[...] eu e minha família nem conseguimos receber ainda. Eu tenho muita tristeza porque quando a gente quer comer um peixe, a gente tem que ir buscar muito longe porque aqui em Colatina estão todos contaminados. Eles tiraram tudo da gente.”

(Joselina Maria, pescadora e atingida – MAB, 2020).

Esta preocupação é compartilhada por Steinbrenner et. al., (2020, p. 327) ao considerar que “manter um acompanhamento episódico do quadro significa negligenciar o curso tanto da violência colonial quanto das vidas que resistem”. Devemos compreender que os meios de comunicação e os enquadramentos que através deles se constroem, são capazes de definir no pensamento social as razões pelas quais determinado assunto é importante, quem são os responsáveis pelo acontecimento e quais suas decorrências (DIRIKX & GELDERS, 2010).

Uma vez entendido o papel que a mídia hegemônica possui em sua posição de poder como formadora de sentidos dentro da sociedade, nos questionamos a respeito do quanto as representações por ela estabelecidas corroboram para que o processo de reparação do gênero feminino seja demasiadamente lento. Posto que a situação das mulheres atingidas também não é uma pauta constante dentro da sociedade de maneira geral, acreditamos que as informações

sobre o tema possam estar sendo apresentadas sob uma perspectiva diferente daquela narrada pelo MAB.

No entanto, compreender os sentidos elaborados a respeito das mulheres atingidas pelos demais atores envolvidos no rompimento da barragem, requer uma análise minuciosa dos diversos conteúdos apresentados no campo midiático desde o dia do acontecimento – caminho este que se configurou no objetivo principal deste trabalho. Garantir uma visão holística do todo, ainda que não estejamos imunes às subjetividades, contribui para uma compreensão aprofundada das hierarquizações existentes e das invisibilidades que permeiam os mais diversos contextos sociais (STEINBRENNER, et. al., 2020).

Uma vez reconhecida a necessidade de que estas violações sejam analisadas a partir das interferências de gênero, raça e classe na estrutura social e na percepção dos indivíduos, vale mencionar que, embora os estudos sobre as influências desta tríade nos diversos espaços da vida em sociedade tenham aumentado consideravelmente nos últimos anos, não encontramos com a mesma frequência debates que incorporem estas categorias aos trabalhos direcionados aos desastres (EKLUND & TELLIER, 2012).

Segundo Bolin, et. al. (1998), as pesquisas sobre gênero e desastre nos Estados Unidos costumam traçar comparativos entre as estratégias de enfrentamento adotadas por homens e mulheres, sem uma análise profunda dos contextos que delimitam tais dissemelhanças. No Brasil, a partir da revisão bibliográfica realizada para elaboração deste trabalho, percebemos que as mulheres atingidas são comumente abordadas nesta mesma temática e em pesquisas sobre empoderamento a partir de suas participações nos movimentos sociais.

Os estudos de Lima e Oliveira (2018) avançaram no que concerne a valorização do espaço privado para o gênero feminino e na determinação de significados referentes a perda dos mesmos. Busquets (2020) e Fernandes e Esmeraldo (2020), fomentaram a compreensão do papel social ocupado pelas mulheres atingidas no processo de luta e resistência pelos seus direitos e de suas comunidades. No entanto, identificamos a demanda por discussões mais profundas no que se refere a razão histórico-social que mantém o gênero feminino nesta posição secundária e sobre como os múltiplos quadros de sentidos construídos a respeito do mesmo tema podem interferir na conquista de novos espaços e em seu reconhecimento enquanto mulheres atingidas.

Frente à lacuna quanto a estudos que analisam os gêneros como estruturas sociais capazes de traçar experiências específicas perante um desastre, vislumbramos um caminho de

perspectivas fecundas para este trabalho no que concerne ao avanço do conhecimento acadêmico em âmbitos teóricos para a relação entre gênero e desastre e para a compreensão das diferentes narrativas em torno da existência das mulheres atingidas.

### **2.3 Cenário atual para a pesquisa**

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS), decretou o início da pandemia do COVID-19, devido a elevação do número de casos e óbitos decorrentes da doença. A partir desta data, foram adotadas uma série de medidas em busca da redução de transmissão do vírus, tais como o uso de máscaras, a higienização das mãos e objetos e, principalmente o isolamento social (AQUINO, et. al., 2020).

Esta grave crise sanitária, além de evidenciar as desordens sociais e econômicas existentes em nossa sociedade, têm trazido à humanidade diversos problemas emocionais causados pela impossibilidade de encontros presenciais, pelo luto, estresse e ansiedade (WANG, 2020). Muitas pessoas tiveram de transformar completamente suas rotinas de trabalho, conciliado às tarefas de casa e ao cuidado com os filhos. O universo das videoconferências, se tornou a única alternativa viável para que o contato com as pessoas queridas e os projetos que estavam em andamento continuassem acontecendo – e esta realidade afetou também o percurso deste estudo.

Ainda que múltiplos desafios para a pesquisa tenham sido impostos pela pandemia, como a perda das trocas de conhecimento presenciais, as discussões em sala de aula e o acesso à biblioteca da universidade, a impossibilidade da realização de um trabalho de campo presencial, foi a maior de nossas incertezas. Isso porque as entrevistas face-a-face, como define Lobe et. al. (2020), são a principal estratégia das pesquisas qualitativas. Diante deste cenário, iniciamos nossa busca por novas vias metodológicas que contribuíssem para a coleta de dados no ciberespaço e que se mantivessem em consonância com nossa linha de pesquisa.

Deste modo, decidimos redefinir nosso campo de análises, trazendo para a pesquisa o portal de notícias do jornal Estado de Minas, os relatórios de atividades mensais da Fundação Renova e as publicações no site oficial do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Esta estratégia foi adotada a fim de que nosso trabalho não se torne completamente dependente de fatores que, neste cenário de isolamento social, fogem de nosso alcance.

Enquanto pesquisadoras e, fazendo uso deste espaço como um sopro de esperança para os demais estudos que virão afetados pela pandemia do COVID-19, afirmamos que embora os

desafios existam, não há caminho difícil o bastante quando se anda ao lado de pessoas dispostas a trilhá-lo. A formação de pesquisadores resilientes é o caminho para que avancemos juntos rumo à novos conhecimentos.

## **2.4 Objetivo geral**

Compreender quais são os quadros de sentido sobre gênero e desastre que se desenham em diferentes âmbitos discursivos de interação, sendo estes: a mídia jornalística online, os relatórios de atividades mensais apresentados pela Fundação Renova e a mídia alternativa através do site do Movimento de Atingidos por Barragens.

### *2.4.1 Objetivos específicos*

- Compreender quais são os quadros de sentido desenvolvidos pelo jornal Estado de Minas a respeito dos seguintes aspectos referentes as mulheres atingidas: maternidade, modos de vida, perda de suas fontes de renda, redes de relacionamento e necessidades específicas ao gênero (Capítulo 1);
- Avaliar como as ações do Programa de Proteção Social e do Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social desenvolvidos pela Fundação Renova atuam em relação as demandas específicas do gênero feminino (Capítulo 2);
- Examinar quais são os quadros de sentidos desenvolvidos pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) a respeito das mulheres atingidas através de seu site (Capítulo 3).

## **2.5 Caracterização da área de estudo**

Seis anos após o rompimento da barragem de Fundão pertencente à Mineradora Samarco – uma joint-venture entre a Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda., os impactos socioambientais derivados deste acontecimento ainda estão presentes na realidade das pessoas atingidas e em seus modos de vida. Os rejeitos de lama e metais pesados percorreram cerca de 663 quilômetros de distância que, neste trajeto, atingiram 41 municípios entre Minas Gerais e Espírito Santo, desalojando comunidades inteiras, além de contaminar os cursos d'água da bacia

hidrográfica do Rio Doce e das irreparáveis perdas de fauna e flora (LACAZ et. al., 2017; GOMES, 2019).

Neste desastre, além dos danos causados aos monumentos históricos e dos prejuízos financeiros que perturbaram a economia local dependente do turismo e da pesca, 19 vidas foram perdidas e cerca de 360 famílias tiveram de ser realocadas em comunidades do entorno que não foram atingidas pela lama (GOMES, 2019; BARRETO, et. al. 2020). Este processo de indenização e reassentamento de atingidos é realizado pela Fundação Renova, uma instituição sem fins lucrativos criada pela mineradora Samarco, a própria empresa responsável pelo rompimento da barragem. Segundo relatos de um promotor de justiça na comarca de Mariana, embora a Fundação possua legalidade para efetivar suas ações, a mesma não dispõe da legitimidade necessária pois “sua forma de administração, fiscalização e atuação não contempla de maneira adequada a participação dos atingidos, nem a transparência em suas ações” (ESTEVEVES, 2018, p. 9).

Para Mendes (2020), os conflitos que se inserem na relação entre os gestores da Fundação Renova e os atingidos pelo rompimento da barragem, recaem principalmente sobre a visão simplista e generalizada por parte da instituição a respeito de quem são os atingidos e quais são suas perdas. Segundo o autor, as problemáticas socioambientais permanecem sendo marginalizadas nos projetos desenvolvidos pela Fundação, o que contribui consideravelmente para que as populações afetadas continuem sofrendo por suas perdas sociais, culturais e de seus modos de vida. Xavier (2018), por sua vez, afirma que o pensamento tradicional e engessado de família, que se perpetua em todos os âmbitos da sociedade, também está presente no modus operandi da Renova, o que contribui para que as especificidades de cada população atingida não estejam presentes nas políticas indenizatórias. Este tipo de posicionamento, sob a ótica do mesmo autor, serve para reafirmar o caráter colonialista que prevalece perante a vida das populações em vulnerabilidade social e econômica.

À esta consideração, trazemos o fato de que as ações desenvolvidas pela Fundação Renova são norteadas pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). A elaboração do mesmo, contou com a participação das esferas públicas, privadas e também da sociedade civil. Dito isto, não direcionamos aqui a responsabilidade dos silenciamentos de gênero apenas ao trabalho realizado pela Fundação e sim ao momento de desenvolvimento do Termo, que, certamente se ancora nos mesmos padrões sociais e de poder que conduzem os enfrentamentos das mulheres sempre para um segundo plano.

No que se referente às perdas materiais, os dados da força-tarefa encarregada pelo Governo de Minas Gerais (2016) para avaliar os impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, apontam que os dispêndios públicos referentes aos serviços essenciais, como o abastecimento de água, distribuição de energia e tratamento de esgoto, ultrapassaram o valor de R\$96 milhões. Os impactos no setor privado são ainda maiores, atingindo cerca de R\$253 milhões referentes à perda de maquinários, mortes de animais, prejuízos causados ao turismo e aos pequenos comerciantes, além dos danos referentes ao faturamento da própria empresa. Ao analisarem os prejuízos de menor escala, como por exemplo o setor agropecuário das regiões atingidas — que não se destaca como de grande produção e sim para o autoconsumo, soma-se à fatura um valor de R\$23 milhões. Ainda segundo o levantamento realizado pelo Governo de Minas Gerais (2016), a queda na circulação monetária da região tende a dificultar significativamente o processo de reestruturação da mesma, o que se configura em um prolongamento do estado de vulnerabilidade social e econômica por parte da população atingida.

Para além dos números, faz-se necessário registrar também as perdas simbólicas causadas pelo rompimento da barragem. Neste cenário, nos deparamos com a ruptura das relações sociais, da sensação de pertencimento à terra onde vivem, bem como a perda de referências culturais e arte sacras de valor histórico para as comunidades atingidas (DEFESA CIVIL, 2015). Para aqueles que sobreviveram ao desastre, os danos materiais e imateriais seguem vivos na memória e em seus novos modos de vida, mantendo-os sob constante pressão psicológica, sobretudo para os grupos que não foram indenizados por suas perdas passíveis de ressarcimento (LACAZ, et. al. 2016; MENDES, 2020).

Deste modo, se para alguns o tempo é o melhor remédio, para outros ele pode ser sinônimo de esquecimento por parte da população não atingida e do poder público. O estudo de Gomes (2019) relata que em 2019, quatro anos após o ocorrido, uma grande parcela das famílias atingidas pela lama ainda aguardava ressarcimento pelas perdas materiais apuradas, principalmente àquele que se refere à restituição de moradias. Neste contexto, é preciso considerar o fato de que dentre as indenizações não recebidas ou que apresentam maiores dificuldades processuais, os pagamentos para o gênero feminino se destacam. Segundo Scabin, et. al., (2019), as principais demandas registradas por mulheres atingidas na ouvidoria da Fundação Renova, são apontadas em: 32,43% relacionadas a busca por respostas sobre suas situações cadastrais, 21,57% referentes à problemas com o Programa de Indenização Mediada (PIM), 25,97% ligadas à problemas com o Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) e outros

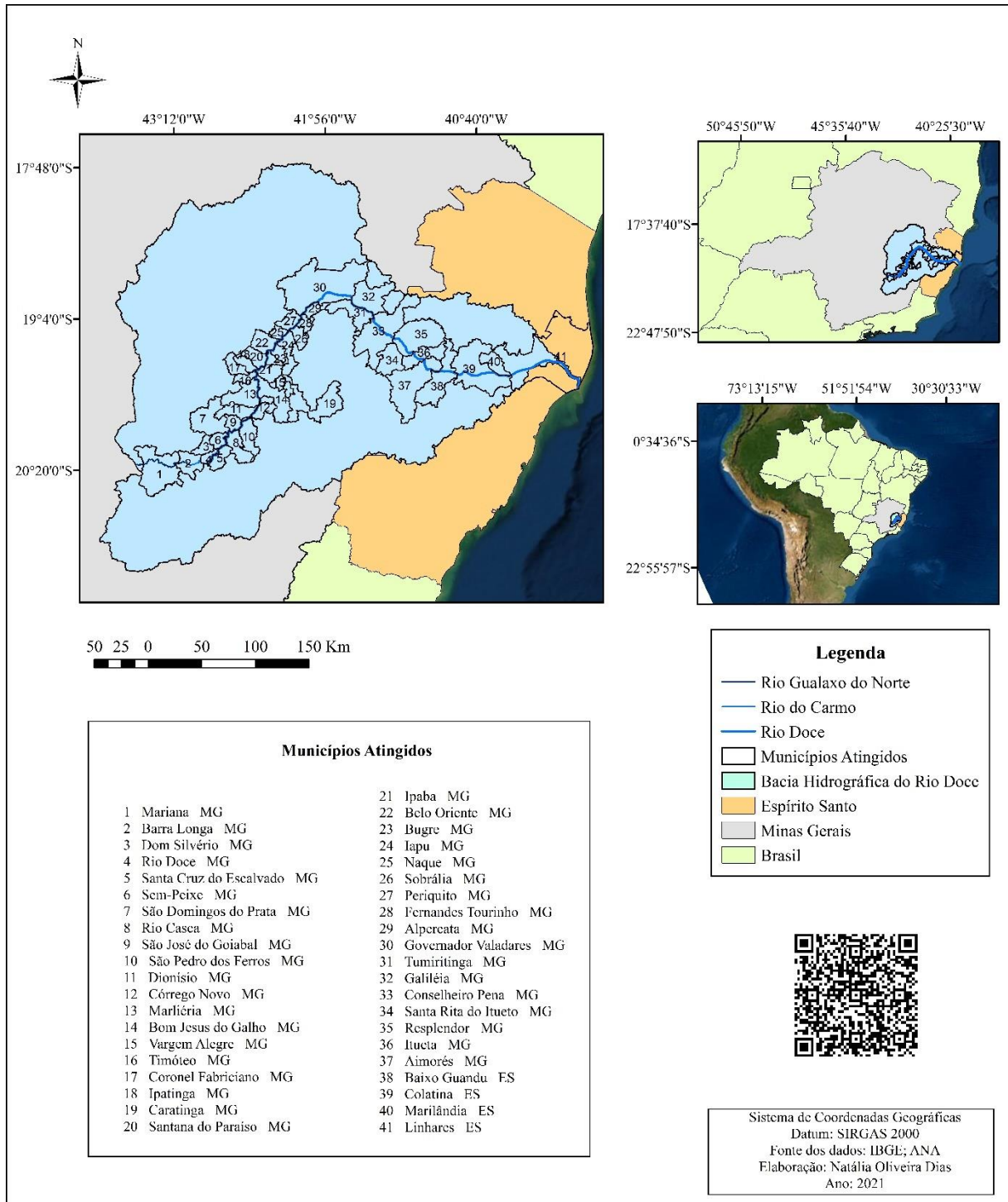
aproximadamente 15,02% restantes estão divididos entre pedidos de inclusão e desmembramento de cadastros.

Embora representem quase a metade da população afetada pelo desastre da barragem de Fundão totalizando 49,3%, as mulheres também constituem o principal grupo marginalizado pelo serviço de reparação e indenização. Em uma realidade onde os critérios de análise da Fundação Renova, se ancoram em uma visão tradicional do homem como o chefe de família, muitas mulheres que possuíam independência financeira antes do desastre através de seus quintais e das vendas de quitandas, passam a ser consideradas dependentes de seus companheiros. Em dados percentuais, apenas 39,5% das mulheres são titulares do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE), enquanto os homens constituem 68,5% deste número (Scabin, et. al., 2019). Segundo os autores, esta situação está relacionada à forma como a instituição gestora do processo de pagamento percebe as mulheres atingidas e, como esta decide fiscalizar e direcionar as indenizações.

Se pensarmos na multiplicidade de estruturas familiares fora do padrão tradicional, é possível vislumbrarmos um grande número de famílias monoparentais, formadas por mulheres solteiras ou viúvas junto de seus filhos, unipessoais, compostas por uma única pessoa e de uniões informais que estão enfrentando as adversidades de não fazerem parte daquilo que se espera, sobretudo do gênero feminino em uma sociedade patriarcal. Nesta mesma pesquisa, Scabin, et. al. (2019) apontam para uma realidade na qual mulheres que foram cadastradas como dependentes de seus maridos e depois se divorciaram, agora se encontram sem qualquer assistência financeira, tornando lucida a inequidade na elaboração de uma estrutura para a reestruturação da vida dos atingidos e, em especial, das mulheres.

A barragem que se rompeu no dia 05 de novembro de 2015, se localizava no Complexo Industrial de Germano, município da cidade de Mariana, região onde o derramamento de lama teve início e chegou a percorrer outros 40 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (figura 1) abastecidos pelo Rio Doce. Mariana, possui atualmente cerca de 61 mil habitantes segundo dados do IBGE (2020), se insere no quadrilátero ferrífero do estado e pertence ao norte da Zona da Mata.

*Figura 1: Localização de Mariana e demais municípios atingidos pela barragem de Fundão-MG*



Elaboração: Natália Oliveira Dias, 2021.

Conhecida por ser a primeira cidade/vila a se instituir no estado de Minas Gerais, Mariana se consolidou no início do século XVIII, no período em que o ouro era vasto em sua região, o que acarretou em suas belas construções barrocas e em um aumento exponencial da população (QUADROS, 2019). No entanto, já no século XIX, a cidade com altas perspectivas para a urbanização e industrialização se viu frente a crise do ouro, que levou consigo grande

parte de seus habitantes para outras regiões de Minas Gerais com novos potenciais exploratórios.

Neste momento, a cidade de Mariana precisou enfrentar um período à própria sorte, com alterações nos modos de vida daqueles que ficaram. Destaca-se que estes eram sua maioria negros, indígenas e mestiços recém-libertos (JÚNIOR, G., 2007; ANTONIL, 1982). No período de ascensão de Mariana, estas pessoas realizavam trabalhos na mineração de pouca demanda técnica e com investimentos nulos em capacitação e aperfeiçoamento, o que impediu à população restante que iniciasse seus próprios trabalhos (COELHO, 2012). Ao lado desta impossibilidade interna, tem-se ainda o posicionamento negativo da metrópole quanto a realização de atividades de mineração por parte da colônia.

Décadas mais tarde, a cidade de Mariana se encontra novamente em uma posição favorável para a exploração de minério, dessa vez de ferro, que atraem companhias internacionais e uma cadeia de trabalhadores (FISCHER, 1993). Segundo a autora, após a chegada da mineradora Samarco S.A, no ano de 1977, seguida pela Companhia Vale do Rio Doce, em 1979, influenciadas pelas facilitações fiscais por parte do governo vigente, houve novamente um aumento exponencial da população. Neste sentido, Júnior, G. (2007) complementa que a população migrada para Mariana, era composta por mão-de-obra especializada de cidades vizinhas, de funcionários das empresas com seus familiares e algumas outras pessoas que procuravam novas oportunidades, ainda que não-especializadas, naquele empreendimento. Sob esta ótica, a população rural de Mariana, atuou com baixa participação no crescimento demográfico e no recebimento de benefícios com a chegada destas mineradoras.

Ainda hoje, embora uma parcela dos moradores tradicionais de Mariana aponte melhorias em suas condições de vida após a chegada das mineradoras (LIMA & OLIVEIRA, 2018), reconhecemos os prejuízos causados pelo modelo de exploração de minério que vigora no Brasil. Estes danos podem ser identificados em períodos anteriores ao rompimento da barragem, sendo estes a perda de extensas áreas para a retenção de rejeitos, o desequilíbrio da fauna, a precarização do trabalho e a ruptura dos modos de vidas enfrentada por famílias que precisam se realocar quando ocupam um local de interesse da empresa (PASSOS, et. al, 2017).

É possível reconhecermos Mariana como uma cidade que possui em sua construção histórica, uma relação de dependência para com as atividades de mineração. Esta relação, por sua vez, se mantém em todos os níveis de estrutura social, desde a necessidade local de que a exploração mineral aconteça, a fim de que se mantenham os empregos dos moradores da região,

como em nível estadual e nacional, que continuam a encontrar em investimentos no setor de minérios, sobretudo no interior de Minas Gerais, uma atrativa fonte de capital financeiro para o Estado brasileiro.

## **2.6 Corpus da pesquisa**

O lócus de pesquisa selecionado para este trabalho foi o ambiente virtual. Nosso estudo contou com o levantamento de gêneros textuais discursivos disponíveis nos seguintes sites: Jornal Estado de Minas; Fundação Renova e a página do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB). A seguir, apresentamos uma breve contextualização dos mesmos.

### *O jornal Estado de Minas*

Criado em 07 de março de 1928, o jornal Estado de Minas é um dos veículos de comunicação mais antigos do estado. Atualmente, é o jornal com maior índice de circulação entre os mineiros (MAIA e ANICETO, 2018), no qual são publicados diversos artigos em categorias como: política; economia; agronegócio; saúde; educação; tecnologia, entre tantos outros.

A criação do portal Estado de Minas – lócus de estudo deste trabalho – aconteceu há 26 anos atrás, em 12 de setembro de 1995. Segundo o próprio site, a ocupação do ambiente virtual nesta data fez do jornal EM um dos pioneiros no quesito publicação de conteúdos jornalísticos online. As mesmas categorias apresentadas em sua versão impressa estão também disponíveis no site, cuja permissão para o acesso ao seu material se estende apenas para assinantes.

Neste estudo, nos valem os mecanismos de busca disponíveis no portal de notícias online para termos acesso às matérias publicadas pelo jornal nos últimos cinco anos desde o rompimento da barragem de Fundão (2015-2020).

### *Os relatórios da Fundação Renova*

Criada em dois de março de 2016, a Fundação Renova (FR) é resultado de um acordo entre a mineradora Samarco S.A – responsável pelo rompimento da barragem de Fundão –, o Ministério Público e as defensorias dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Deste então, esta organização privada e sem fins lucrativos responde pela mineradora nos processos de reparações socioeconômicas e ambientais pós-desastre.

Segundo o próprio site da FR, o suporte fornecido às vítimas através dos projetos realizados, segue as diretrizes determinadas pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC (FUNDAÇÃO RENOVA, s.d). Os principais aspectos postos em pauta neste documento versam sobre as demandas referentes às comunidades atingidas nos quesitos indenização, bem estar social, fomento econômico e diálogo; a recuperação do solo, da água e o manejo dos rejeitos e, por fim, a reconstrução das infraestruturas e o reassentamento de atingidos (TTAC, 2016).

A partir do momento em que o acordo foi assinado entre as partes, a Fundação Renova tem apresentado por meio de seu site oficial<sup>1</sup>, relatórios de atividades mensais pelos quais é possível acompanhar o processo de reparação. Em sua estrutura, tem-se os tópicos “Programa de Proteção Social” e o “Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social” nos quais são apresentados os avanços e as desafios enfrentados pela organização nestes aspectos. Para fins deste estudo, foi realizada uma busca pelo espaço dedicado às mulheres atingidas exatamente nestes programas de proteção social e comunicação, a fim de que sejam compreendidas em quais medidas a FR tem se dedicado às necessidades específicas do gênero feminino.

#### *As publicações no site do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)*

O Movimento de Atingidos por Barragens foi criado na década de 1980 como uma organização regional, que posteriormente se solidificou em caráter nacional, independente e desenvolvida sob os princípios da construção coletiva em todos os níveis (MAB, s.d.). Segundo o próprio movimento, seu objetivo está em organizar as pessoas atingidas por barragens no período anterior, durante ou após a construção de empreendimentos que coloquem em risco comunidades, seu bem estar e modos de vida.

Sua criação se deu a partir da necessidade de defender os interesses dos atingidos por implementações de projetos de hidrelétricas que não somente tiram os indivíduos de suas localidades como modificam o curso natural de rios, prejudicando o meio ambiente e as demais comunidades que dele dependem.

No entanto, a partir do rompimento da barragem de Fundão em 2015, o Movimento se colocou “no centro das discussões nacionais e internacionais sobre os direitos dos atingidos e sobre a segurança dos que vivem à jusante das barragens, sob constante ameaça” (MAB, 2020,

---

<sup>1</sup> <https://www.fundacaorenova.org/>

np). Neste cenário, nos valem das matérias publicadas em seu site<sup>2</sup> para identificar os quadros de sentidos que vem sendo construídos sobre as mulheres atingidas pela barragem sob a perspectiva do Movimento.

## 2.7 Procedimentos metodológicos

Para fins deste estudo, optamos por realizar uma análise de conteúdo, com recorte para o portal online do jornal Estado de Minas, somados aos relatórios de atividades mensais desenvolvidos pela Fundação Renova e as notícias publicadas pelo site do MAB a respeito do gênero feminino em um contexto pós-desastre. Por meio destes três canais que possuem lugares de fala e objetivos distintos, iniciamos nossa busca pelos quadros de sentidos que se constroem sob a representação das mulheres atingidas. De acordo com Lakoff (2010), em todas as situações da vida cotidiana interpretamos e tecemos sentido às informações que recebemos através de quadros. Segundo o autor, uma única palavra pode ser o suficiente para direcionarmos determinada informação à um sistema de quadros criado por nosso cérebro de forma inconsciente.

Para subsidiar nosso processo de exploração e interpretação dos materiais selecionados, utilizamos o método conhecido como análise de quadros (*frame analysis*) ou enquadramentos (*framework*), que tem como objetivo compreender a relação entre os acontecimentos sociais e as múltiplas possibilidades de envolvimento e assimilação dos mesmos a partir das perspectivas de cada indivíduo (Goffman, 1974). Vale destacar, que embora a ideia de enquadramentos tenha sido abordada primeiramente no campo da psicologia pelos estudos de Gregory Bateson em 1954, Mendonça e Simões (2012) afirmam que este método de análise se consolidou a nível mundial no campo da microsociologia através dos estudos desenvolvidos por Erving Goffman – as mesmas autoras orientaram o percurso metodológico e interpretativo deste trabalho.

Embora Goffman tenha desenvolvido seus estudos com enfoque nas interações presenciais, Mendonça e Simões (2012) apontam que o número de pesquisas direcionadas aos estudos de enquadramentos no campo midiático, tem aumentando consideravelmente. Jacobsson (2016, p. 267), complementa que “à medida que os avanços tecnológicos geram uma crescente dependência da sociedade sobre as realidades documentais, as possibilidades de investigação e análise se multiplicam”. Dito isto, ao considerarmos o momento de pandemia que vivenciamos no período em que este trabalho foi construído, entendemos a análise de

---

<sup>2</sup> <https://mab.org.br/>

quadros como uma ferramenta de grande valia no que concerne ao limite apresentado para os encontros presenciais e para o avanço na fronteira do conhecimento quanto à exploração de conteúdos midiáticos.

A fim de garantir a maior validação possível para as informações que aqui serão apresentadas posteriormente, organizamos nosso caminho metodológico em três fases, as quais possuem subcategorias que auxiliaram no avanço para a fase seguinte. Ao utilizarmos três campos de análise distintos – ainda que todos estejam em terreno digital – entendemos que cada um destes requer uma apresentação particular de seu percurso: do levantamento à exploração e tratamento dos dados (BARDIN, 1977).

#### *Análise do portal Estado de Minas*

De acordo com Jacobsson (2016), por meio de um único documento, é possível estabelecer suas redes de interações, mensagens implícitas e perceber quais são suas temáticas silenciadas, basta que este seja observado através de lentes que admitam a amplitude dos contextos nos quais se integra.

Para reconhecermos quais são os sentidos que se constroem entorno das mulheres atingidas apresentadas pela cobertura midiática, selecionamos o portal de notícias “Estado de Minas”. Esta escolha se justifica pela intensa cobertura realizada nos primeiros momentos após o desastre e pelo número contínuo de publicações no decorrer dos anos, ainda que estas sejam menos frequentes atualmente (AMARAL, et. al., 2020).

A análise de quadros de Goffman consiste em “isolar estruturas básicas de entendimento disponíveis em nossa sociedade, para dar sentido aos eventos e analisar as vulnerabilidades especiais às quais esses quadros de referência estão sujeitos” (GOFFMAN, 1974, p.10). Esta seleção de estruturas é definida por Saldaña (2009) como codificação, a qual se resume na definição de palavras-chave ou frases curtas que restringem o campo de análise à uma busca mais específica, a fim de que seja possível organizar os dados levantados por meio de categorias que partilhem de características em comum.

Sob a ótica dos objetivos aqui propostos, optamos por buscar em nossa análise as aparições da temática de gênero e desastre apresentadas dentro dos seguintes códigos: maternidade; perda das fontes de renda; modos de vida; redes de relacionamento e necessidades específicas ao gênero feminino. Estes aspectos foram selecionados sob a premissa de que os

mesmos são alguns dos principais fatores capazes de intensificar as vulnerabilidades que marcam a trajetória das mulheres atingidas (ENARSON, FORTHERGILL & PEEK, 2018).

O levantamento dos dados disponíveis no portal de notícias Estado de Minas foi realizado a partir de uma busca pela palavra-chave “Fundão” na ferramenta de pesquisa disponível dentro do próprio site. A escolha desta palavra se baseou nas baixas possibilidades de que outros assuntos se misturassem ao tema, embora em nossa análise flutuante pelas notícias tenhamos percebido a aparição de matérias aleatórias ao acontecimento em Mariana-MG. Nesta busca inicial, totalizaram-se 423 notícias, a partir das quais nos ancoramos nos estudos de Barbetta (2002) para delimitarmos o tamanho da amostra suficiente para a validação desta pesquisa, onde:

$$n = \frac{N \cdot n_o}{N + n_o}$$

Em que:

N: é o número de elementos disponíveis

n: é o tamanho da amostra

$n_o$ : é o erro amostral

O erro amostral se baseia nos possíveis desencontros que podem acontecer no decorrer de uma pesquisa, como por exemplo, as notícias que se misturam ao número inicial de 423 ou ao aumento de notícias que podem ter sido publicadas do momento em que esta construção metodológica foi realizada até a análise. Considerando o erro amostral de 10%, tem-se a fórmula encontrada em Barbetta (2002):

$$n_o = \frac{1}{E^2 o}$$

Em que:

$E^2 o$ : é o erro amostral tolerável

A partir destes cálculos, o número mínimo de notícias que devem ser analisadas para que se garanta a maior validação possível desta pesquisa fora determinado em 80,87. Para tanto, decidimos analisar o total de 84 notícias, sendo estas divididas entre cada um dos anos que marcam os cinco anos de rompimento – cinco de novembro de 2015 até o dia cinco de novembro de 2020.

Após o levantamento inicial das notícias que foram analisadas, seguimos à luz de Goffman (1974) e Bardin (1977) para a exploração deste material. Nesta etapa, realizamos uma contagem de frequência dos momentos em que as mulheres atingidas foram abordadas no texto, junto com a interpretação de como e em quais circunstâncias as mesmas foram trazidas à pauta na cobertura jornalística. A contagem foi utilizada como apoio para compararmos dentro do número de publicações analisadas, quantas vezes as mulheres atingidas apareceram em notícias que tratam sobre o tema. Neste sentido, buscamos a interpretação do texto para além do que dizem as mensagens explícitas, assim como determinam os estudos de Bardin (1977).

Vale destacar, que a análise de conteúdo também possui vulnerabilidades e subjetividades, sobretudo porque se trata de um método baseado majoritariamente em nossas interpretações, ainda que outras várias referências bibliográficas contribuam nesta perspectiva (BARDIN, 1977). Nós, enquanto mulheres inseridas em diversas lutas sociais e em relação de sororidade para com as demais que enfrentam outras batalhas, tendemos a inserir involuntariamente as experiências pessoais que moldam nossas visões de mundo, havendo, portanto, certos pontos que são indissociáveis de nossas versões enquanto pesquisadoras.

Esta compreensão abarca também a relação entre os redatores das matérias para o jornal Estado de Minas, pois, embora estes apresentem as notícias a partir de fontes diversas, seus colaboradores são sujeitos dotados de seus próprios quadros de sentidos, os quais podem interferir, ainda que minimamente, no modo como a notícia é transmitida (GOFFMAN, 1974). Portanto, reconhecer que esta é uma análise que partiu de um olhar específico, somada à outras interferências dos múltiplos atores que construíram a informação até este ponto de análise, é o primeiro passo para que sejam ultrapassadas as incertezas que permeiam o universo das pesquisas qualitativas.

#### *Análise dos relatórios de atividades mensais da Fundação Renova*

Em um estudo sobre os relatórios de sustentabilidade desenvolvidos por empresas brasileiras realizado por Freitas et. al. (2012), os autores afirmam que os relatórios são em um amplo contexto, parte de um processo de responsabilidade social, por meios dos quais se torna

possível o monitoramento, avaliação e análise do desempenho de determinada instituição. Yuthas, et. al. (2002), por sua vez, entendem a elaboração de relatórios mensais ou anuais como uma estratégia de *marketing*, nos quais são destacados pontos com otimismo acentuado, a fim de que novos investidores sejam atraídos para a empresa. Neste ínterim, o relatório serviria pela premissa de busca por lucros financeiros do que para uma prestação de contas à sociedade.

Ainda que estes trabalhos não se refiram aos mesmos preceitos nos quais a Fundação Renova – instituição sem fins lucrativos – fora estabelecida, vale lembrar que esta cumpre uma função de ressarcimento dos atingidos como parte compromisso jurídico denominado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), direcionado à Samarco Mineração S.A, a Vale S.A e a BHP (FUNDAÇÃO RENOVA, s.d). Isso garante uma proximidade para com os apontamentos realizados pelos autores em referência às inclinações de instituições privadas, tendo em vista que esta também possui interesses em demonstrar sucesso em suas atividades.

No que se refere à busca pelos quadros de sentidos sobre as mulheres atingidas através dos relatórios da Fundação Renova, nos atentamos para a frequência de suas aparições no Programa de Proteção Social (PG005) e no Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG006). A escolha por estes dois programas está na importância de que os mesmos estejam inclinados a trabalhar com o gênero feminino segundo suas demandas específicas. Como nos aponta Mehta (2007) é crucial que os planos de gestão pós-desastre levem em consideração a participação das mulheres nos programas sociais e no processo de negociação entre as instituições e as comunidades afetadas.

Os critérios para a apuração dos dados em muito se assemelharam àqueles utilizados para o levantamento para os outros dois campos de análise. Nesta etapa, utilizamos todos os 58 relatórios disponíveis desde a criação da Fundação Renova, em junho de 2016 até o mês de dezembro de 2020. Com o decreto da pandemia em março de 2020, entendemos que as atividades presenciais da Fundação Renova passaram por um período de congelamento, sendo este capaz de afetar no número de ações realizadas. Neste cenário, nos atentamos também para a busca por ações realizadas de maneira remota para o gênero feminino.

Por fim, vale destacar que a não-existência de documentos ou o simples caso de estes não citarem um determinado grupo de pessoas atingidas em seus relatórios se torna um fato passível de análise. Uma vez que esta privação pode silenciar uma cadeia de atores e assuntos que precisam ser tratados, as não aparições também foram contabilizadas (PRIOR, 2016).

*Análise do site do Movimento de Atingidos por Barragens*

A análise do site do Movimento de Atingidos por Barragens seguiu a mesma base teórica que fundamentou o levantamento e a interpretação de dados advindos do portal online do jornal Estado de Minas.

Os códigos que nortearam a análise de conteúdo para este capítulo, foram: vulnerabilidade; indenização; resiliência; participação e necessidades específicas ao gênero. A escolha destes eixos para a interpretação dos dados se justifica pela compreensão de que estas são pautas fundamentais para que a mulher seja considerada no processo de reparação dos atingidos, sobretudo quando aspectos quando “reassentamentos, indenizações, pagamentos de auxílio emergencial, e tratamento equivalente a homens e mulheres” são temas de base para o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB, s.d. p.1)

O último código analisado, determinado também para a busca referente ao Estado de Minas, se justifica através do objetivo de compreender como e sob quais medidas o mesmo tema é tratado por ambos os atores envolvidos no contexto pós-desastre. Para cada um destes códigos, realizamos a contagem de frequência de suas aparições, sendo contabilizadas não somente as palavras propriamente ditas como as demais abordagens que perpassam pelo mesmo sentido.

Sob esta ótica, realizamos uma busca pelas palavras “Mariana” e “Mulheres”, no próprio espaço para pesquisas disponível no site. A partir dessa ferramenta a seleção destas notícias foi feita automaticamente, sendo possível identificar um total de 145 publicações entre os anos de 2015 a 2021. Deste número, 35 matérias foram subtraídas por não se enquadrarem no tema proposto ou por se referirem a outras localidades. Todas as 110 notícias restantes foram lidas e interpretadas segundo a análise de quadros (*frame analysis*).

### **3. REFERENCIAL CONCEITUAL**

#### **3.1 Gênero**

O termo gênero é comumente utilizado para designar os papéis e as relações sociais estabelecidas entre os sexos. No entanto, como nos aponta SCOTT (1995), o uso desta categoria nem sempre está relacionado as questões estruturais que determinam estas diferenças. Para a autora, os estudos de gênero podem seguir por uma abordagem fundamentalmente descritiva, nas quais se assumem as realidades distintas entre gêneros e, a partir destas são apresentados

seus fenômenos, ou, optam por uma via que busca compreender os motivos que levam à estas experiências singulares.

Por meio das contribuições de Scott (1995) compreendemos que o uso do termo gênero, passou por diversos sentidos até chegar ao que assumimos hoje como o principal, usado para se referir às organizações e estruturas entre os sexos. Em meios acadêmicos, sua adaptação se deu através da tentativa de trazer maior neutralidade aos estudos sobre mulheres, seguindo o pensamento de que ao ocultarem minimamente o objeto, este não representaria ameaça ou credibilidade à pesquisa. No universo das ciências sociais, gênero se tornou quase um sinônimo de mulheres – o que, felizmente tem ganhado novos atores a partir dos debates junto à comunidade LGBTQIA+, principalmente entre o final dos anos de 1990 e início o de 2000 (SILVA, et. al., 2018).

Com o passar do tempo, as perspectivas a respeito das possibilidades de análise e interpretação das estruturas sociais a partir da categoria de gênero foram ampliadas. Muito deste processo se deve aos esforços e à dedicação de estudiosas feministas que, aliadas à outras teorias perceberam nos estudos de gênero, a oportunidade de desenvolver uma argumentação potente o bastante para fossem questionadas as estruturas sociais dominantes (CONCEIÇÃO & ARAS, 2014).

Em meio ao aprofundamento teórico sobre gênero, o feminismo, enquanto movimento também foi acometido por transformações. O mesmo, primeiramente percebido como uma única vertente, assume agora múltiplas categorias, posto que as mulheres, embora partilhem de adversidades específicas ao gênero feminino, não estejam expostas as consequências do sistema opressor da mesma maneira. Esta noção de que as mulheres estão sujeitas a vivências distintas, se ancora na forma como os preconceitos de classe e a raça se interligam aos desafios de gênero (HIRATA, 2014).

Ao conceito de racismo interseccional, unem-se as perspectivas do feminismo decolonial, que reconhece as particularidades enfrentadas por mulheres da América Latina, nascidas em países que se espelham nas representações e na cultura advinda do hemisfério Norte – seus colonizadores (LUGONES, 2008). A autora aponta caminhos para a reflexão sobre o quanto as pessoas latino-americanas permanecem presas ao seu passado de submissão e dependência. Este histórico, sobretudo, traz desafios ainda maiores quando se tratam de mulheres não-brancas e em vulnerabilidade social:

“Na intersecção entre "mulher" e "negro" há uma ausência onde deveria estar a negra justamente porque nem "mulher" nem "negro" a incluem. O cruzamento nos mostra um vazio. [...] Somente percebendo gênero e raça como indissoluvelmente entrelaçados ou fundidos podemos realmente ver as mulheres de cor. Isso implica que o termo "mulher" em si, sem especificação da fusão, não faz sentido ou tem sentido racista, uma vez que a lógica categórica historicamente selecionou apenas o grupo dominante, as mulheres burguesas brancas heterossexuais e, portanto, escondeu a brutalidade, abuso, desumanização que a colonialidade de gênero implica.” (LUGONES, 2008, p. 82, tradução nossa).

Em nível nacional, sendo o Brasil demarcado por disparidades sociais e econômicas entre brancos e negros, assim como Coelho (2019) afirma em seu trabalho, compreendemos que ao omitirmos as interferências de raça e classe, estaremos corroborando para que a estrutura que invisibiliza mulheres negras permaneça em vigor. Fordham (1998), aponta que, principalmente em um contexto de desastre, silenciar os impactos específicos enfrentados por mulheres atingidas, faz com que a experiência masculina seja assumida como a realidade de todos, tornando o gênero uma simples variável neste cenário.

### *3.1.1 As mulheres rurais*

Os desafios que marcam a existência das mulheres latinas sob a ótica do racismo interseccional tendem a se tornam ainda maiores quando aos estigmas de gênero, raça e classe, soma-se o pertencimento à zona rural. Embora o campo não seja um espaço homogêneo, onde todas as relações se assemelham, o cenário que representa a vida de maioria das mulheres rurais é de invisibilidade e submissão (PAULILO, 2003).

A centralidade do poder masculino teve início no próprio espaço familiar, sendo posteriormente repercutido por diversas esferas, do trabalho à política. No entanto, os costumes patriarcais e o direcionamento das mulheres à uma figura secundária no seio familiar, são mais fortes na zona rural do que no perímetro urbano. O trabalho das mulheres na roça, mesmo que tenha contribuição efetiva para o sustento da família, é considerado apenas uma ajuda ao marido, enquanto suas atividades principais estão associadas ao cuidado com os filhos e a casa (BALESTRIN, 2019; ROSSINI, 1993).

Neste sentido, devemos considerar que o acesso à informação, a disponibilidade de tempo e a autonomia das mulheres rurais, não são os mesmos disponíveis às mulheres urbanas. Ainda que hoje estas possuam maior organização sindical e participação em movimentos que buscam romper com a colonialidade de gênero, suas conquistas caminham à passos mais lentos.

Citando Paulilo (2003, p.2) “labutando dentro e fora de casa, que tempo e que energia sobriariam à mulher para refletir sobre suas condições de vida?”

Contudo, e, justamente por estas limitações, as mulheres rurais desenvolvem sua autonomia dentro da própria casa, através da preparação e venda de quitandas, costuras e artesanatos para a comunidade e seu entorno. Também estas atividades, ainda que destinadas à comercialização, são consideradas como apenas mais uma extensão do serviço doméstico, uma renda extra para a casa, sem se desvincular da concepção histórica de que seu trabalho é uma ajuda (BRUMER, 2004). Posto o valor destas atividades, tanto economicamente quanto para a autonomia das mulheres rurais, devemos refletir sobre o quanto o assolamento de suas casas devido ao rompimento da barragem de Fundão trouxe danos específicos ao gênero feminino. Como nos apontam Lima e Oliveira (2018) a perda dos quintais e de suas casas para a mulheres atingidas, representa para estas também a perda de seu poder.

Vale destacar que para além dos processos econômicos desenvolvidos dentro da comunidade, as mulheres se configuram como agentes fundamentais para as redes de relacionamento entre vizinhas(os). Menezes (1996), garante que são elas que constroem os laços de afetividade e solidariedade que em momentos de doenças, mortes e demais dificuldades, irão muitas vezes realizar um papel que o Estado não consegue cumprir. Sendo assim, a pulverização geográfica resultante do processo de realocação das famílias atingidas entre bairros e municípios do entorno de suas áreas de origem, trouxe também a perda destes relacionamentos, o que tende a dificultar ainda mais para que estas reestruem suas vidas (LIMA & OLIVEIRA, 2018).

Postas as opressões que antecedem aos desastres, compreendemos que as estruturas patriarcais que governam a sociedade, sobretudo à zona rural, contribuem para que os processos de indenização das mulheres atingidas sejam marcados por percalços. Como afirma Paulilo (2003), instituições importantes como a Igreja e os órgãos que trabalham diretamente para a zona rural, contribuem para que estas estruturas sejam mantidas. Somado a isto, vivemos em uma realidade na qual as mulheres não costumam ocupar posições de poder em cargos públicos ou privados em mesma quantidade quando comparadas ao gênero masculino (BALESTRIN, 2019), o que direciona às necessidades das mulheres atingidas, às mãos de homens, brancos e bem remunerados – posição social completamente oposta a que estas ocupam.

### **3.2 Desastres ambientais e os atingidos pelo desastre**

Para que sejam mensuradas as consequências de um desastre e quais são as melhores estratégias de enfrentamento do mesmo, é preciso considerar a realidade local que antecede ao acontecimento em si. Ávila e Mattedi (2017) e Enarson et. al. (2007) se complementam ao apontar que os impactos do desastre sobre o grupo afetado, tendem a se intensificar por meio de uma série de fatores que demarcam uma vulnerabilidade social e econômica preexistente, tais como a localização geográfica de suas residências, a dificuldade de acesso à educação e a saúde e tantos outros fatores que se consolidam pela existência do racismo interseccional.

Vale destacar que neste estudo entendemos como vulnerabilidade “as características de uma pessoa ou grupo e as situações que influenciam sua capacidade de prever, enfrentar, resistir e se recuperar de um impacto, quer seja um evento natural extremo ou provocado” (WISNER, et. al, 2004, p. 11). Para os autores, a junção de fatores físicos, sociais, ambientais e econômicos, são determinantes para definir o grau em que a vida, a propriedade e os costumes de determinadas comunidades contribuem para sua vulnerabilidade perante o risco e quais são as possibilidades de gerenciamento.

Dito isso, concordamos com a afirmativa de Quarantelli (1992), de que não pode ser possível tratar um desastre unicamente como natural ainda que este se consolide através de uma ocorrência física, uma vez que decisões e ações humanas são capazes de interferir no rumo dos acontecimentos. Para o autor, dar ênfase a natureza física de um desastre, exime aos órgãos públicos e privados de responsabilidades sociais que não só devem prever e mitigar o desastre, como sanar as vulnerabilidades preexistentes. Tais vulnerabilidades, por sua vez, tendem a estar relacionadas aos aspectos étnicos.

Uma vez violadas as possibilidades de proteger a vida de populações que podem vir a ser atingidas, estamos diante de uma situação de racismo ambiental. Robert Bullard (1993, p.1037) define o conceito como quaisquer “políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor”, de modo que seja possível perceber quem são as pessoas e instituições que se beneficiam de um empreendimento de risco e quem são aquelas que pagam o preço econômico, social e psicológico recorrente do mesmo.

No Brasil, empresas como a Mineradora Samarco, capazes de gerar altos índices de lucro financeiro para o setor público e privado na produção e extração de *commodities*, encontram apoio do Estado para o avanço de suas atividades, através da flexibilização da legislação ambiental e da morosa e ineficiente pena por crimes ambientais (AQUINO, et. al.,

2017). Um exemplo disso é encontrado no diagnóstico ambiental realizado em 2013 pelo Instituto Prístino, para a revalidação da licença operacional da barragem de Fundão. Este documento evidenciou a necessidade de que um plano de contingência fosse realizado pela empresa, o qual não fora desenvolvido, influenciando significativamente nos danos socioambientais provocados pelo rompimento (PASSOS, et. al., 2017). Ainda que a recomendação não tenha sido cumprida até a ocorrência do desastre, este fator não foi considerado suficiente para que as atividades na região fossem suspensas.

Uma vez que a gestão do risco está alheio às ações da população, entendemos que a capacidade geracional do mesmo não depende somente de atores sociais ativos e sim do contexto histórico que demarca a estrutura de possibilidades de ação daquele grupo (BILAC, 2006). Esta percepção tem sido compartilhada por diversos pesquisadores ao redor do mundo, aonde questões macrossociais determinam as oportunidades e limitações de ações frente a desastres causados por inundações, tsunamis, terremotos e entre outros.

Segundo Bolin e Kurtz (2018), a população afetada pelo furacão Katrina, que devastou a região litorânea do Sul dos Estados Unidos em 2005 é um exemplo de grupo social marcado por disparidades econômicas e por condições inseguras referentes a localização de suas moradias. De acordo com os autores, a região atingida – composta por pessoas de baixa renda e majoritariamente negras, enfrentava a ausência de políticas de proteção social oferecidas pelo Estado antes mesmo de se tornarem vítimas de um desastre. Dufka (1988), em sua análise a respeito dos problemas psicossociais preexistentes na vida dos atingidos pelo terremoto na Cidade do México em 1985, encontra resultados semelhantes, ao constatar que as mulheres solteiras e com baixas condições econômicas foram as mais atingidas pelo desastre e, como efeito, também apresentaram maiores dificuldades em enfrentar suas consequências.

As similaridades existentes entre as diversas populações afetadas por desastres ao redor do mundo, também estão presentes em território nacional. Como determina Wanderley (2015) o desastre de Mariana, campo de análise do presente estudo, atingiu em sua grande maioria, pessoas negras (pretas ou pardas segundo o Índice Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), rurais e economicamente inseguras. Por esta ótica, é possível considerar que o rompimento da barragem de Fundão se enquadra na categoria de racismo ambiental, uma vez que se trata de uma população que se reconhece como minoria étnica, somadas as evidências de descaso que antecedem ao desastre, como a localização da barragem, sua sobrecarga e a ausência de fiscalizações que poderiam impedir o acontecimento (WANDERLEY et. al, 2016; PASSOS, et. al., 2017).

Para Bilac (2006), ao tratarmos de contextos brasileiros, é prematuro pensarmos nas respostas aos desastres por uma ótica individual, quando os direitos sociais, quer sejam estes individuais ou coletivos são ainda cercados por incertezas. Não obstante, é preciso considerar também as profundas desigualdades existentes entre as pessoas atingidas, embora estas componham o mesmo grupo marcado por disparidades sociais e econômicas. A autora afirma que, homens e mulheres, idosos e crianças, não fazem parte de uma mesma rede de condições, oportunidades e espaços, por isso, os impactos não são igualmente distribuídos.

Isso acontece porque antes mesmo de uma realidade de desastre, cada grupo tende a reproduzir os papéis e posições sociais que lhes são dadas enquanto pessoas distintas, sobretudo em gênero e idade, uma vez que a maioria carrega consigo o estigma de raça. Viver em uma sociedade marcada por relações abismalmente assimétricas de poder, pode prejudicar a participação de uma parcela de atingidos na tomada de decisões sobre a gestão da crise, bem como interferir em sua percepção e compreensão do risco (ISDR, 2004).

Dito isso, ao olharmos a realidade pós-desastre através de lentes do um feminismo decolonial, percebemos que as responsabilidades destinadas às mulheres atingidas – como o cuidar dos filhos e dos serviços domésticos, são, para além de uma sobrecarga que provoca grande desgaste físico e psicológico, um fator limitante para sua participação nos movimentos, acesso a informações sobre direitos e para a construção de sua própria representação enquanto atingidas, a qual, certamente, vai além do papel desenhado para as mulheres rurais brasileiras.

### **3.3 Resiliência: um olhar para o papel do gênero feminino em um contexto pós-desastre**

Como bem nos apontam os estudos de Myers (1994) e Mehta (2007), uma vez reconhecida a possibilidade de ocorrência de um desastre, a comunidade pode e deve fazer parte não somente no que concerne a comunicação do mesmo quando na definição de estratégias para que os danos sejam os menores possíveis. A compreensão da importância de planos de gestão do risco nos leva aos estudos de resiliência, conceito que se unido ao gênero, pode contribuir enquanto teoria e prática para os estudos de desastres.

Embora o termo resiliência possua sua própria gama de definições e atribuições dentro de cada ciência específica, nos trabalhos sobre risco a resiliência costuma ser apresentada como a capacidade de resistir, se adaptar e de se recuperar de um desastre – enquanto comunidade e indivíduos – sem danos grandiosos (KADIR, 2021).

Como categoria capaz de nortear a análise e a interpretação da realidade local, nos valem do caminho traçado nos estudos de Cardoso, Melo e Silva (2020), que trazem a resiliência como uma via facilitadora do reconhecimento das potencialidades e vulnerabilidades existentes dentro de sistemas econômicos, sociais e ambientais.

Para este processo, faz-se necessário compreender a dinâmica de funcionamento de dado sistema sendo destacados os fatores internos e externos capazes de interferir na gestão do risco existente naquela localidade (SOUSA, et. al., 2019). Neste sentido, a decisão de trabalhar a construção da resiliência que garanta a participação do gênero feminino, consiste em encarar as mulheres não apenas como vítimas e sim como agentes de transformação da realidade (MYERS, 1994).

Esta transformação, por sua vez, já acontece, sobretudo quando nos referimos ao papel representado pelas mulheres rurais. Dentro de suas comunidades, o gênero feminino é a principal referência de solidariedade e amparo em momentos de necessidades (MENEZES, 1996). Segundo a autora, as mulheres são também responsáveis pelo desenvolvimento da comunidade no que se referente ao compartilhamento de saberes e a preferência por trabalhos em equipe: características indispensáveis aos planos de gestão do risco.

Neste sentido, a resiliência como categoria contribuinte para a análise dos dados apresentados neste trabalho, em muito contribui para a compreensão do gênero feminino enquanto agentes sociais capazes de mobilizar a comunidade para a sua resistência e adaptação frente a uma possível situação de desastre (OKTARI, et. al., 2021).

#### **4. MARIANA, 5 ANOS: QUEM FALA NA MÍDIA?**

##### **4.1 O papel da mídia na construção de sentidos**

Componente básico das relações sociais, a comunicação em suas diversas vertentes (escrita, visual, oral) é também uma ferramenta efetiva para que sejam elaborados e compartilhados novos elementos para a construção de nossas representações sociais. A partir do campo das imagens e dos sentidos, temos a constituição das práticas comunicativas, por meio das quais unimos nossas próprias experiências aos relatos e vivências de terceiros. Como nos aponta França e Simões (2017), em diversas situações nossas opiniões tendem a se desenvolver através de esquemas já conhecidos.

Sob esta ótica, o presente capítulo tem como objetivo identificar os enquadramentos comunicados pelo jornal Estado de Minas a respeito da relação entre gênero e o desastre de Mariana. Neste cenário, a construção do conhecimento se estabelece a partir de um somatório entre a narrativa das próprias mulheres atingidas e os quadros da experiência social feminina já determinados pelo seu papel em sociedade.

Uma vez reconhecido o fato de que apenas um pequeno grupo de pessoas terá acesso a um diálogo direto com nosso objeto de estudo, reforça-se ainda mais a importância legada aos quadros de sentidos que serão estabelecidos pelos meios de comunicação com capacidade de visibilidade nacional. Esta responsabilidade por manter uma cobertura atualizada sobre questões de interesse público passou a enfrentar um desafio ainda maior quando a internet abriu caminhos para os portais de notícia online, sobretudo em tempos de Fake News (LOPES, 2018).

A partir da primeira década dos anos 2000, a cobertura jornalística tradicional – representada majoritariamente na rede televisiva, pelo jornal impresso e pelo rádio – se viu frente a necessidade de estabelecer conexões entre seu trabalho e o espaço virtual. Como nos aponta Monteiro et. al., (2020), as novas possibilidades de produção e o compartilhamento de notícias surgem a partir dos avanços da Web junto de um novo público, adepto às ferramentas digitais e as possibilidades de interação em uma nova prática de leitura. O portal Estado de Minas, campo de análise do presente estudo, é um exemplo de expansão do jornal físico para o espaço digital, que leva o mesmo nome e é conhecido por circular pela capital mineira e seu entorno há cerca de 90 anos.

Ainda que inúmeras incertezas parem sobre as notícias gratuitas disponíveis na internet, Correia et. al. (2021) nos convidam a perceber o ambiente das publicações digitais como uma alternativa cada vez mais viável para aproximar leitores de instituições que trabalhem especificamente com notícias a nível local. De fato, estas também não estão isentas da prática e da descredibilidade enfrentada pelo jornalismo em tempos de Fake News. Tal conjunto de informações gratuitas e de fácil acesso se justifica pelo perfil permissivo da internet, que não necessariamente exige formações específicas ou currículos memoráveis nos campos da comunicação para que sejam publicadas.

Destaca-se ainda que no espaço virtual os leitores possuem as vantagens do acesso imediato a informação e a sua gratuidade. Nos casos em que o portal de notícias exige uma assinatura mensal, o valor é geralmente inferior ao que seria gasto na compra de jornais semanais. Denota-se ainda a possibilidade de acesso ao banco de dados do mesmo, sendo esta

capaz de facilitar a busca por publicações realizadas em edições passadas do jornal – ferramenta que inclusive contribuiu para o levantamento de dados deste trabalho.

Outros pontos considerados positivos pelos usuários da rede de notícias online são os fóruns de discussão, que trazem a possibilidade que as opiniões dos leitores sejam compartilhadas e debatidas. (AMADO, 2020). Este espaço de interação faz do jornalismo online um veículo para a comunicação bidirecional entre a instituição que comunica o consumidor daquele conteúdo (FONTES, 2020).

Assim como nos meios de comunicação tradicionais, o jornalismo virtual também é capaz de influenciar na elaboração de sentidos. Estes, por sua vez, poderão ser reproduzidos nos demais espaços da sociedade, sobretudo quando os principais sites de notícias pertencem as instituições que dominam também outros meios de comunicação, o que interfere na proporção de sua disseminação e, conseqüentemente, na formação da opinião pública. À luz de Dias e Silveira (2021) compreendemos que tal como a televisão, o rádio e o jornal impresso, a internet se apresenta como um espaço para a criação de novos sentidos.

Deste modo, devemos considerar que esta capacidade de difundir informações e elaborar sentidos por parte dos *mainstreams* da mídia, podem cristalizar preconceitos e estigmas em grupos sociais marcados por questões raciais, de classe e gênero, construindo na memória social um perfil específico, difícil de ser modificado (ENNE, 2008). Vale mencionar que embora nosso recorte seja em relação à cobertura jornalística, os produtos apresentados pela teledramaturgia e pelo cinema, também se configuram em grandes influenciadores na definição que o sujeito faz de si mesmo e do outro, dado o espaço ocupado por estes conteúdos na formação das representações sociais (FARIA & FERNANDES, 2007). A construção de sentidos em contraste com a realidade está presente em todos os campos da mídia hegemônica, e, a partir destes torna-se possível tanto os privilégios sociais de alguns quanto a marginalização de outros.

Esta marginalização, por sua vez, pode acontecer através de duas vias: a primeira delas está na maneira como os indivíduos são mencionados; reduzir determinado grupo social a papéis secundários, lega a estes uma imagem de subalternidade dentro dos quadros sociais. A segunda, se dá a partir de seu não aparecimento; como aponta Pesavento (1995), o imaginário social trabalha sobre a linguagem e não se constrói a partir do que não é expresso, dito isso, quando um grupo social tem sua existência e vivências silenciadas, é negado ao mesmo a chance de participar efetivamente do cenário social em que se inserem.

No entanto, é necessário estarmos conscientes de que, embora a mídia seja um lugar privilegiado para sobrepor interesses e posições, esta não atua através de uma única via: ela é, na verdade, um férreo campo de disputas e negociações (MARTÍN-BARBERO, 2006). O autor afirma que não existem discursos completamente dominados e por isso, sempre haverá embates entre as instituições de maior poder e os demais grupos que compõem a mídia contra hegemônica, em busca de que sejam consolidadas suas próprias representações.

Sendo assim, pressupor que os sentidos apresentados pelos meios de comunicação de massa representam a dimensão total do pensamento coletivo de uma sociedade é ignorar a diversidade de significados disponíveis em um único objeto, assim como as múltiplas possibilidades de comunicação dos mesmos. A mesma mídia capaz de cristalizar preconceitos, pode romper com quadros de sentidos, ainda que a passos lentos, retirando determinados grupos de estigmas que os acompanharam por gerações. Temas como o combate a LGBTfobia e a gordofobia, por exemplo, têm apresentado novas perspectivas a partir da sensibilização promovida pelos meios de comunicação, sobretudo a internet (BADIOLA, 2021).

O principal ponto nesta disputa por representações está justamente nas forças desiguais entre polos que lutam pela hegemonia de seus sentidos. Para Vieira (2018), o contexto hierárquico no qual se consolidam as disputas por legitimação dos diversos discursos existentes, é sustentado pelos recursos materiais e simbólicos disponíveis aos diferentes atores que participam deste embate.

Neste processo, a comunicação de risco e desastres vem atuando em centralidade no processo de informação pré e pós desastres através de celulares, computadores e tablets conectados à internet (LUDWIG & MATTEDI, 2018). Segundo os autores, este papel está relacionado a capacidade de compartilhar notícias em grande volume. Contudo, assim como em todos demais contextos da mídia hegemônica, no campo dos desastres há também uma constante disputa entre as narrativas dos atores envolvidos.

Este certame baseado em relações de poder garante aos envolvidos em desastres como o rompimento da barragem de Fundão em Mariana, diferentes espaços na mídia hegemônica. Sob esta ótica, Vieira (2018) nos aponta que, sendo a Fundação Renova, a representante de um acordo legal entre a instituição responsável pelo desastre e o Estado brasileiro, esta tenderá a ocupar uma posição privilegiada na reprodução de seu discurso.

Compreendemos, portanto, que os espaços midiáticos tradicionais tendem a ser um campo dominado por grandes instituições, o que leva aos demais movimentos à adoção de

outras práticas comunicativas em busca de voz e visibilidade (ENNE, 2008). O Movimento de Atingidos por Barragem é um exemplo de organização que disputa pelos sentidos em torno do que é ser atingido, de suas lutas e direitos silenciados pela mídia hegemônica. Este, se responsabiliza por veicular notícias referentes às conquistas e enfrentamentos de todos os polos espalhados pelo Brasil mediante seu site e redes sociais, além de realizar encontros, passeatas e protestos em busca de que sua versão dos acontecimentos também seja ouvida (CAMÂRA & LESSA, 2018).

É neste cenário que nos deparamos com o preconceito de gênero no contexto de comunicação pós-desastre. Um estudo realizado com populações atingidas por desastres ambientais no Sul da Ásia nos aponta que as experiências masculinas recebem maior atenção quando comparadas as femininas (MEHTA, 2007). Segundo a autora, as narrativas dos homens atingidos também são comumente postas em evidência no momento em que estratégias de superação do desastre estão sendo traçadas.

Nesta perspectiva, faz-se necessário analisar a situação das mulheres atingidas sob a ótica da resiliência. A amplitude do conceito nos permite avaliar as características femininas capazes de contribuir no processo de resposta ao desastre, tanto no momento de delimitar as ações que antecedem ao acontecimento quanto no período pós ocorrência (OKTARI et. al., 2021).

As habilidades femininas fundamentais em um contexto de desastres garantem a sobrevivência destas e de outros membros de seu núcleo familiar e comunidade. Ainda que as mulheres possam enfrentar desafios impostos pela biologia – gestantes e puérperas podem apresentar maiores dificuldades de locomoção – são elas as principais responsáveis pelo socorro de seus filhos, dos idosos e das pessoas com deficiência (MEHTA, 2007). Esta responsabilidade muito se relaciona com as estruturas sociais que fazem das mulheres a representação do cuidado no âmbito familiar (TRONTO, 2009).

Contudo, ainda que estas sejam capazes de executar papéis de efetiva colaboração em uma realidade marcada pelo desastre, sua existência tende a ser muitas vezes posta de lado, negando não somente sua possível contribuição como também suas necessidades específicas (MYERS, 1994). Como nos apontam Enarson, Fothergill e Peek (2018), são as mulheres as principais responsáveis por reestruturar o lar, para elas e para seus filhos, desenvolvendo as estratégias necessárias para um recomeço. No entanto, o papel de vítima no qual tende a ser

inserida, mascara a resiliência que está por detrás de sua sobrevivência aos acontecimentos que assolam seus modos de vidas.

Cabe-nos então a busca pelo conhecimento dos quadros de sentido estabelecidos pelo Estado de Minas a respeito das mulheres atingidas. Sendo este um jornal integrante da mídia hegemônica – dominada pelo gênero masculino e em classes sociais bem estabelecidas – estaria o mesmo garantindo às mulheres um espaço onde possam definir a si mesmas e a experiência de ser uma mulher atingida? Estaria a resiliência feminina posta em pauta, a fim de que o papel de vítima seja substituído por um que a afirme como agente de transformação?

Em uma realidade composta por múltiplos atores em seus diversos discursos, na qual todos de alguma maneira, utilizam a mídia online como mecanismo de informação, posicionamento e resistência, Silverstone (2002) e Fontes (2018) se complementam, ao apontar que os meios de comunicação disponibilizam tanto um caminho para que sejam elaborados novos sentidos a partir de outras perspectivas sobre o mesmo acontecimento, quanto um estimulante para que se assumam e se perpetuem os quadros de sentidos já existentes.

#### **4.2 Procedimentos Metodológicos**

A fim de compreender quais são os quadros de sentidos estabelecidos pelo jornal Estado de Minas a respeito da relação entre gênero e desastre, realizamos uma busca pela palavra-chave “Fundão”, na ferramenta de pesquisa avançada disponível no próprio site de notícias. Dentro dos campos disponíveis, estabelecemos o período de buscas entre 05 de novembro de 2015 a 31 de dezembro de 2020, o que nos garantiu um total de 423 matérias publicadas.

A partir deste número, selecionamos de nove a quinze notícias por ano entre 2015 e 2020. Primeiramente foram selecionadas as notícias cujas manchetes indicassem a participação e/ou informações sobre os principais atores envolvidos no rompimento por meio da exploração das palavras-chave: os atingidos, a Fundação Renova e a Samarco, nesta ordem de prioridades.

Após a seleção das notícias, partimos para uma análise aprofundada do conteúdo nelas apresentado, em busca de narrativas femininas a respeito dos seguintes códigos pré-selecionados: maternidade, perda de sua fonte de renda, modos de vida e redes de relacionamentos. Por fim, procuramos encontrar menções sobre as necessidades específicas do grupo de mulheres atingidas, sejam estas abordadas pelas mesmas ou por terceiros, determinando este como o último código analisado. A fundamentação para a escolha dos mesmos se deu a partir da constante aparição destes enquadramentos nos estudos Enarson,

Forthergill e Peek (2018) sendo estes alguns dos principais fatores responsáveis pelo aumento das vulnerabilidades das mulheres atingidas.

Dada a atenção particular destinada ao gênero feminino neste trabalho, contabilizamos também o número de mulheres e homens atingidos participantes das matérias publicadas analisadas, a fim de traçarmos um comparativo entre o espaço destinado a ambos os gêneros. O somatório foi feito durante a análise de quadros, a partir de uma leitura atenta de todo o material selecionado para esta pesquisa.

Em busca de outros dados que contribuíssem para nossa interpretação, contabilizamos também a frequência de aparições dos quatro principais atores envolvidos no rompimento, sendo estes os atingidos, a Samarco – ora representada pela Fundação Renova – o Ministério Público e o MAB. Em última instância, contabilizamos também a participação de pesquisadores e Universidades, a fim de compreendermos o nível de envolvimento dos trabalhos acadêmicos com a mídia hegemônica.

Para a análise e interpretação dos dados, nos valem de uma contagem de frequência, baseada na metodologia de análise de quadros (*frame analysis*) a fim de compreendermos qual a importância e representação feita pelo jornal Estado de Minas dos referidos códigos. Vale destacar que contabilizamos também palavras e frases que estivessem apresentadas sob o mesmo sentido, como sinônimos dos códigos selecionados.

Para que fosse traçada uma linha do tempo a respeito dos quadros de sentidos desenvolvidos pelo jornal Estado de Minas, realizamos uma análise temporal dos principais temas tratados ao longo destes anos. Neste propósito, separamos a frequência das aparições pela categoria anual, somando aos dados encontrados, nossas interpretações e observações sistemáticas.

Por fim, vale destacar que consideramos do gênero feminino, todas aquelas que se identificaram como mulheres. Não encontramos nenhuma menção a respeito de pessoas não-binárias, para que fossem somadas ao grupo.

### **4.3 Resultados**

Durante o levantamento dos dados, foram analisadas 84 notícias, sendo um número entre 16 a 9 para cada ano entre 2015 e 2020. O código com o maior número de aparições foi “redes de relacionamento”, com 12 menções, seguido por “modos de vida” (11), “perda de sua fonte de renda” (9) e maternidade (9). Quando determinamos o último código como

“necessidades específicas ao gênero”, nosso foco se concentrava na busca por relatos de mulheres atingidas que apontassem a necessidade de programas de reparação específicos às suas realidades. No entanto, encontramos apenas uma matéria, no ano de 2020. Este número irrisório nos impulsionou a buscar, apenas nesta categoria, as narrativas dos demais atores envolvidos.

A partir do material disponível, encontramos duas notícias em cinco anos de publicações, que evidenciassem as necessidades específicas ao gênero. Uma delas, de maneira indireta, como recomendação do Ministério Público para as indenizações igualitárias entre homens e mulheres e outra, em forma de matéria completa voltada unicamente para os enfrentamentos das mulheres atingidas. Os dados estão organizados na tabela a seguir:

Tabela 1: Número de aparições dos códigos selecionados

<b>CÓDIGOS / ANO</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>TOTAL</b>
Maternidade	4	2	0	0	0	3	9
Perda de sua fonte de renda	1	3	2	0	0	3	9
Modos de vida	1	4	2	1	0	3	11
Redes de relacionamento	1	3	0	2	3	3	12
Necessidades específicas ao gênero feminino	0	0	0	1	0	1	2

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda que nenhum código tenha sido completamente silenciado, a irrisória participação destes em um total de 84 matérias, nos apresenta um quadro claro sobre o papel ocupado pelas mulheres atingidas nos meios de comunicação. Observando a tabela acima, precisamos considerar que, em alguns casos, códigos distintos aparecem dentro de uma mesma notícia, o que concentra ainda mais as discussões sobre gênero e desastre em um número menor de publicações.

No que se refere a participação das mulheres atingidas em matérias publicadas pelo EM os números em comparação a participação do gênero masculino se aproximam, sendo 27 e 31 entrevistados pelo jornal, respectivamente. A seguir, o número de mulheres e homens entrevistados em 84 notícias analisadas:

Tabela 2: Número de mulheres e homens atingidos entrevistados pelo Estado de Minas em 84 notícias analisadas

<b>ATINGIDAS(OS) ENTREVISTADOS</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>TOTAL</b>
--	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--------------

Atingidas (gen. fem.)	4	7	3	2	4	7	27
Atingidos (gen. masc.)	2	7	4	8	3	7	31

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim como dois ou mais códigos de análise foram encontrados dentro de uma única matéria, encontramos também a participação de um número maior de mulheres na mesma notícia, sendo cerca de três por matéria publicada quando entrevistadas. Em grande maioria, tanto para atingidos quanto para atingidas, suas entrevistas aconteceram no mesmo momento, o que justifica a quantidade de pessoas afetadas pelo rompimento em uma mesma matéria. A tabela a seguir nos indica o número total de notícias que trouxeram narrativas e/ou notas, dos principais atores envolvidos no rompimento da barragem de Fundão:

Tabela 3: Número de notícias com participação em entrevista ou nota, dos principais atores/instituições envolvidas no rompimento

ATORES / ANO DE PUBLICAÇÃO DAS MATÉRIAS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
SAMARCO S.A	4	6	4	4	7	6	31
ATINGIDAS(OS)	4	8	2	2	3	6	23
PODER PÚBLICO	5	6	8	7	5	7	38
UNIVERSIDADES	0	2	1	4	1	0	10
MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)	0	0	0	0	0	1	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Como é possível observar, embora 58 atingidos, entre homens e mulheres tenham sido entrevistados, estes se concentram num total de 23 matérias. Este fato, torna sua participação inferior ao espaço ocupado pelo Poder Público e pela Mineradora Samarco S.A, sendo 38 e 31 notícias, respectivamente. Vale destacar que, sob o título de Poder Público, foram incluídos todos os agentes a nível municipal, estadual e nacional, ainda que o Ministério Público tenha ocupado o espaço principal dentro desta categoria.

No que se refere à contribuição acadêmica como fonte de informação nas peças jornalísticas, observamos que apenas 10 pesquisadores ou representantes de centros de pesquisa foram entrevistados. Seus pareceres foram especialmente técnicos, com enfoque nas razões do rompimento ou apresentação de novas áreas de risco. Por fim, encontramos uma participação do Movimento de Atingidos por Barragens nas páginas do Estado de Minas. Está aconteceu por meio de uma breve nota entre as 84 matérias analisadas. A publicação aconteceu em 2020, no dia em que se contabilizaram cinco anos após o rompimento da barragem.

Pensamos que a formação dos quadros de sentidos a respeito das mulheres atingidas analisadas neste artigo se relaciona com a narrativa dos fatos feita também por terceiros. Neste caso, não encontramos em nenhuma das matérias analisadas, quaisquer menções feitas pela Samarco/Fundação Renova, pela acadêmica ou pelo MAB a respeito dos direitos do gênero feminino ou da necessidade de intervenções que visem suas demandas específicas. Estas constatações, ainda que de forma reduzida nas páginas do Estado de Minas, foram feitas apenas por elas mesmas ou pelo Ministério Público – que pode, em uso de seu espaço de fala, ter dado voz a pedidos apresentados em reuniões junto as atingidas.

As contribuições das 27 mulheres entrevistadas, foram majoritariamente a respeito do rompimento e de como corriam os trâmites pós-desastre sem especificidades, o que muito diz sobre o silenciamento por elas vivenciado. No entanto, não podemos identificar se menções a respeito de demandas específicas do gênero de fato não moram feitas ou se apenas não foram selecionadas para publicação nas páginas do EM. A lista completa de notícias analisadas pode ser encontrada junto aos anexos ao final deste trabalho.

#### **4.4 Discussões**

##### *4.4.1 Maternidade*

O código maternidade foi mencionado de maneira direta ou indireta – sendo estas falas específicas sobre a maternidade pós-desastre ou uma menção de seus filhos – por mulheres atingidas em um total de nove vezes ao longo de suas 27 participações. A primeira notícia com esta abordagem, em 15/11/2015, dez dias após o rompimento, versou a respeito da morte de duas crianças de 5 e 7 anos.

Dentre os relatos de familiares, é de destaque a declaração da mãe do garoto de 7 anos, que se reduziu a frase “minhas esperanças acabaram. Encontraram o corpo do meu filho”. A mãe da menina de 5 anos, não participou diretamente de uma entrevista para o Estado de Minas. O relato desta última, publicado pelo jornal, foi retirado de suas redes sociais:

*“[nome da mãe] escreveu este trecho em uma mensagem em sua página no Facebook: “Se eu pudesse, voltaria atrás e te beijaria muito mais, filha. Te daria milhões de beijos. Sinto tanta falta do teu cheiro, de acariciar os teus cabelos, mas a prova é que Deus te colheu. Minha esperança é que na eternidade vou te ver. Na eternidade, sem sentir saudades, vamos adorar Deus”. (Trecho de matéria publicada pelo jornal Estado de Minas em 15/11/2015).*

Embora a identidade das mulheres esteja sendo progressivamente associada a outros papéis na sociedade contemporânea, pouco evoluímos no que se refere a desassociação da figura feminina ao papel de mãe (Rocha-Coutinho, 1994). Não encontramos nas entrevistas com os atingidos do gênero masculino questões a respeito da paternidade. No caso destes, a conversa abordou as dificuldades enfrentadas no processo de indenização, a adaptação aos novos modos de vida e a perda de suas residências e profissões. Seus filhos foram comumente apresentados apenas como uma informação adicional sobre os mesmos.

Outra narrativa apresentada pelo Estado de Minas, foi dada por uma mulher, policial civil, que trabalhou durante os dias que se seguiram após o rompimento, emitindo as segundas vias dos documentos perdidos pelos atingidos. A narrativa a seguir realça os esforços de uma mulher para salvar suas filhas durante o desastre.

“Quando iniciou a fuga do mar de lama, que vinha em direção à escola, a mulher foi em direção ao perigo, para salvar a filha mais nova”, contou Solange. [...] A mulher recordou que, no desespero, jogou a menina em cima da carroceria de uma caminhonete que passava. Como não havia mais lugar e as pessoas tentavam subir de qualquer forma no veículo, a mãe contou que seguiu com a mais velha por um morro em direção a uma mata, para onde várias pessoas também corriam em busca de abrigo. De acordo com a identificadora, a mulher lhe contou que foi uma longa noite, em que ela pensava na filha que deixou na caminhonete. Pensava na possibilidade de o veículo ter sido levado pela lama com todos que estavam nele. [...] A angústia da mãe só terminou na manhã do dia seguinte, quando reencontrou a filha em Mariana, que havia sido resgatada sem ferimentos. “Ela me disse que foi como se tivesse nascido de novo. Perder a filha seria a sua própria sentença de morte.” (Trecho da narrativa da policial civil, entrevistada pelo jornal Estado de Minas em 13/11/2015).

O relato da mulher atingida à policial civil nos permite refletir sobre diversos aspectos, a começar pelo retorno desta em direção à lama, em busca de sua filha mais nova. Como nos aponta os estudos de Myers (1994), o papel de proteger os membros mais vulneráveis da família em momentos de desastre geralmente está associado ao gênero feminino. Isto se relaciona com a responsabilidade secular direcionada às mulheres para exercer a função do cuidado no núcleo familiar. Somado a este fato, temos a presença das mães, filhas e esposas ainda em predominância no espaço privado, o que tende a inseri-las no local do desastre, como foi o caso do rompimento da barragem de Fundão (ROCHA-COUTINHO, 1994; TRONTO, 2009).

Com a frase “perder a filha seria a sua própria sentença de morte”, é possível perceber como quadros de sentido a respeito de mulheres e maternidade estão intrinsecamente ligados

em nossa sociedade. Como nos aponta Kehl (2008), a biologia do corpo feminino determinou, desde o início de nossa civilização, o espaço da maternidade como seu principal papel social.

A construção deste quadro acontece de tamanha forma no imaginário social, que, as mulheres não-mães por escolha, tendem a ser condenadas e rotuladas – inclusive por outras mulheres – pela negação da maternidade (PATIAS & BUAES, 2012).

Na única matéria cujo objetivo foi retratar especificamente as dificuldades das mulheres atingidas, a maternidade também esteve presente. Nesta, o Estado de Minas conta a história de uma vítima que “teve sua família destruída após as longas e desgastantes reuniões com a Fundação Renova, muitas vezes na zona rural, para acertar detalhes da reparação e das indenizações pelo desastre”. Segundo o relato da mulher – publicado também em vídeo na mesma matéria<sup>3</sup> – seu então marido a expulsou de casa, junto de seu filho de 19 anos, de uma relação anterior:

“Eu voltava, às vezes tarde, da noite, sozinha e com medo pelas ruas de Mariana. Represento a minha mãe e meu irmão deficiente. Numa noite, a minha chave não rodava mais na fechadura da porta. Meu marido, cansado de não me ver, colocou outra mulher na nossa casa. Expulsou meu filho, que tinha 19 anos e começou a se envolver com maus elementos. [...] Foi muito duro para mim, morando numa quitinete em Mariana, ter meu filho perdido pelas ruas, se envolvendo com gente que não é de bem.” (Mulher atingida, em entrevista ao Estado de Minas publicada em 03/11/2020).

Este relato realça aspectos para além da maternidade, a começar pela expulsão da casa pelo marido devido a ausência na vida doméstica e ampliação da vida da mulher nos espaços públicos. Nesse sentido, é conexa a afirmação de Rocha-Coutinho (1994) no sentido de que o discurso heroico que se opera para a manutenção das mulheres no âmbito privado, conta com estratégias institucionais específicas, capazes de se modernizarem para que esta divisão seja mantida. O jornal omite um discurso de opinião sobre a atitude tomada pelo marido, nem enquanto companheiro ou padrasto.

Outro fator que está frequentemente ligado ao papel feminino, é o de “ser para os outros” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 35). No relato acima, a mulher atingida se apresenta como responsável por sua mãe e irmão deficiente no processo de indenização. Na esfera institucional,

---

<sup>3</sup> Assista na íntegra em:

<[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/03/interna\\_gerais,1200492/mariana-5-anos-mulheres-sofrem-piores-consequencias-da-tragedia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/03/interna_gerais,1200492/mariana-5-anos-mulheres-sofrem-piores-consequencias-da-tragedia.shtml)>

o irmão deficiente torna inválida a existência de um homem responsável pelo espaço público, capaz de representar os interesses da família. Esta invalidez sob a perspectiva jurídica, tende a direcionar também para as mulheres os encargos referentes aos direitos de todo seu núcleo familiar.

No que se refere ao âmbito privado, sabemos que confinamento secular das mulheres no espaço doméstico legou as ela responsabilidades inúmeras no que concerne ao estado emocional, nutricional e espiritual dos membros de sua família (ROCHA-COUTINHO, 1994). No caso do rompimento da barragem de Fundão, a resolução destes problemas obriga seu inserimento no espaço público. Enarson et. al. (2018), afirma que sobretudo o gênero feminino em um contexto pós-desastre, assume as responsabilidades burocráticas, as filas e as reuniões que virão a garantir os direitos a longo prazo para os demais membros da família.

O Estado de Minas, reforça a unificação entre os agentes mulher-mãe-filho, ao afirmar que “intimamente ligado ao sofrimento das mães atingidas aparece a dificuldade por que passam os filhos” em matéria publicada em 03/11/2020, cinco anos após o rompimento. Através desta narrativa, percebemos que a ideia de mulher e mãe se tornam sinônimos. Neste processo, a preocupação se insere com a decorrente invisibilidade do gênero feminino enquanto agente de risco, capaz de atuar frente as negociações, no controle e na vigilância que devem ser executadas na governança de risco pré e pós-desastre (HEMACHANDRA, et. al., 2018).

Nesta linha de considerações, confirmamos que tal como na narrativa acima, a preocupação com o filho frente ao seu envolvimento com atividades ilícitas, recaem exclusivamente sobre a mulher. À luz de Rocha-Coutinho (1994), compreendemos como este posicionamento também está relacionado aos quadros sociais construídos sobre a maternidade:

“À mãe caberiam todos os méritos e toda a culpa pelo sucesso ou fracasso alcançado pelo filho. E, se a sociedade estava de acordo em santificar a mãe admirável, a boa mãe, ela estava também de acordo em culpar e castigar a que fracassava em sua missão sagrada, a mãe má” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 38).

Ao tratarmos o fato sob a ótica de um contexto pós-desastre, é preciso considerar todos os fatores externos que impulsionam e dificultam o processo de recuperação de jovens atingidos, tal como o filho da vítima entrevistada. No que se refere aos programas de apoio a saúde física e mental dos atingidos, dados divulgados pela Ramboll Consultoria, contratada pelo Ministério Público Federal para apurar os avanços da Fundação Renova no processo de reparação, apontam que “praticamente nenhuma ação de saúde foi implementada após o

desastre, com exceção de algumas poucas ações em Mariana e Barra Longa” (RAMBOLL, 2020).

Dados a respeito de apoio psicopedagógico aos atingidos em idade escolar são ainda mais alarmantes: em 715 alunos, 557 sequer foram submetidos à avaliação (RAMBOLL, 2020). Este desamparo por parte da Fundação, novamente sobrecarrega as mulheres atingidas, que no período anterior ao desastre, já eram marcadas pelas sobrecargas de responsabilidades, culpas e preocupações com seus filhos.

Os quadros de sentidos construídos pelo Estado de Minas no que concerne a maternidade reforçam os padrões previamente existentes em nossa sociedade. Apesar de os relatos atuarem na contribuição para a revolta popular em busca de que medidas de reparação efetivas sejam cumpridas, este acaba por reforçar o silenciamento dos papéis das mulheres na prevenção, monitoramento e preparação para a situação de desastre. Como nos aponta Myers (1994), a constante apresentação do gênero feminino em desastres sob a ótica única de vítimas, reduz as possibilidades de que os pontos fortes deste grupo sejam explorados na atuação frente ao risco.

A maternidade enquanto código aqui analisado, agiu de modo a confirmar tudo aquilo que a sociedade espera de uma mãe: preocupação, sentimentos “como a própria sentença de morte” frente a perda e a responsabilidade pós-rompimento na manutenção do espaço familiar como lar. Para as mulheres atingidas, estas são apenas algumas de suas inúmeras preocupações, como veremos a seguir.

#### *4.4.2 Perda das fontes de renda*

As dificuldades relacionadas à perda de suas fontes de renda foram mencionadas em igual número ao código maternidade, sendo este um total de nove vezes. No ano de 2016, em uma matéria publicada cerca de sete meses após o rompimento da barragem, uma antiga moradora e dona de um bar localizado em Bento Rodrigues, ainda aguardava, com sua filha de três anos, a indenização pelos danos sofridos. Segundo a entrevistada – residente de uma casa alugada pela mineradora – a única alternativa era buscar outra fonte de renda para garantir o sustento de sua família:

“Estava na porta do meu bar recebendo uma encomenda e passou uma mulher de moto dizendo que a barragem tinha estourado. [...] Acordo de manhã esperando estar em minha casa de Bento e vejo que estou em uma casa alugada no Centro de Mariana. Nunca tive em mente vir para cá. Tudo que conseguia usava para reformar e ampliar minha casa [...]

Enquanto isso *[sobre a resposta das indenizações]*, vendo meus congelados numa barraca na feira” (Mulher atingida de Bento Rodrigues, em entrevista ao jornal EM, publicada em 02/05/2016).

Esta narrativa nos convida a pensar em um tipo de resiliência que, segundo Souza (2011) se estabelece sem que haja tempo para que cada coisa seja feita de uma vez. Para a autora, cabe as vítimas de um desastre o desafio de enfrentar “as perdas, priorizar necessidades de sobrevivência e manter aquilo que não foi perdido” (p.5), lidando da maneira que for possível com um impacto que não estava previsto.

No caso da empreendedora vítima do rompimento, a estratégia de sobrevivência através da venda de congelados na feira é um exemplo de ação resiliente. No que concerne a perda de suas fontes de renda, é preciso considerar o quanto é desafiador, mesmo fora de um contexto de desastres, encontrar uma nova profissão. Esta dificuldade se acentua, quando analisamos casos de pessoas moradoras da zona rural, com filhos e baixo grau de escolaridade – segundo dados de Neves, et. al., (2018), em uma pesquisa realizada com 225 adultos atingidos(as) pelo rompimento de Fundão –, cerca de 58,7% destes não possuem ensino fundamental completo.

A perda da fonte de renda pode estar indiretamente relacionada ao desastre. Uma moradora da Camargos – região cujo dano principal foi o desabamento da ponte que liga a comunidade a Estrada Real –, perdeu seu restaurante devido ao baixo fluxo de pessoas:

“O sustento da comerciante de Camargos e dos nove filhos que cria no local sossegado, a quase 18 quilômetros de Mariana, vinha do restaurante que ela montou na frente de sua casa. Além dos turistas, servia almoço e jantar para funcionários de uma empresa de reflorestamento, outra de levantamento de fauna e flora e estava negociando a prestação de serviço para uma terceira. O baque foi grande, justo quando o negócio prosperava. “No dia 6 (dia seguinte ao rompimento da barragem), as empresas já ligaram cancelando. Os ciclistas e motoqueiros que passavam pela Estrada Real também mudaram a rota e não comem mais aqui. Não justifica virem aqui, já que não tem mais ponte ligando a estrada”, disse *[nome da atingida]*, que encontrou como única solução para sobreviver a atividade de faxina em residências na cidade de Mariana.” (Trecho de matéria e entrevista publicada pelo Estado de Minas em 02/05/2016).

Nesta notícia, o Estado de Minas trouxe, em nota, o posicionamento da mineradora Samarco S.A, que informou que, de fato, a reparação desta ponte em específico não estava prevista para o momento, haja vista que ela não deixa “nenhuma comunidade isolada, somente permitia o acesso à região de Bento Rodrigues – fechada a pedido das autoridades municipais – e ao distrito de Camargos, que tem outros acessos”. Frente a incerteza quanto ao prazo de

reparação da estrada, nos deparamos com situações como esta, em que a mulher se encontra frente a necessidade de trabalhar como de empregada doméstica para que fosse garantido o seu próprio sustento e de seus nove filhos.

As dificuldades no processo de reparação e indenização, são um outro fator que interfere no processo de resiliência das mulheres atingidas. Em nota ao Estado de Minas, a psicóloga da equipe de saúde mental de Mariana, afirmou que “Foi muito claro que só as atividades formais dos homens eram levadas em conta para o recebimento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE)”. Esta declaração pode ser comprovada pelo estudo desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a respeito da situação das mulheres atingidas segundo a ouvidoria da Fundação Renova. Segundo este trabalho, cerca de 47,54% das ligações feitas pelas mulheres atingidas são referentes a problemas com o AFE ou com o Programa de Indenização Mediada (PIM).

A estes indicadores do que são ou não atividades consideradas como trabalhos passíveis de indenização, não podemos deixar de questionar os padrões do sistema patriarcal sob o qual os mesmos são construídos. Embora as mulheres trabalhem arduamente nos campos, contribuindo com a renda familiar, enquanto atua também nos cuidados dos filhos e da casa, não estamos diante de uma realidade que reconheça seus serviços. Nos valendo das ricas constatações de Federici (2017), o valor das mulheres para o capitalismo se camufla sob as funções de cuidar e reproduzir.

Como nos apontam Landau e Saul (2002), a ruptura do estado habitual das coisas causado por um desastre, aumenta exponencialmente o número de casos de depressão, suicídio e consumo de drogas. Deste modo, a fim de que a resiliência aconteça dentro de suas limitações, é de suma prioridade a existência de apoio psicológico e financeiro às vítimas enquanto estas estão impossibilitadas de retornar às suas atividades.

A dificuldade no processo de comprovação dos trabalhos exercidos pelas mulheres atingidas que antecediam ao desastre, é novamente retratada por meio da fala de uma delas, apresentada também no código maternidade, que fora abandonada pelo marido:

“Enquanto luto pelos direitos que tenho, preciso ainda cuidar do que restou da minha família e trabalhar [...] Depois de três anos, consegui receber o auxílio... um salário mínimo [...], mas foi muito difícil pra mim conseguir, só lá no Defensor mesmo [*defensoria pública*] no Fórum”. (Mulher atingida, em entrevista ao Estado de Minas publicada no dia 03/11/2020).

Enquanto analisávamos estas e outras notícias, não identificamos homens atingidos que cobravam por seus auxílios financeiros emergências – o que não garante que todos tenham sido atendidos sem transtornos – mas nos faz refletir acerca dos impedimentos enfrentados especificamente pelas mulheres.

As principais insatisfações do gênero masculino apresentadas em seus relatos ao EM, versaram principalmente sobre suas terras, o cuidado com seus animais e a demora a respeito das entregas de Novo Bento – temas também abordados por mulheres, que apenas se somam às demandas apontadas neste código.

Perder suas antigas fontes de renda e seguir em busca de alternativas que garantam o sustento familiar, se apresenta como um forte indicativo da capacidade de resiliência feminina, o que não nos faz deixar de lamentar o fato de que medidas desafiadoras precisem ser tomadas sem o amparo necessário.

#### *4.4.3 Modos de vida*

O código “modos de vida” foi o segundo maior relatado por mulheres atingidas, aparecendo por um total de 11 vezes. Ao analisarmos narrativas entorno deste tema, precisamos levar em consideração que a perda de residências e quintais para as mulheres rurais, representa muito mais do que olhos puramente técnicos conseguem perceber. Nas propriedades rurais, as mesmas atuam como responsáveis pela segurança alimentar e na contribuição para uma economia pouco valorizada, mas, de grande peso dentro e fora de casa (CARDOSO, et. al., 2019).

Para além do valor monetário inserido no trabalho das mulheres nos quintais, temos a autonomia que estas atividades representam (ROCHA-COUTINHO, 1994). Seus costumes, suas preferências, o conhecimento sobre a terra e memórias estão para além do que indenizações em dinheiro podem reestabelecer, como vemos no relato de uma mulher atingida de Paracatu de Baixo:

“Ninguém esperava aquele mar de lama. A nossa casa foi tampada e a nossa identidade estava lá. Ficamos meio perdidos. Meu marido queria ver no outro dia o que tinha ocorrido. Então, passamos a noite numa beira de estrada, mas não conseguimos nem chegar perto de onde era a nossa casa [...] estamos tentando retomar a vida, trabalhando. Mas, são muitas incertezas. Tanto aqui, onde moramos hoje, quanto sobre onde vamos morar depois” (Mulher atingida em entrevista publicada pelo Estado de Minas em 03/11/2019).

As dificuldades relacionadas à perda de seus costumes e territórios, se intensificam devido a região onde estes se estabeleceram após o desastre. Majoritariamente alojados em Mariana - MG, a cidade com maiores características de urbanização e adepta a uma realidade distinta, trouxe aos moradores atingidos, olhares de preconceito e julgamentos:

“Meu prazer era fazer os casamentos em Paracatu de Baixo. Fiz o último, antes de o rompimento ter destruído a minha comunidade [...] nossas crianças são chamadas de pé de lama. A gente é chamado de pé de lama. Somos rurais. Andávamos descalços, sem nos aprontar e isso trouxe muito preconceito na área urbana de Mariana, onde fomos obrigados a morar” (Mulher atingida de Paracatu de Baixo, em entrevista ao jornal Estado de Minas publicada em 01/11/2020).

Segundo o jornal, embora os moradores locais tenham sido bem recebidos no centro de Mariana logo após o momento do desastre, o início das hostilidades se deu a partir da paralisação das atividades da mineradora, responsável naquele momento por cerca de 40% dos empregos da região e 54% do faturamento econômico da cidade. Situações como esta apresentada pela atingida, intensificam as dificuldades no processo de socialização e adaptação dos atingidos, reforçando ainda mais sua sensação de não pertencimento à terra:

“A gente ia dormir lá no Bento. Eu decidi que quero dormir lá mais uma noite antes de ser alagado [...] Sonho com Bento e acordo em Mariana [...] não tem um segurança (da Samarco) que me impede de ir. Se chega algum para falar alguma coisa, coitado dele. Porque falo mesmo”, diz, com um sorriso orgulhoso e um olhar bravo. “A gente precisa ir para lá. É como voltar para casa, repor as energias.” (Mulher atingida, em entrevista ao jornal Estado de Minas em 30/10/2016)

“Eu tinha, da vista da minha janela, uma das paisagens mais lindas que uma pessoa podia ter. Qual paulista não ia dar tudo na vida para ter um quintal verde e bonito como o meu, todo fechado de bananeiras, amoras e com o rio correndo ao fundo?”, relata a dona de casa [nome da entrevistada], de 50 anos, moradora de Barra Longa, orgulhosa de suas memórias.” (Mulher atingida, em entrevista ao jornal Estado de Minas publicada em 31/10/2017).

Durante a análise de 84 notícias, percebemos nas narrativas encontradas um marco temporal instituído por frases como “antes do rompimento” ou “antes da lama” para iniciar um relato saudoso sobre sua antiga realidade, de suas casas e modos de vida. Candau (2005) em seus estudos sobre a memória, aponta que certos enfrentamentos, podem vir a ser tão traumáticos ou atípicos da vida cotidiana, que são capazes de instaurar na memória daqueles que sofrem com o incidente, uma divisão entre a realidade antes e depois do acontecimento.

Ainda nesta perspectiva, identificamos um padrão seguido por frases como “aqui/lá em Mariana” ou “nessa nova casa”, toda vez que um relato caminhou para o descontentamento. Como exemplo disso, temos a fala de uma moradora de 92 anos, que se viu obrigada a sair de sua residência – não atingida, porém ilhada – já habitada pela terceira geração: “Vou para Mariana, mas não gosto de lá [...] tocamos as galinhas, as vacas, mas foi muita coisa embora” (em entrevista publicada em 31/10/2017).

Modos de vida enquanto código nos apresentou quadros de sentido que caminham pela memória, afeto e descontentamento. Neste tópico, encaramos também a permanência de estigmas associados à população rural, acrescidos pela insatisfação dos moradores de Mariana devido ao encerramento temporário das atividades da mineradora. Observamos, pois, a necessidade de se adaptar e sobreviver por parte dos atingidos, pela ótica da resiliência, que em muito contribuirá para a sistematização de estratégias que se adequem ao gênero feminino enquanto mobilizadoras da comunidade para a sua resistência e adaptação frente a uma possível situação de desastre (OKTARI, et. al., 2021).

No entanto, Souza (2011), afirma que esta resiliência acontece com maior facilidade quanto existente a união de uma comunidade, pois somente esta poderá compartilhar suas necessidades e sofrimentos, desenvolvendo assim estratégias de sobrevivência. No caso de Fundão, como sabemos, a pulverização geográfica afastou os atingidos de suas redes de relacionamento e é este o tema que abordaremos a seguir.

#### *4.4.4 Redes de relacionamento*

O código “redes de relacionamento” foi aquele que mais apareceu durante as entrevistas com mulheres atingidas, sendo este um total de 12 vezes. A convicção desta solidariedade comunitária pode ser vista no relato a seguir:

“Se fosse uma enchente, a gente voltava e reconstruía, um ajudando o outro [...] Se tivesse entregue o local sem lama, a solidariedade da nossa gente já tinha servido para levantar ao menos dois cômodos e banheiro para todo mundo” (Mulher atingida de Bento Rodrigues, em entrevista ao jornal Estado de Minas publicada em 02/05/2016).

Outra narrativa, também do ano de 2016, nos indica a relação de proximidade existente entre os moradores da região de Bento Rodrigues. Nesta, uma moradora atingida entrevistada pelo Estado de Minas menciona a perda de três vizinhos que faleceram após o rompimento:

“Morreram o Henrique, a Sueli e um rapaz conhecido por Mudinho. Seu Henrique morreu de desgosto. Ele tinha um terreno enorme dentro de Bento Rodrigues e morava sozinho. Criava vacas e vendia leite. Perdeu tudo e foi morar em Mariana. Entrou numa depressão profunda e se recusou a tomar os remédios para o coração. Queria voltar de qualquer jeito para o Bento, mas morreu há três meses” (Mulher atingida de Bento Rodrigues, em entrevista ao jornal Estado de Minas publicada em 01/11/2016).

Como nos aponta os estudos de Menezes (1996), a comunidade se torna uma extensão da família, garantindo sobretudo às mulheres, uma rede de confiança para momentos de dificuldades, doenças, mortes e outras necessidades. Lima e Oliveira (2018), complementam esta perspectiva ao apontar também a confiança estabelecida entre vizinhas para o cuidado com filhos umas das outras, quando precisam ir até a cidade. O trabalho de Souza (2011) aponta que a união entre os atingidos por um desastre, tende a facilitar o processo de recuperação física e psicológica dos mesmos. Juntos, estes são capazes de desenvolver estratégias de enfrentamento, de se organizarem politicamente e compartilhar saberes e experiências adquiridas após o acontecimento. A distância com que as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão foram instaladas em Mariana, dificulta os encontros e faz com que estes enfrentem muitos de seus problemas, sozinho: como foi o caso de Seu Henrique.

A demora no processo de construção do município de Novo Bento, alterada por cerca de 7 vezes até o momento em que este trabalho é elaborado, também trouxe inseguranças e comentários a respeito da disposição das casas e de seus vizinhos: “É um lugar diferente daquele a que estamos acostumados. Por isso, temos que ir para lá e morar por um tempo para ver como vai ser, como serão as casas e a vizinhança” (moradora atingida, em entrevista ao Estado de Minas em 11/04/2018).

Ainda que este código tenha aparecido por diversas vezes, vale ressaltar que a maioria das menções sobre as redes de relacionamento da comunidade foram feitas de maneira sutil, reduzidas a poucas palavras durante o curto espaço de tempo fornecido às mulheres atingidas. Um bom exemplo é a participação de uma destas, em matéria publicada pelo Estado de Minas, na qual disse apenas: “O que mais me faz falta é a vizinhança” (mulher atingida, em entrevista ao Estado de Minas em 05/11/2020).

Para o comentário acima citado e para os outros que seguem a mesma linha de considerações, o jornal não dedicou reflexões e análises mais profundas. As matérias nas quais estas falas se inseriram, não fizeram a perda de suas redes de relacionamento um tópico de

destaque. Este fato nos traz ao pensamento de que, o assunto mais abordado pelas mulheres atingidas ao longo de cinco anos de publicações, não recebeu nenhuma notícia que tratasse especificamente desta ruptura.

#### *4.4.5 Necessidades específicas do gênero feminino*

Ao direcionamos nosso olhar para a realidade e o material que estava disponível sobre as necessidades específicas ao gênero feminino, foram encontradas duas aparições sobre o tema, não a partir do grupo feminino entrevistado, mas sim pela Defensoria Pública (1) e pelo próprio jornal Estado de Minas, trazendo relatos de mulheres atingidas (1). Vale lembrar que analisamos notícias publicadas entre os anos de 2015 a 2020 – e a primeira que abordou o tema, cujo trecho aparecerá em seguida, foi publicada apenas em 2018, rompendo-se um silêncio de três anos sobre os enfrentamentos particulares das mulheres atingidas:

“As empresas [...] devem também se abster de usar questionários com a mulher atingida que direcionem ou não ao reconhecimento do seu trabalho como autônoma, independente e não complementar ao do seu companheiro, devendo indenizá-las em igualdade de condições com os homens” (Defensoria Pública, em nota publicada pelo Estado de Minas em 06/04/2018).

Esta publicação foi feita para apontar as irregularidades e descumprimentos da Fundação Renova em dois anos e meio desde o rompimento da barragem. Nesta, promotores, procuradores e defensores públicos da União, apresentam uma série de recomendações que deveriam ser atendidas pela FR. O trecho acima se trata de uma destas orientações, mas não houve espaço para maior aprofundamento sobre o tema. Observando a quantidade de informações abordadas em uma única notícia, acreditamos que este tópico, apesar de sua importância, pode não ter obtido grande destaque aos olhos dos leitores.

Dois anos mais tarde, nas matérias referentes ao ano de 2020, identificamos a única publicação voltada exclusivamente para apresentar a situação específica das mulheres atingidas. Intitulada “Mariana, 5 anos: mulheres sofrem as piores consequências da tragédia”, a publicação abordou a dificuldade enfrentada pelo gênero feminino em relação aos direitos indenizatórios que lhes são negados.

Segundo dados de Scabin et. al., (2019)<sup>4</sup>, também apresentados pelo Estado de Minas, cerca de 32,43% das mulheres enfrentam problemas no cadastro para o recebimento do AFE.

---

<sup>4</sup> Scabin et. al., (2019) foi referenciado pelo jornal como apenas como FGV – Fundação Getúlio Vargas, pois a pesquisa foi financiada pela mesma.

A maior dificuldade estaria então na comprovação das atividades exercidas no período anterior ao desastre que, em muitos casos não possuíam nenhum comprovante de realização. Como nos aponta Sales (2007), a inserção histórica das mulheres no espaço privado, as separam de benefícios primordiais, como seguridade social, aposentadoria, limite de jornada de trabalho, férias, entre outros.

Encontramos a primeira matéria voltada especificamente para as necessidades femininas cinco anos após o rompimento nos faz refletir a respeito do papel secundário ocupado por mulheres nos espaços públicos. Como nos aponta Rocha-Coutinho (1994), o discurso social em torno da identidade feminina, longe de ser neutro, é organizado a partir das necessidades e mitos criados a fim de que se mantenha a ordem proposta pelo sistema vigente.

#### **4.5 Os quadros de sentidos segundo o Estado de Minas: algumas reflexões**

Para interpretarmos quais são os quadros de sentidos construídos ao longo de 84 notícias analisadas em um período de cinco anos sobre as mulheres atingidas, devemos nos atentar primeiramente para o intervalo entre uma publicação e outra, que chega a espaços de cinco meses.

Segundo (QUERÉ, 2012), quanto maior a frequência e a quantidade de informações compartilhadas em casa notícia, maior será a capacidade do leitor para construir sua opinião, discurso e julgamento. A grande distância entre as publicações, dificulta para que o leitor retenha as informações recebidas em notícias lidas anteriormente e as acrescente às matérias seguintes, a fim de que se formem quadros de sentidos mais completos. Em um cenário onde 27 mulheres atingidas foram entrevistadas em 84 matérias publicadas ao longo de cinco anos, compreendemos que este número não será suficiente para que os leitores(as) reflitam sobre as particularidades e enfrentamentos específicos ao gênero.

O tempo entre as notícias publicadas a respeito da situação dos atingidos pós-desastre, também contribui para que o tema se limite àquilo que a mídia já construiu sobre o mesmo. Em nossa visão, os códigos que definiriam os atingidos, entre homens e mulheres, segundo o que apresenta o EM, seriam: vulnerabilidade, marginalização e descaso. O que de fato condiz com a realidade dos mesmos, mas não somente.

Sobre este aspecto, concluímos que a resiliência das mulheres é uma categoria pouco explorada em uma perspectiva que as apresente como agentes de risco, capazes de atuarem de maneira significativa no momento do desastre e do pós-desastre. É de suma importância que

seu papel seja ressignificado, para que haja uma contribuição efetiva do gênero feminino nos aspectos de comunicação, negociações e vigilância do risco. Novos quadros de sentido que caminhem por esta ótica poderão fomentar os futuros planos de gestão do risco e desastres.

O racismo foi abordado em apenas uma matéria, intitulada “Atingidos de Mariana denunciam Fundação Renova por racismo e assédio moral” publicada em 21 de novembro de 2019. Segundo a notícia, o Ministério Público Federal declarou que recebeu durante os meses anteriores à data de publicação da mesma “diversas reclamações noticiando que a Renova posterga o atendimento a demanda de militantes de movimentos de atingidos, especialmente das pessoas mais vulneráveis, e, dentre estas, as de cor preta.”.

Esta matéria não abordou a pauta interseccional ainda que esta se relacione diretamente com a denúncia em questão. A Fundação Renova dentro da mesma notícia, negou a existência de quaisquer diferenciações durante o processo de reparação, afirmando que suas ações prezam “pelo respeito aos direitos humanos de todas as pessoas envolvidas no processo da reparação, sem tolerar qualquer tipo de discriminação por origem, raça, cor, gênero, idade, orientação sexual, religião ou opinião política, entre outros, em seus programas, projetos e ações”.

Em nossas perspectivas, acreditamos que o silenciamento da abordagem interseccional dentro destas e outras temáticas está em intrínseca relação para com as pessoas que ocupam os cargos de pesquisa, redação e publicação no jornal. As matérias majoritariamente assinadas apenas por “Estado de Minas” não nos fornecem indicativos a respeito da diversidade de pessoas e pontos de vista que poderiam ser compartilhados no interior do jornal. Quantas cargos estão ocupados por mulheres? Destas mulheres, quantas são negras? Sabemos que a ausência de representações pode gerar também a ausência destes debates.

Outra questão observada durante todo o processo de análise foi a respeito da participação dos leitores através de comentários ao final das notícias. Este espaço é comum no meio jornalístico digital e contribui na troca de opiniões sobre o tema. No entanto, em nenhuma das notícias analisadas encontramos comentários de leitores. A guia permaneceu com “zero comentários disponíveis” e isso nos trouxe os seguintes questionamentos: seria a linguagem utilizada pelo Estado de Minas, responsável por não instigar o leitor ao debate? O fato de ser esta uma plataforma paga, terá relação com a não participação de seus assinantes? Ou seriam os leitores, em sua maioria, pessoas pouco familiarizadas e interessadas no tema, principalmente após um período de seis anos? Acreditamos que estas perguntas podem nortear estudos futuros.

## **5. DIÁLOGO E PARTICIPAÇÃO: AÇÕES PARA O GÊNERO FEMININO NOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO DA FUNDAÇÃO RENOVA**

### **5.1 Entre o feminino e o masculino: Os diferentes mecanismos de respostas ao desastre**

Seis anos após o rompimento da barragem de Fundão, a Fundação Renova – instituição responsável pelos serviços de indenização e reparação prestados às vítimas do rompimento –, segue com a execução de projetos em nível social, econômico e ambiental em busca de uma redução dos danos causados.

Para que estas ações atendam de maneira justa e eficaz a todos os atingidos, faz-se necessária a compreensão de que os danos derivados deste desastre não atingem a todas as suas vítimas da mesma forma. Para Hemachandra et. al., (2018), os fatores que marcam a experiência social que antecede ao momento do desastre em si são determinantes para definir como e por quais motivos um determinado grupo de indivíduos terá vantagens e desvantagens perante outros que vivem a mesma situação, no mesmo momento.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2002), as relações entre os gêneros são consideradas um fator crucial no processo de exposição, resposta e recuperação de um desastre, uma vez que as experiências vivenciadas no período anterior ao mesmo são diferentes para cada grupo. Quando nos referenciamos as mulheres por exemplo, temos que estas são marcadas por desvantagens socioeconômicas e políticas em relação a experiência masculina e que estes fatores tendem a se acentuar em situações de risco (MEHTA, 2007).

Esta realidade está relacionada com o papel assumido pelas mulheres rurais no espaço privado. Segundo Rocha-Coutinho (1994), o tempo dedicado por este grupo ao cuidado da casa e dos filhos, é, para homem, o tempo utilizado na conquista do ambiente público e de empregos que lhes assegurem todos os benefícios previstos. Como nos aponta a autora, ainda que avanços no domínio destes espaços possam ser considerados é um grande desafio, principalmente quando os grandes líderes em posições de poder continuam sendo do gênero masculino.

Estas vulnerabilidades tendem a se acentuar ainda mais em um contexto pós-desastre, reduzindo as mulheres a um papel secundário também nos processos de diálogo e negociações referentes aos serviços de compensação prestados pela instituição responsável (FORDHAM & KETTERIDGE, 1998).

No caso do rompimento da barragem de Fundão, os estudos feitos por Scabin et. al., (2019) – em uma pesquisa sobre a situação das mulheres atingidas de Mariana – confirmam estas perspectivas ao apontarem que as principais queixas referentes aos serviços de reparação e indenização prestados pela Fundação Renova partem do grupo feminino. Segundo os autores, 32,43% das ligações feitas por estas à ouvidoria da Fundação Renova são em buscas de respostas sobre suas situações cadastrais e 21,57% relatam os problemas com o Programa de Indenização Mediada (PIM). Por outro lado, dados da mesma pesquisa apontam que em 2019, cerca de 68,5% dos homens já estavam em posse de seu Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) enquanto o número de mulheres indenizadas era de 39,5%.

Faz-se necessária a investigação acerca do silenciamento ou não reconhecimento dos direitos das mulheres atingidas nos serviços de reparação e no processo indenizatório. Segundo Myers (1994, p.14) a premissa “mulheres e crianças primeiro” acaba por seguir o caminho oposto. Neste cenário, devemos enfatizar a importância de que as ações para recuperação sejam realizadas com total comprometimento por parte da instituição envolvida, uma vez que as comunidades atingidas sequer foram informadas previamente de que a barragem estava em situação de risco (PASSOS, et. al., 2017). De acordo os autores, o laudo sobre a situação da barragem de Fundão solicitado pelo Ministério Público apontava a necessidade de um plano de contingência para a prevenção de riscos e acidentes que não chegou a ser elaborado pela empresa.

Ademais, não somente as indenizações financeiras devem ser consideradas. Um desastre responsável por impactar direta e indiretamente 41 municípios, exige serviços de reparações sociais, ambientais e econômicas. Para isso a Fundação Renova segue, desde sua criação em 2016, o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), desenvolvido pela instituição junto ao Ministério Público e a sociedade civil. A partir do mesmo, a FR atua nestes três eixos em busca de fornecer às vítimas do rompimento o apoio necessário para sua recuperação.

A partir da criação do TTAC, 42 programas para ações de reparação foram desenvolvidos e postos em prática pela Fundação a partir de 2016. Nos chama a atenção o fato de que dentre este número considerável de categorias, nenhuma delas se dedica de modo particular às demandas do gênero feminino. Como apresentado, ainda que a ODS (WHO, 2002) nos indique a necessidade de atenção às diferentes experiências entre os gêneros em contextos de desastres, o tema não foi considerado prioridade para o desenvolvimento do TTAC.

Sob esta ótica, o presente capítulo tem por objetivo compreender sob quais medidas os projetos propostos pela Fundação Renova compreendem as mulheres atingidas e, se este silenciamento observado por Scabin et. al. (2019) nos serviços de indenização e no acesso aos Auxílios Financeiros Emergenciais, permanece também nos aspectos que tangem as ações de proteção social, diálogo e participação do gênero feminino.

Como determina o TTAC (2016, p.16), os programas de recuperação deverão “remediar, mitigar e reparar, incluindo indenizar, os impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, advindos do evento com base na situação anterior”. A fim de compreendermos a dedicação dos mesmos em prol da recuperação das mulheres atingida, traçamos um caminho em busca destas respostas.

## **5.2 Procedimentos metodológicos**

Para fins deste estudo foram selecionados todos os relatórios de atividades mensais da Fundação Renova, desde seu primeiro mês de execução das mesmas até agosto de 2021, sendo levantados um total de 66 documentos.

Embora estes documentos oficiais não façam parte do mesmo contexto no qual são reproduzidos os sentidos dos demais atores envolvidos no desastre, Prior (2016) afirma que também os documentos e relatórios, juntamente com análises estatísticas produzidas por instituições, são responsáveis pelos sentidos que assumimos perante dado contexto. Sob esta ótica, direcionamos nosso olhar para a narrativa elaborada pela Fundação Renova, através de seus documentos oficiais de reparação, em busca de compreender o que tem sido feito e qual o espaço dedicado às mulheres atingida no processo de reparação.

Em cada relatório, foram selecionados os tópicos “Programa de Proteção Social” e “Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social” para a análise e interpretação das informações postas pelos mesmos. Para melhor apresentação dos dados, foi realizada uma contagem de frequência referente ao número de atividades voltadas para as mulheres atingidas.

Quando atividades foram encontradas, buscamos compreender se estas consideravam os seguintes fatores: i) disponibilidade de tempo; ii) amparo psicológico as vítimas e incentivo à participação; iii) diálogo e negociação no processo de decisão sobre a realização do programa/projeto. A escolha destes códigos se consolidou através dos estudos de Myers (1994)

e Oktari et. al., (2021), que apontam estes aspectos como cruciais no processo de inclusão das mulheres em planos de gestão pós-desastre.

A fim de que fossem compreendidos o número de meses que contaram com ações de recuperação voltadas para o gênero feminino nestes 58 relatórios, uma outra contagem de frequência foi realizada. Para que a análise corresse através de uma linha temporal, organizamos os dados levantados em tabelas, marcados pelos anos aos quais os documentos se referem sendo estes entre 2016 a 2021. Esta opção, nos garante a compreensão de quando e em quais instâncias, maiores e menores investimentos foram realizados em projetos para o gênero feminino.

Vale ressaltar que os meses nos quais nenhuma atividade foi apresentada também complementaram os dados aqui expostos. Nos atentamos ainda para a separação entre os programas e projetos que contemplaram os impactados pelo desastre em totalidade e aqueles específicos para as mulheres atingidas.

Em busca de que fossem compreendidas as determinações do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta seguido pela Fundação Renova, realizamos por fim uma revisão de todo o documento em busca das formações discursivas estabelecidas sobre o gênero feminino.

Por fim, realizamos um encontro virtual com membros da Fundação Renova, representantes dos dois programas aqui analisados para que os levantamentos feitos por este estudo fossem apresentados. Neste momento, nos prontificamos também a ouvir o posicionamento da instituição a respeito dos serviços de reparação e do desenvolvimento de ações voltadas em especificidade para o gênero feminino.

### **5.3 Resultados**

Ao analisarmos cinco anos de relatórios de atividades mensais realizadas pela Fundação Renova, identificamos apenas quatorze ações voltadas para o gênero feminino. Cada um destes programas contou com cinco (PG005) e nove (PG006) intervenções.

No que se refere ao Programa de Proteção Social, as cinco intervenções encontradas se concentraram no ano de 2017. Trataram-se de oficinas para geração de trabalho renda, discussões sobre saúde mental e formação de cooperativas. Pelo que consta nos relatórios de atividades mensais, os anos de 2016, 2018, 2019 e 2020 não apresentaram, em totalidade, nenhuma ação referente ao PG005 com enfoque particular nas mulheres atingidas. Estes dados estão organizados no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Ações específicas para o gênero feminino no Programa de Proteção Social da Fundação Renova entre os anos de 2016 a 2020

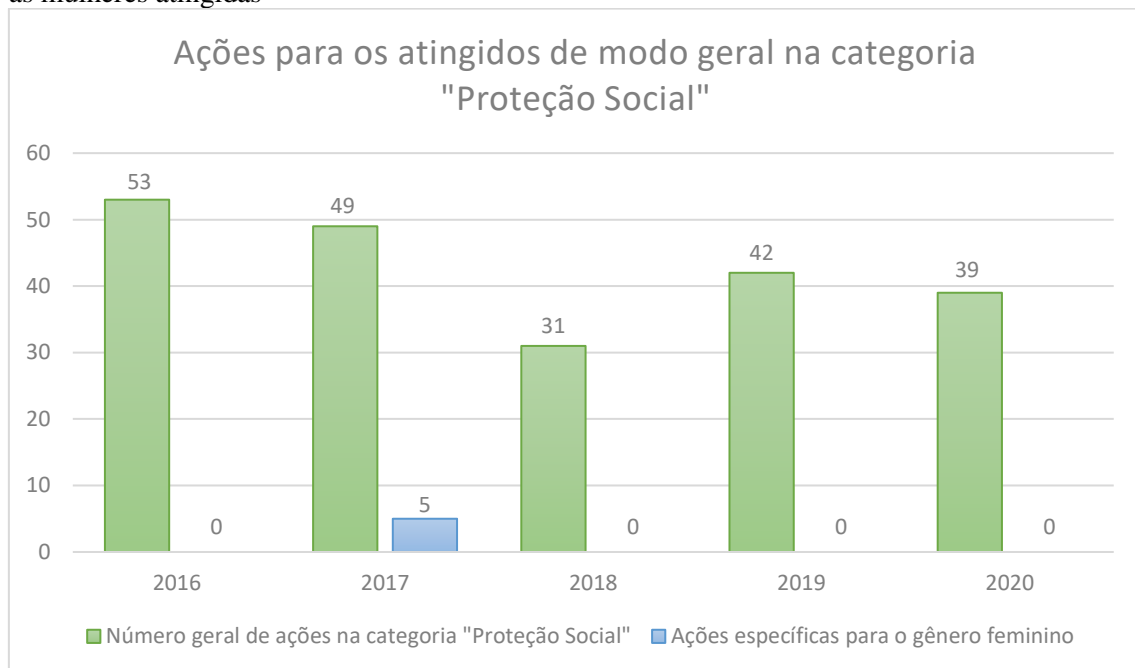


Fonte: Elaborado pela autora

Para melhor clareza na interpretação dos dados e do papel ocupado pelo gênero feminino no programa de proteção social, contabilizamos também todas as ações realizadas pelo PG005. Entre 2016 e 2020, segundo os relatórios da Fundação Renova, 214 atividades foram realizadas em diversos municípios afetados pelo rompimento da barragem. Nestas últimas, não houve especificações sobre o seu público alvo, sendo possível compreender que a participação de mulheres também foi permitida, o que não diminui a necessidade de que programas específicos

sejam realizados. Em uma base comparativa, estamos diante do número de cinco para 214 dinâmicas de interações, oficinas e investimentos, como podemos observar na tabela abaixo:

Gráfico 2: O Programa de Proteção Social da Fundação Renova em suas ações gerais e específicas para as mulheres atingidas

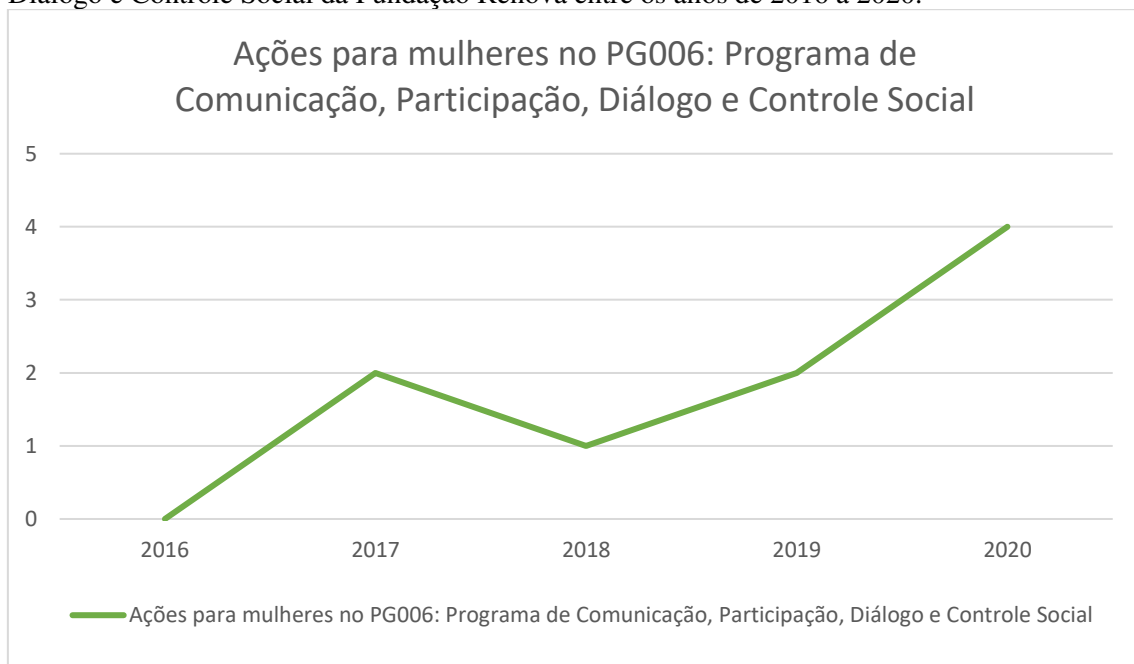


Fonte: Elaborado pela autora

O Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social, por sua vez, contou com pelo menos uma atividade em cada ano, com exceção de 2016 que não apresentou nenhum processo de comunicação ou negociação que tenha sido feito precisamente com o gênero feminino. No ano de 2017, identificamos dois momentos nos quais este diálogo foi

estabelecido, seguido por uma vez em 2018, duas em 2019 e quatro em 2020. Estas informações são expressas no gráfico a seguir:

Gráfico 3: Ações específicas para o gênero feminino no Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social da Fundação Renova entre os anos de 2016 a 2020.



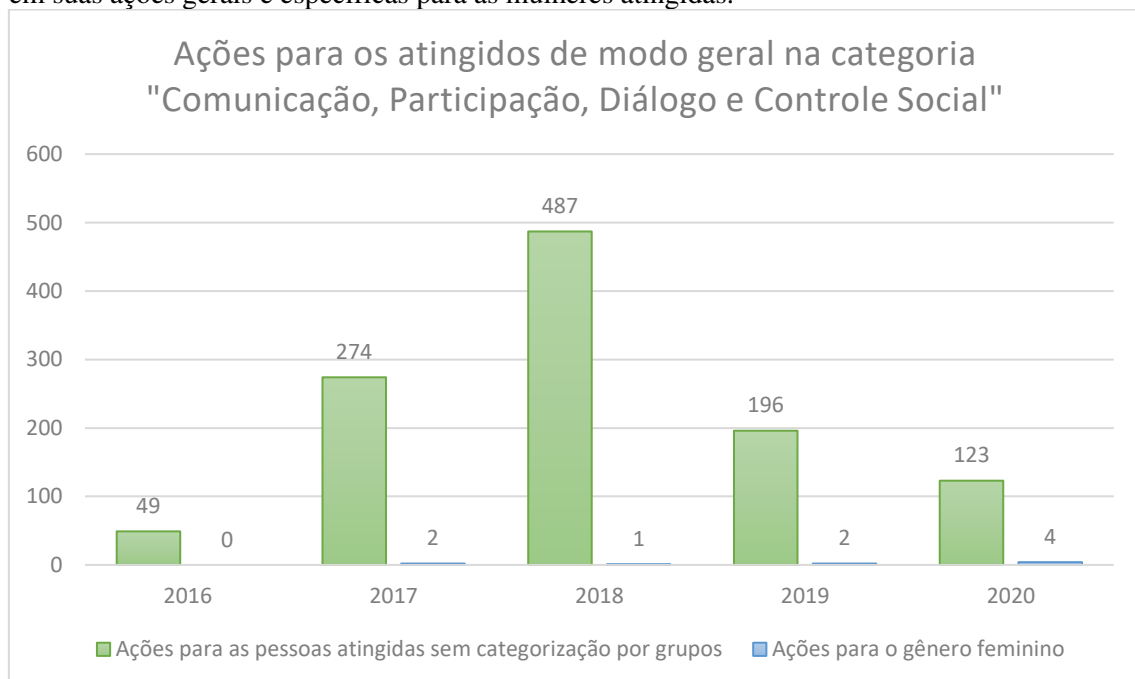
Fonte: Elaborado pela autora

Assim como no Programa de Proteção Social, contabilizamos o número de contatos, discussões e negociações estabelecidos e que foram apresentados pelos relatórios de atividades mensais no eixo PG006. Para esta categoria, 1.129 ações foram realizadas. Vale destacar que os relatórios deram enfoque para as atividades maiores, organizadas entre reuniões em

municípios, melhorias nos canais de relacionamento presenciais e comunicação (elaboração de materiais gráficos, participações em programas de rádio, organização e presença em eventos científicos, etc.) e foram estas as atividades aqui contabilizadas. Não tivemos acesso aos dados sobre o contato estabelecido através da ouvidoria ou ao número exato de visitas às casas de atingidos, por exemplo.

Este número nos apresenta uma base comparativa de apenas nove espaços para discussões específicas com as mulheres, em 1.129 ações referentes ao PG006. Tal como no caso do Programa de Proteção Social, é possível compreender que a participação das mulheres nos demais encontros também foi permitida. Contudo, não foram identificadas menções de que nestes múltiplos contatos, um espaço para as demandas do gênero feminino foi aberto. Os dados estão organizados no gráfico abaixo:

Gráfico 4: O Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social da Fundação Renova em suas ações gerais e específicas para as mulheres atingidas.



Fonte: Elaborado pela autora

No que diz respeito às ações que contemplem ao gênero masculino de maneira específica, nenhuma atividade foi encontrada. De modo geral, as atividades identificadas não apresentaram objeções quanto a presença de possíveis grupos interessados.

A leitura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta nos forneceu apenas uma menção referente a atenção necessária as especificidades do gênero feminino. A determinação apresentada no mesmo era para que, no momento do cadastro junto a Fundação, as vulnerabilidades de mulheres, sobretudo chefes de família, fossem consideradas.

## **5.4 Discussões**

### *5.4.1 O Programa de Proteção Social: um olhar para o lugar do gênero feminino*

Quando planos de gestão pós-desastres são elaborados, estratégias e medidas que contribuam para a recuperação de todos os grupos atingidos devem ser elaboradas e postas em prática. Neste processo, faz-se necessária a compreensão de que cada grupo de pessoas atingidas parte de pontos distintos e que por isso precisarão de projetos e ações específicas para que suas demandas sejam contempladas.

Os dados apresentados neste trabalho nos indicam que a Fundação Renova direciona seus investimentos para atividades que atingem a todos de modo geral, sendo possível a participação de diversos grupos, orientados pelos mesmos critérios. No entanto, esta generalização não apresenta garantias de todos atingidos serão beneficiados por estes projetos em igual maneira.

Como nos apontam os estudos de Mehta (2007) os impactos de um desastre são intensificados por fatores socioeconômicos e biológicos, que são parte da existência de idosos, crianças, minorias étnicas, pessoas com deficiências físicas e mentais e mulheres, sobretudo aquelas marcadas pelo racismo interseccional. Este, apresenta os aspectos de raça, gênero e classe como categorias indissociáveis para a experiência das mulheres em sociedade (CRENSHAW, 1989).

Por estas razões, a necessidade de que programas específicos sejam criados é reforçada nos estudos sobre a relação entre gênero e desastre<sup>5</sup>. Cabe destaque a compreensão de que estas medidas não somente contribuem para que as próprias mulheres se reergam frente a crise como também toda a sua comunidade. Mehta (2007), afirma que quando o gênero feminino assume seu papel como agente social frente ao desastre, o mesmo é capaz de contribuir para o desenvolvimento de comunidades mais resilientes, principalmente através de sua capacidade de organização e comunicação dentro de suas localidades.

---

<sup>5</sup> Ver em Schwoebel & Menon (2004); Enarson, Fothergill & Peek (2018); Morioka, (2014).

As cinco atividades encontradas no tópico de Proteção Social nos relatórios de atividades mensais do ano de 2017, são apresentadas de maneira breve, apenas com o título, sem informações sobre o número de participantes, se houve uma busca pela compreensão do nível de interesse nesta ação ou se aconteceu alguma negociação por melhores dias e horários junto ao público alvo. A não especificação sobre o planejamento das intervenções e como elas foram estabelecidas, não nos dá informações a respeito do sucesso das atividades e da adesão das mesmas por parte da comunidade.

A primeira ação específica para mulheres atingidas apresentada pela FR foi em maio de 2017. O desenvolvimento da mesma se deu a partir da “formação de grupos focais e realização de oficinas para crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e mulheres” realizada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/maio de 2017, p.19). A criação de ações como esta são de caráter positivo, sobretudo quando as mulheres enfrentam limitação de participação devido a necessidade de cuidar dos filhos. Quando estas atividades abrangem também ao seu grupo de cuidado, é possível presumir um maior envolvimento das mesmas.

Vale ressaltar que ao lado da Fundação Renova, as instituições públicas, como o CREAS, contribuem para o processo de reparação dos danos. Esta parceria, segundo membros da Fundação, está contida no repasse de orçamento por parte da instituição para que o CREAS direcione estes recursos de acordo com as demandas que recebem.

Segundo o documento, os principais objetivos destes encontros foram “gerar um relatório que vai subsidiar a elaboração dos planos de ação para a redução de vulnerabilidade nos municípios”, “resgatar a convivência comunitária” e “trabalhar conflitos familiares que surgiram em decorrência do novo modo de vida” (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/maio de 2017, p.19-20).

Sabemos que a decisão de realizarem grupos focais pode vir a ser de grande valia no processo de aprendizagem social, sendo estes capazes de fomentar a compreensão de quais são as principais demandas e percepções de um determinado grupo de pessoas a partir destas interações (SILVA, et. al. 2021). O mesmo relatório não nos forneceu informações cruciais para a avaliação desta atividade, haja vista que não foram apresentados os resultados destes encontros, qual o nível de adesão por parte das comunidades e como foi feita a divulgação e negociação para a realização dos mesmos.

As três atividades seguintes aconteceram no mês de junho de 2017 e se configuraram em oficinas sobre a saúde física e mental das mulheres atingidas; o consumo de álcool e outras substâncias e a geração de trabalho e renda. Estes encontros, segundo o relatório da FR, aconteceram uma vez por semana com mulheres de 25 a 60 anos e a temática foi escolhida junto ao seu público alvo. A pesquisa realizada por Scabin et. al. (2019) com mulheres atingidas pela barragem de Fundão, nos garante a importância de encontros como estes uma vez que 74% do gênero feminino impactado pelo desastre apresenta índices de depressão e ansiedade.

No entanto, os resultados destes encontros e uma análise sobre a efetividade dos mesmos não foi apresentada nesta documentação, nem nos meses posteriores. Ainda que oficinas sejam importantes no processo de ensino-aprendizagem, entendemos que suas ações devem ser continuadas e conciliadas a um programa para indenizações específico para o gênero para que resultados permanentes sejam possíveis.

A última atividade voltada para o gênero feminino encontrada no Programa de Proteção Social da Fundação Renova, aconteceu no mês de novembro de 2017. A mesma foi basicamente a contratação de mulheres atingidas – sem apresentação do número exato – da comunidade de Gesteira (MG) para a produção do “café rural” que acolheu os participantes de um evento interno, voltado para os operadores do eixo PG005 (FUNDAÇÃO RENOVA, RAM/novembro de 2017). Esta ação pontual, contribuiu apenas para a elevação mínima da renda das mulheres contratadas entre os dias 27 e 28 de novembro e não como um projeto que visava ganhos futuros, tal como os acima citados. Novamente, a seleção destas trabalhadoras bem como o processo de divulgação desta oportunidade não foi apresentada no relatório.

A partir da avaliação única dos relatórios de atividades mensais, não é possível garantir que as ações apresentadas foram capazes de contribuir a longo prazo para o reestabelecimento das mulheres atingidas em alguma medida, assim como também não podemos afirmar que estas foram as únicas neste período. Neste ponto, discutimos apenas como a instituição comunica suas ações para a sociedade e, a partir daquelas apresentadas, quais seus pontos fortes e quais as suas debilidades.

Neste caminho, concluímos que os relatórios de atividades mensais, são, para a própria instituição, apenas uma comprovação de cumprimento do que determina o TTAC e não um espaço para apresentar ao Ministério Público e também para os demais membros da sociedade como e sob quais medidas os programas estabelecidos pelo acordo estão sendo realizados. A não apresentação de resultados e das metodologias utilizadas para o desenvolvimento dos

mesmos – com exceção do grupo focal em 2017 – abrem margens para questionarmos a efetividade real das atividades executadas e a necessidade de maiores transparências nos planos de gestão do risco (HEMACHANDRA, et. al. 2018). De fato, para que estas ações sejam concretas na vida de mulheres que enfrentam múltiplas vulnerabilidades, as mesmas devem acontecer de maneira continuada, somadas às estratégias para o aumento de sua renda. Continuidade esta que não é identificada nos relatórios da FR.

Sabemos que ações continuadas são características marcantes em políticas públicas, de responsabilidade Estadual e não apenas da instituição responsável por ações de reparação e repasses financeiros. Contudo, tendo em vista que as vulnerabilidades preexistentes se intensificaram a partir das ações da mineradora, cabe a reflexão a respeito dos avanços que seriam possíveis caso se intensificassem os investimentos – do setor público e privado – em ações prolongadas junto as comunidades afetadas e, em especial, as mulheres atingidas. Desta forma, seria possível identificar com maior clareza, ainda que tardiamente, melhorias sociais, ambientais e econômicas estendidas a longo prazo.

Contudo, diante deste cenário com ações mínimas para as mulheres atingidas em projetos de Proteção Social, se torna evidente a necessidade de que nosso olhar seja direcionado para o silenciamento do gênero em um contexto pós-desastre. Como nos aponta Myers (1994), o gênero feminino costuma ter baixo espaço para participação e inclusão nos planos de gestão do risco e desastres. Em partes, isso está relacionado com quem são as pessoas que escrevem os planos e quais são os aspectos considerados prioridades.

Ainda segundo a autora, compreendemos que quanto mais as demandas femininas forem consideradas desde o primeiro momento, ainda em um estágio inicial do risco, mais fácil será a inserção dos aspectos específicos ao gênero em uma fase de respostas ao desastre. De acordo com Passos (2017), no caso do rompimento da barragem de Fundão, nenhum dos grupos atingidos pôde contar com a possibilidade de vigilância prévia, o que reforça ainda mais a importância de que as atividades propostas pela FR sejam executadas em total comprometimento para com todos os impactados.

Como aqui identificamos, as mulheres atingidas não são contempladas com ações específicas desde o ano de 2017. Isso justificaria os apontamentos de insatisfação levantados por Scabin (2019) através da ouvidoria da Fundação Renova a respeito da não-priorização de ações de reparação para mulheres gestantes, lactantes e idosas.

Este desencontro entre a demanda das mulheres atingidas e a instituição responsável, não somente trava as possibilidades de reestabelecimento das mulheres atingidas como também de seu núcleo familiar. Ainda segundo Scabin (2019) as dificuldades para se manter os custos da casa aumentaram de 5,2% em 2016 para 37,9% em 2019. É impossível não associarmos esta realidade ao baixo investimento da Fundação e dos órgãos públicos que recebem parte deste orçamento em ações que modifiquem de forma efetiva e continuada a realidade das mulheres pós-desastre.

A problemática também se insere na desvalorização dessas mulheres como agentes sociais que poderiam estar atuando junto a Fundação Renova no caminho para a recuperação de suas comunidades. Para Enarson (2001) e Hemachandra et. al. (2018) encontrar uma via entre as vulnerabilidades e as capacidades femininas é a chave para que as oportunidades pós-desastre sejam criadas. Esta ótica nos encaminha para a construção não só de uma devolutiva daquilo que as comunidades já eram e sim de melhorias a nível de desenvolvimento sustentável e resiliência a riscos e desastres.

Observamos, pois, que estas oportunidades não tem sido aproveitadas pela Fundação Renova haja vista que estamos lidando com o número de cinco para 214 ações realizadas sem definição específica de grupos. Sob esta ótica, vale destacar que a participação das mulheres em atividades conjuntas aos homens, por exemplo, pode inibir o envolvimento e a contribuição das mesmas, devido a fatores internos – possíveis desconfortos entre as relações ali estabelecidas – e externos, justificados a partir da posição secundária que as mulheres assumem nos espaços públicos quando está presente também a figura masculina (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Para além destes fatos, também não possuímos informações a respeito do horário destas atividades. Sabemos que as mulheres possuem jornadas duplas ou até mesmo triplas de trabalho, tendo que se dividir entre os cuidados da casa, dos filhos e da busca por outras fontes de renda neste cenário pós-desastre. Estariam estas ações considerando o período mais favorável para a participação feminina? A falta de informação nos relatórios demonstra o papel secundário que as mulheres ocupam na governança do risco de desastre.

#### *5.4.2 O Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social: como andam as trocas e negociações entre a Fundação Renova e as mulheres atingidas?*

Ao analisamos os processos de diálogo e participação em contextos de riscos e desastres devemos compreender que o desenvolvimento de relações claras entre os atores envolvidos –

poder público, instituições privadas, sociedade civil – fomentam a troca de saberes e o compartilhamento de responsabilidades (SULAIMAN, 2018).

Em situações de risco que antecedem ao momento do desastre, a comunicação é capaz de transformar os moradores de possível região afetada em agentes sociais que compartilham informação de vigilância, segurança, técnicas e medidas preventivas para com os demais membros da comunidade (MEHTA, 2007).

Este papel se modifica quando estamos diante de uma realidade sob a qual o desastre já aconteceu. Neste cenário, na existência de uma boa comunicação entre as partes responsáveis pelo serviço de reparação e a comunidade afetada, os moradores se tornam agentes fundamentais para o compartilhamento de informações sobre direitos, horários de reuniões, locais para atendimentos específicos, entre tantos outros.

Vale destacar que o estabelecimento deste diálogo também contribui para que a instituição responsável, no caso a Fundação Renova, tenha conhecimento das debilidades da comunidade, bem como quais são suas demandas e as melhores estratégias para que estas sejam atendidas. Quando existem falhas nesta comunicação, todos os programas a serem executados tendem enfrentar dificuldades que poderiam ser evitadas através da negociação. Em ambos os casos, os atingidos(as) pelo desastre abandonam o papel unicamente de vítimas para garantir transformações reais para a sua comunidade.

Sob esta ótica, os dados apresentados pelos relatórios de atividades da Fundação Renova nos levam para um caminho pouco promissor nos aspectos de gênero referentes ao Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (PG006). Para 1.129 ações realizadas neste eixo entre os anos de 2016 a 2020, apenas nove menções sobre diálogos específicos junto as mulheres atingidas foram apresentadas.

Neste ponto, precisamos considerar a mesma afirmativa feita a respeito do Programa de Proteção Social: ainda que diálogos para o público geral de atingidos tenham sido estabelecidos, a relação com as mulheres atingidas precisa considerar todo o contexto histórico que explica a necessidade de que estas possuam atendimentos específicos. A demanda se acentua ainda mais quando nos referimos a projetos que terão elas mesmas como público beneficiário.

Nestes diálogos apresentados em relatório, o primeiro deles aconteceu em outubro de 2017 e foi descrito como:

Ações de valorização do grupo de bordadeiras de Barra Longa em conjunto com a frente responsável pelos programas socioeconômicos, por meio de contratação de consultoria especializada para fomentar as atividades do grupo e desenvolver a produção associada. Coube ao Diálogo o trabalho de escuta social, mapeamento, mobilização e orientação das mulheres participantes do grupo de bordadeiras. (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/outubro de 2017, p.36)

Sabemos que o ato de bordar pode vir a ser para as mulheres atingidas, um momento de terapia, interação social, aumento da renda familiar ou até mesmo de comunicação e resistência frente aos desafios de sua nova realidade (BUSQUETS, 2020). A valorização desta atividade é uma decisão acertada no que concerne ao reestabelecimento socioeconômico das mulheres atingidas, assim como o trabalho de escuta para o mapeamento e orientação deste grupo, descritos no relatório. No entanto, verificamos esta como a única menção feita a possíveis ações nesta perspectiva. Os resultados destes encontros também não foram apresentados neste ou nos demais meses seguintes, impossibilitando-nos o conhecimento quanto ao nível de satisfação das mulheres presentes nas ações descritas.

Também em outubro de 2017, identificamos a realização de uma atividade nomeada “Café na Varanda” cujo objetivo era “fomentar a criação de uma cooperativa de mulheres na comunidade de Gesteira (MG), valorizando a produção local, tais como o doce mole, a manteiga, o queijo, o canudinho, a gelatina de cachaça e quitandas” (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/outubro de 2017, p.19-20). A criação de cooperativas femininas, é, segundo Swanson e Rajalahti (2018) uma estratégia eficaz para o desenvolvimento econômico de mulheres rurais, haja vista que estas se destacam pela disposição para trabalhar em equipe, ajudar umas às outras e aderir novas técnicas.

No entanto, a criação de uma cooperativa não se finda por si só na solução das questões relacionadas a renda para as mulheres atingidas. Neste caso, a instituição deve fornecer apoio também para a sua constituição sendo este um suporte jurídico, contábil, entre outros. Além disso, não foram identificadas informações sobre o levantamento de dados no que tange ao interesse das mulheres em participar, nem o número total de associadas, o que nos faz questionar a horizontalidade com a qual as decisões foram tomadas a respeito da criação da cooperativa. Vale destacar que se avanços estão sendo feitos em relação a esta ação, estes não estão sendo apresentados nos relatórios aqui analisados,

Nos meses seguintes, a continuidade deste projeto – o qual compreendemos como fundamental no processo de reparação – também não foi mencionada. Assim como nas demais

ações pontuadas nos relatórios, tem-se o início, mas não o decorrer ou o resultado das propostas executadas. Neste caso, os relatórios seguintes não fizeram menção à continuidade desta ação.

A terceira ação aconteceu em março de 2018 e se configurou em um espaço para debates de 5 a 8 minutos na Rádio Renova em razão do dia internacional da mulher. A programação transmitida em mais de 20 rádios de 39 municípios de Mariana à Regência, trouxe as seguintes temáticas: “participação das mulheres no mercado de trabalho, violência contra as mulheres, lares chefiados por mulheres e empreendedorismo feminino” (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/março de 2018, p.57).

A realização desta ação nos chamou a atenção para o fato de que, tanto nos anos anteriores quanto nos anos seguintes, nenhuma outra atividade foi realizada a partir da premissa do dia internacional da mulher. Entendemos que em uma situação na qual a organização responsável se mostra atenta às demandas femininas durante todo o ano, esta data deve atuar apenas como um motivacional para a intensificação dos projetos, no entanto, devido a baixa atuação da FR em prol das mulheres atingidas, a não-existência de uma programação específica até mesmo nesta data é um fato a ser considerado.

Ademais, uma vez percebida a possibilidade de que este pequeno espaço na Rádio Renova fosse aberto para este fim, porque não dar continuidade neste serviço de comunicação específica para o gênero feminino ao longo do ano? Sabemos que as tarefas de casa, o cuidado dos filhos e muitas vezes o próprio trabalho das mulheres, fazem com que estas precisem estar constantemente dentro de casa, o que pode dificultar sua participação em atividades presenciais. Neste cenário, o rádio seria capaz de atuar como uma ferramenta por meio da qual o conhecimento chegaria até as mulheres sem a necessidade de deslocamento.

As outras duas ações seguintes aconteceram no ano de 2019. A primeira – traçada como meta para o mês de maio – foi realizada somente em agosto. Esta atividade teve como foco a realização de encontros com o grupo de mulheres artesãs da comunidade de Mascarenhas (MG), para que fossem tratadas as temáticas de “Direitos Humanos e Participação Social em contexto de desastres ambientais e ações do Programa de Saúde Física e Mental e da área de Economia e Inovação” (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/agosto de 2019, p.65).

Para o atraso de três meses na realização de discussões sobre temas como saúde física e mental – situação que pode vir a ser prejudicial a níveis irreversíveis – não houve justificativa apresentada, como encontramos para outras atividades. No que se referente as discussões sobre economia e inovação, assim como no caso das bordadeiras de Barra Longa, acreditamos que

todo o investimento possível deve ser feito para que as mulheres atingidas consigam aumentar sua produção e renda. Os resultados obtidos, o número de encontros e processo de negociação não foram divulgados, sendo novamente apresentada somente a afirmativa de realização.

A segunda ação do PG006 de 2019 aconteceu em novembro e foi descrita como “reunião com time de futebol feminino de Paracatu de Baixo para discutir a locação de espaço para a prática de esportes”. Como a reunião se enquadra na categoria de comunicação, esta se insere no eixo aqui analisado, no entanto, a locação de um espaço para a prática do esporte em si, se refere ao PG013 Programa de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, que não compreende os objetivos aqui priorizados.

O ano de 2020 foi aquele que apresentou o maior número de diálogos e participações por parte da Fundação Renova para com as mulheres atingidas. Ainda que este seja um número de apenas nove em todas as 1.129 demais atividades realizadas, foram destacados quatro projetos específicos com este recorte.

Em fevereiro de 2020, identificamos duas ações para a comunicação com o gênero feminino e estas foram complementares. A primeira parte, considerada também uma estratégia para o diálogo, foi a realização de uma pílula de Whatsapp<sup>6</sup> para a “mobilização de mulheres de São Lourenço, comunidade de Bugre, para reunião no dia 18/02/20, que teve como objetivo apresentar iniciativas de “fomento ao empreendedorismo local, protagonismo feminino e desenvolvimento comunitário” que serão realizadas pela Renova no local (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/fevereiro de 2020, p.46).

A segunda parte das ações de fevereiro, foi justamente em Bugre, onde “foram apresentadas as ações de fomento ao empreendedorismo local, protagonismo feminino e desenvolvimento comunitário em reunião realizada com mulheres artesãs de São Lourenço” (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/fevereiro de 2020, p.46). Esta foi a primeira vez que estratégias de divulgação e negociação junto as mulheres foram retratadas pelo relatório. No entanto, a própria realização das iniciativas que contribuiriam para o empreendedorismo local e demais aspectos descritos, não foi mencionada em nenhum dos documentos analisados nos meses seguintes, não havendo justificativa acarretada ao COVID-19 ou qualquer outro advento possível.

---

<sup>6</sup> Nome utilizado para um modelo de panfleto online ou pequeno áudio que será transmitido em alta velocidade entre seu público alvo.

A terceira ação de 2020 aconteceu em março, na qual foram realizados encontros entre a Fundação Renova e as Associações de Moradores do distrito de Santo Antônio do Rio Doce e Itueta, ambos de Minas Gerais, para a devolutiva do que determina a política indenizatória para pescadores, incluindo o “recebimento de indenização por dano na atividade de pesca pelas mulheres, atendimento pelo programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Melhoria no Sistema de Abastecimento de Água” (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/fevereiro de 2020, p.47-48).

O reconhecimento do trabalho das mulheres na pesca e, principalmente, sua indenização pelos danos sofridos é o marco de um direito que foi conquistado. No entanto, a Fundação não apresenta o valor pago em indenizações nem o número de mulheres contempladas. Não é possível deixarmos de pontuar que o encontro para esta reparação aconteceu somente cinco anos após o rompimento, o que nos leva a pensar em todo o período de insegurança financeira e alimentar vivenciado por este e outros grupos de mulheres que lutam pelo reconhecimento de sua atividade (ALEIXO, 2018).

O último diálogo entre a Fundação Renova e as mulheres atingidas no ano de 2020 aconteceu em agosto, no Assentamento 1º de Junho em Tumiritinga (MG) e foi descrito como um momento de “reunião com representantes do grupo Arte Viva para discussão de ações relacionadas ao empoderamento feminino e empreendedorismo social, além da apresentação de possibilidades de apoio à formalização do grupo” (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/agosto de 2020, p.48).

Não encontramos mais informações no documento sobre o grupo referente ou em quais medidas o Assentamento 1º de Junho havia sido afetado pelo rompimento da barragem. Em pesquisas para além do relatório, identificamos que a localização do assentamento fica às margens do Rio Doce e que o grupo Arte Viva se refere a uma organização feminina que desde 2004 realiza trabalhos como bordado, artesanato e fabricação de doces, para aumentarem a renda familiar (COELHO, 2019). Neste cenário, as atividades descritas se configuram como de grande importância para o desenvolvimento do grupo em questão.

Identificamos que, devido a situação de pandemia do COVID-19 em agosto de 2020, esta conversa com o grupo de mulheres foi feita de maneira remota. A realização destas e outras ações dentro deste cenário, é descrita no relatório da seguinte forma:

Seguindo as orientações das autoridades sanitárias e em atenção ao contexto da pandemia da Covid-19 (coronavírus) e seus desdobramentos, as equipes de Diálogo Social mantêm suas atividades em regime de

teletrabalho, tendo sido suspensa a realização de ações presenciais de relacionamento, participação e controle social junto aos públicos de interesse (FUNDAÇÃO RENOVA – RAM/agosto de 2020, p.46).

Sobre este aspecto, nenhuma ação a respeito do isolamento social ou medidas de apoio para as mulheres atingidas de maneira específica foram trazidas até o final de 2020 nos programas 005 e 006. Sabemos que a pandemia reforçou as vulnerabilidades preexistentes e, neste sentido, o silenciamento frente as necessidades femininas – que já acontecia nos anos anteriores – se tornou ainda mais problemático e preocupante.

Encerramos a apresentação de todos os diálogos realizados entre a Fundação Renova e as mulheres atingidas, com um total de nove em 1.129 ações de comunicação encontradas entre os anos de 2016 a 2020, nos leva a reflexão, tal como no Programa de Proteção Social, do papel ocupados pelas mulheres atingidas no processo de reparação social. A redução constante dos grupos impactados pelo rompimento a uma única gama de pessoas, prejudica não somente o objeto deste estudo como também as crianças, os idosos e as pessoas com deficiência.

Vale ressaltar que 41 municípios foram afetados direta ou indiretamente pelo desastre. Dentre estes, somente sete tiveram seu nome citado em alguma ação para a mulheres atingidas, com exceção da Rádio Renova transmitida em 39. Em várias destas comunidades existem mulheres tentando se reerguer de traumas físicos, mentais e econômicos advindos do rompimento. É grande número de ações que precisam ser feitas por parte da Fundação Renova, apoiada por uma equipe especializada e sensível às demandas das mulheres atingidas em aspectos sociais, ambientais e econômicos.

#### *5.4.3 O Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)*

Ao revisarmos o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, percebemos que não é mencionada a necessidade de diálogos e programas voltados unicamente para as múltiplas demandas do gênero feminino. Isso se relaciona com o fato de quem são as pessoas responsáveis pela elaboração deste documento (PRIOR, 2016). Em uma sociedade dominada pela presença masculina nos espaços públicos, suas perspectivas sobre o que é prioridade tenderão a prevalecer na tomada de decisões.

Cabe ressaltar que em março de 2016, quando o TTAC foi assinado por todas as partes envolvidas na gestão do desastre, a ONU (2015) – responsável pelo desenvolvimento da Agenda 2030 – já havia determinado desde setembro de 2015, a igualdade de gênero como seu

quinto objetivo na lista dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). Sob esta perspectiva, estamos diante da morosidade em incorporar o que determina a Agenda, ainda que o Brasil tenha sido parte da lista de países que participaram do acordo.

Contudo, o único parágrafo específico sobre o gênero feminino apresentado no Termo é de tema fundamental. Nela fica estabelecida a necessidade de que ao realizarem os cadastros das pessoas atingidas, a Fundação Renova deve, obrigatoriamente:

*Registrar* [adap.] o enquadramento do cadastrado em situações específicas de maior vulnerabilidade que demandem atendimento especializado e/ou prioritário, incluindo-se nesse critério as mulheres que sejam chefes de família, crianças, adolescentes, idosos, analfabetos e pessoas com deficiência, devendo-se, nesses casos, seguir protocolos próprios (TERMO DE TRANSAÇÃO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA, 2016. Subseção 1.1, cláusula 21 § 4).

Uma vez que os cadastros de pessoas atingidas tenham em seu registro a nota de que aquelas(e) cidadãs(os) fazem parte de um grupo com vulnerabilidades acentuadas, se torna possível enxergar um caminho a respeito de quem são essas pessoas e quais as principais debilidades das mesmas. Se o cadastro – o qual não tivemos acesso para a verificação dos registros – estiverem conforme determina o TTAC, até mesmo a busca por essas mulheres chefes de família em situações de vulnerabilidade será facilitada, agilizando-se assim os diálogos e a realização das ações compensatórias.

Por fim, ainda que o Termo não seja específico no que se refere a programas sociais e a comunicação junto as mulheres atingidas, a responsabilidade pela não realização de ações para estas deve recair sob todas as partes envolvidas em sua elaboração. Uma vez presente nas localidades atingidas, a Fundação Renova, de modo particular, está diante da possibilidade de diálogo e negociação junto aos impactados, para que fatores desconsiderados no termo pudessem ser acrescentados.

Vale ressaltar que não apenas depende da Fundação o desenvolvimento de estratégias referentes ao gênero feminino. O Estado, como figura importante no reconhecimento de atingidos e como administrador do recurso orçamentário que recebe, pode apoiar, dentro de suas limitações, para que as discussões sobre o tema avancem rumo a uma reformulação do TTAC após seis anos de rompimento. Esta sistêmica inviabilização das mulheres, continua a limitar as oportunidades de que elas sejam agentes capazes de contribuir no processo de governança de risco e na construção de resiliência.

### **5.5 Fundação Renova: perspectivas futuras para o gênero feminino**

Perante um número tão reduzido de ações reportadas nos relatórios da FR, não é possível afirmar que o trabalho exercido pela instituição responsável atende à todas as demandas existentes a um grupo que, em um período anterior ao desastre, já enfrentava a realidade de ser socialmente marcado por vulnerabilidades.

O principal aspecto evidenciado na análise dos programas 005 e 006, é a descontinuidade das ações, que, após o momento inicial, não são abordadas nos relatórios meses seguintes. No contexto sob o qual estas necessidades se apresentam, apenas cursos de formação iniciais não são o suficiente para que a autonomia das mulheres seja recuperada. As atividades apresentadas requerem um acompanhamento subsequente somadas ao investimento em serviços de indenização que busquem o reestabelecimento das mulheres atingidas a nível econômico, social e psicológico.

As vulnerabilidades do gênero feminino precisam ser encaradas para além de atividades pontuais, sendo necessária uma compreensão aprofundada da dimensão dos problemas enfrentados para que assim as estratégias mais adequadas sejam implementadas e acompanhadas. Para que isso seja feito, a categoria de ações envolvendo a comunicação e participação, deve investir em um maior número de encontros e trocas entre as mulheres atingidas, de modo que assim sejam compreendidas as suas principais demandas.

No que concerne aos aspectos da interseccionalidade, os relatórios de atividades mensais da Fundação Renova também não apresentaram nenhum programa que viesse a debater a experiência das mulheres negras e suas demandas particulares, o que nos encaminha para a compreensão de que há, também na categoria de gênero, uma generalização das experiências.

A análise aqui empreendida pode fornecer subsídios para ajustes, nos mecanismos utilizados para a realização das ações referentes aos programas 005 e 006 da FR, propostos pelo TTAC. Para esta transformação no rumo de suas operações, seria necessário maior investimento em capacitação continuada sobre as relações entre os gêneros para as equipes responsáveis pelas visitas sociais e pelos desenvolvedores de projetos.

Durante a conversa via vídeo conferência realizada no dia 24 de fevereiro de 2022 junto a membros da Fundação Renova vinculadas aos programas acima citados, obtivemos como resposta que, apesar das defasagens referentes a ações específicas para o gênero feminino, o relatório de atividades mensais se apresenta de maneira fragmentada e incompleta, sendo o

número de ações possivelmente, de acordo com as representantes presentes, maior do que aquele dispostos no documento. Ainda que esta afirmativa não tenha sido confirmada para a conclusão deste estudo, não deixamos de questionar os métodos para a comunicação de suas atividades por parte da Fundação Renova.

Apontamos, como solução para o processo de comunicação de suas atividades, a possibilidade de que uma aba específica para gênero seja desenvolvida no website da Fundação Renova, fomentando a necessária visibilidade às mulheres no processo de gestão do risco. Isto reduziriam os riscos inerentes em informações fragmentadas, que dificultam a efetiva gestão do conhecimento das ações no âmbito da governança pós-desaste.

## **6. O MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS: AS MULHERES ATINGIDAS NO ESPAÇO DE LUTA**

### **6.1 Comunicação e contra-hegemonia: um campo de disputas**

Para refletirmos sobre a comunicação hegemônica, faz-se necessária a compreensão de que esta se consolida em um campo de relações intrínsecas entre a estrutura econômica, as normas morais, os modos de convencimento e o consentimento coletivo sob qual se propaga determinadas visões de mundo.

De fato, classes dominantes e com capacidade de articulação política tendem a atuar com maior facilidade na propagação de ideologias e na liderança sob os demais grupos. Neste cenário, temos como exemplo os sistemas escolares, as instituições religiosas, os meios de comunicação, entre outros (MORAES, 2010).

No entanto, não somente a relação entre as instituições e o poder são necessárias para que uma sociedade assuma determinada perspectiva como uma opinião do senso comum. Gramsci (2004, p.56) afirma que “toda revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias”. Para o autor, ainda aquelas organizações que já possuem pleno exercício do poder devem seguir as normas culturais e sociais que venham a garantir a sua permanência nesta posição.

As contribuições de Gruppi (1978, p.67) postulam que a perda das articulações entre os interesses do Estado e/ou das instituições dominantes e aquilo que se quer ouvir por parte da sociedade civil pode gerar uma “crise na ideologia dominante”. Esta recusa nas determinações dos quadros sociais, por sua vez, não depende apenas de momentos de desequilíbrio. A

sociedade civil é, segundo Coutinho (2000a) um espaço de constantes disputas, de alianças, de oportunidades para que surjam e se estabeleçam novos conceitos e direcionamentos.

Sendo assim, assumimos uma realidade na qual o ato de questionar e idealizar novas configurações sociais, acontece constantemente em uma sociedade democrática. Barreto (2012) nos aponta que ao identificarmos a hegemonia, a ideia de contra-hegemonia frente a mesma – ainda que não representada por forças iguais – deve ser considerada.

Neste cenário, o presente estudo tem o objetivo de compreender quais são os quadros de sentido desenvolvidos pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) a respeito das mulheres atingidas e quando as mesmas são pautas de discussão neste espaço.

Para a conceitualização de movimentos sociais, temos os estudos de Goss e Prudencio (2004) e Gohn (2011) que nos apontam novas perspectivas a respeito das múltiplas possibilidades de atuação e organização que podem se enquadrar nesta categoria. Segundo as autoras, no período anterior a 1960, a ideia de movimentos sociais esteve diretamente relacionada a atuação de partidos políticos e/ou trabalhadores nos sindicatos. A partir deste período, com o maior envolvimento acadêmico sobre a temática, o conceito se ampliou e passou a contemplar também outras organizações da sociedade civil e seus indivíduos – nem sempre pautados por razões trabalhistas.

Como bem nos aponta Telles (1987), a sociedade passou a se perceber como um espaço político também em menores esferas. Temos como exemplo as organizações estudantis e os movimentos populares de bairro que, conforme os anos, podem vir a tomar dimensões regionais ou nacionais, como o próprio MAB, o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA).

Sob esta ótica, adotamos para este trabalho a conceitualização que reconhece os movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p.335).

Em sua própria definição, o MAB se apresenta como um movimento sem distinções de raça, classe, gênero e religião pautado pela “participação e protagonismo coletivo em todos os níveis [...] *com o objetivo de* organizar os atingidos por barragens (antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos)” (MAB, s.d). Esta frente na luta e resistência contra o modelo de produção e distribuição de energia elétrica, bem como pelos direitos dos atingidos, colocam

o MAB no cerne das reivindicações por representação e espaços de fala dentro da sociedade nesta categoria.

Segundo França & Simões (2017), neste campo de disputas os meios de comunicação podem atuar como mecanismos capazes de reforçar uma opinião hegemônica ou de se opor e problematizar as ações e ideologias propostas. O discurso produzido pela mídia, para Moraes (2010, p.68), se torna capaz de “regular a opinião social através de critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção”.

O poder dado a determinadas instituições dentro dos espaços midiáticos, ainda a luz do mesmo autor, tende a dificultar a inserção de outros pontos de vista nos espaços para discussões sobre problemas coletivos. Esta dificuldade de participação se acentua ainda mais quando estes grupos não estão de acordo com o posicionamento equivalente ao das instituições que controlam as redes de comunicação e/ou já são marcados por outras características que tendem a silenciar suas vozes.

O gênero feminino, por exemplo, se configura em um grupo historicamente silenciado pela mídia. De acordo com Santos (2019) o espaço de fala das mulheres no campo midiático costuma ser voltado apenas para temas considerados “assuntos de mulher” – beleza, relacionamentos, casa, família, etc. Já as representações feitas por terceiros, caminham para a sua sexualização, objetificação e para a perpetuação das mulheres como agentes secundárias em um universo criado para a dominância do ser masculino.

Para Moraes (2010, p.73) o principal desafio das contra-hegemonias está em “alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão” Nesta ótica, a conquista de espaço e reconhecimento quando nos referimos a discussões sobre os enfrentamentos de mulheres atingidas tende a ser ainda mais complexo.

Vale destacar que, dentro da categoria do gênero feminino, as mulheres periféricas e negras enfrentam um silenciamento ainda maior. Segundo Coutinho (2010b) as mulheres negras não somente enfrentam o machismo que domina as representações na mídia brasileira, como também o racismo que às exclui das mesmas possibilidades de voz que são dadas às mulheres brancas, embora estas também sejam reduzidas.

Deste modo, faz-se necessário conduzirmos nossas reflexões através da compreensão de que o ponto de partida de mulheres brancas e não brancas não é mesmo (HIRATA, 2014).

Principalmente quando ao trabalharmos com os discursos produzidos a respeito das mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, estamos nos direcionando para um grupo de mulheres que se identificam majoritariamente como pretas ou pardas (FGV, 2021).

A partir desta realidade, as disparidades de raça e classe precisam ser consideradas também no que se refere ao espaço e a representação feita de mulheres negras na mídia. Como nos aponta Djamilia Ribeiro (2017, p.43), “quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida”.

Contudo, a Internet tem se apresentado como a principal ferramenta capaz de contribuir na propagação de novos discursos e visões de mundo (CANUTO & LACERDA, 2012). Para os autores, as organizações sociais – coletivos, ONGs e movimentos como o MAB – vêm ganhando cada vez mais espaço através do compartilhamento de suas atividades e ideologias online, contestando as opiniões de massa e a mídia hegemônica.

Nos estudos Gramsci (2004) – cuja época o enfoque era dado ao jornal impresso e ao início da comunicação falada – o autor reforça a necessidade de que exista um contato íntimo entre os comunicadores e aos grupos aos quais estes se referem. Relação de proximidade esta identificada entre o Movimento de Atingidos por Barragens e as mulheres atingidas, que não somente participam das manifestações como ocupam a própria organização.

Neste capítulo, traçaremos uma busca pelo aproveitamento do espaço digital feito pelo Movimento de Atingidos por Barragens, para que pautas relacionadas a gênero feminino sejam abordadas de maneira que somente esta relação de intimidade com o tema é capaz de garantir.

## **6.2 Procedimentos metodológicos**

A fim de que fossem compreendidos os quadros sentidos construídos pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens a respeito das mulheres atingidas, seguimos a metodologia da análise de quadros (*frame analysis*). Para Goffman (2012), os quadros de sentidos estão relacionados aos significados construídos sobre um determinado tema a partir de nossa experiência social. Estes significados, no entanto, possuem aspectos mais profundos do que somente aqueles transmitidos pela mensagem principal, que por sua vez não necessita de uma interpretação densa para ser compreendida.

Sob esta ótica, unimos a metodologia de quadros aos estudos de Saldaña (2009) que apontam a codificação como uma estratégia eficaz no processo de organização e compreensão de dados levantados através da análise de conteúdo. Para o autor, a definição de categorias de

análise contribui para que os sentidos identificados sejam sistematizados a partir de suas similaridades.

O levantamento dos dados através do site ocorreu com auxílio da ferramenta de pesquisa disponível dentro da própria página do Movimento. Por meio desta, buscamos pelas palavras “Mariana” e “Mulheres” (juntas), sendo possível encontrar um total de 145 notícias entre os anos de 2015 e 2021. Deste número, selecionamos através de uma leitura completa as publicações que se tratavam especificamente sobre o rompimento da barragem de Fundão dentro deste período de tempo, sendo totalizadas 110 notícias.

Após a seleção destas matérias, caminhamos para a análise aprofundada do conteúdo apresentado pelo MAB a respeito das mulheres atingidas. A interpretação dos dados seguiu o processo de codificação, a partir do qual selecionamos as categorias: vulnerabilidade; indenização; resiliência; participação e necessidades específicas ao gênero. Por meio destas, realizamos uma contagem de frequência de cada um destes códigos a fim de que fossem identificados o número de aparições destas temáticas nas páginas do Movimento.

A escolha destas categorias se baseou nas principais pautas encontradas na literatura sobre gênero e desastre. Para Mehta (2007) e Hemarchandra & Amaratunga (2018), estes cinco fatores estão intrinsecamente relacionados a existência das mulheres atingidas por desastres. Por fim, para que fosse traçada uma linha do tempo a respeito dos quadros de sentidos desenvolvidos pelo Movimento, separamos cada uma destas aparições pelo ano de suas publicações.

### **6.3 Resultados**

Dentre as 145 notícias levantadas a primeiro momento, um total de 35 foram excluídas por se tratarem de temas que não condiziam com os objetivos da busca: quinze se referiam a outras regiões do país, dez se tratavam da divulgação de um documentário, seis foram publicadas antes do desastre de Fundão e quatro eram traduções de matérias para outros idiomas.

Deste modo, os dados apresentados a seguir são baseados em um total de 110 notícias publicadas no site do MAB entre os anos de 2015 a 2021. Dentre os códigos selecionados, a vulnerabilidade foi o de maior aparição, totalizando-se 47 menções diretas ou indiretas ao termo. Vale destacar que contabilizamos não somente a aparição específica da palavra, como também situações de vulnerabilidade social, econômicas e ambientais mencionadas pelo

Movimento sem que esta palavra precisasse ser diretamente citada no texto. Para todos os demais códigos a linha de interpretações seguiu a mesma estratégia.

A segunda categoria analisada com o maior número de menções foi “participação”, com 41 aparições. Neste espaço, o Movimento trouxe como aspectos principais do termo, a importância das mulheres na luta por seus direitos, na organização de manifestações e a necessidade de que as mesmas ocupem espaços também no processo decisório junto a Fundação Renova no que se refere às suas ações de reparação.

O código determinado como “necessidades específicas ao gênero feminino” foi o terceiro mais citado, sendo possível contabilizar um total de 26 aparições. A principal discussão deste tópico foi em relação ao cumprimento dos direitos das mulheres atingidas quanto aos processos indenizatórios, sobretudo nas situações em que estas não possuíam a documentação necessária para que sua renda anterior ao desastre fosse comprovada.

A categoria de análise “resiliência” apresentou um total de 25 menções ao longo destes seis anos de análise. Através desta, identificamos falas de atingidas que demonstraram adaptação a nova realidade, juntamente com a tomada de frente no processo de organização e resistência das comunidades na luta por reparações justas pós-desastre.

Por fim, encontramos 11 aparições do código “indenização” entre as 110 matérias analisadas. Nesta categoria identificamos os apontamentos realizados pelo Movimento no que concerne aos atrasos particulares no processo indenizatório do gênero feminino. Os dados descritos acima estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 4: Número de aparições dos códigos selecionados no site do Movimento de Atingidos por Barragens

<b>CÓDIGOS / ANO</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>TOTAL</b>
Vulnerabilidade	4	2	4	10	6	11	10	<b>47</b>
Resiliência	1	1	5	5	5	4	4	<b>25</b>
Participação	2	4	6	10	9	4	6	<b>41</b>
Indenização	0	2	2	2	1	1	2	<b>11</b>
Necessidades específicas ao gênero feminino	1	4	3	7	2	4	5	<b>26</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Através destes dados é possível perceber um aumento exponencial no número de discussões sobre os enfrentamentos do gênero feminino ao longo dos anos. Compreendemos que o baixo número de aparições dos códigos no ano de 2015 se devem a situação recente dos

fatos – e também por existirem notícias apenas nos dois últimos meses do ano já que o desastre aconteceu em novembro do mesmo.

Nos anos seguintes, como veremos a seguir, o aumento nas discussões sobre o tema em muito se relacionou com a insatisfação das mulheres atingidas quanto ao processo de reparação e indenização da Fundação Renova.

## **6.4 Discussões**

### *6.4.1 Vulnerabilidade*

Ao abordarmos a categoria de vulnerabilidade enquanto código analisado para a busca dos quadros de sentidos desenvolvidos pelo MAB, precisamos primeiramente compreender como esta se estabelece. Segundo Porto (2007) a vulnerabilidade advém das escolhas feitas pela sociedade em prol de um desenvolvimento econômico e tecnológico que privilegia determinados grupos em detrimento de outros. O autor complementa ainda que também estas decisões influenciam no “funcionamento da natureza, que reage e intervém nos ciclos da vida humana e não humana” (p.158).

Quando analisamos contextos de desastres, os estudos sobre vulnerabilidade nos auxiliam na compreensão da capacidade de enfrentamento das populações atingidas e no quanto esta pode variar entre grupos. Como bem nos aponta Silva (2017), as distribuições dos riscos tendem a afetar os indivíduos de maneiras assimétricas.

Neste cenário, o gênero feminino é marcado por vulnerabilidades que não somente já existiam no período anterior ao desastre como se acentuaram ainda mais após o ocorrido. Ao analisarem a relação entre mulheres e a mineração na Colômbia, as autoras Rico et. al. (2011) afirmam que a desterritorialização rompe com a segurança alimentar do gênero feminino e daqueles que delas dependem, intensificam os casos de violência doméstica e ainda marcam sua trajetória com a discriminação por serem mulheres rurais, somada à estigmatização que marca aquelas quem se associam às organizações sociais.

Para compreendermos os desafios enfrentados pelas mulheres atingidas no Brasil, nos voltamos para o trabalho de Hirata (2014) que afirma a necessidade de que as relações de gênero, raça e classe sejam consideradas como aspectos indissociáveis para a definição de como será a experiência daquela mulher em sociedade. Sob a ótica do racismo interseccional, é possível compreender como as vulnerabilidades direcionadas ao gênero feminino são também intensificadas pela cor da pele e pela posição social.

Esta perspectiva é também apresentada pelo Movimento de Atingidos por Barragens, que destaca em suas matérias as situações de racismo e descaso enfrentadas por mulheres negras:

Na estrutura do caráter destas violações racistas, porém, não há como não dissociar o patriarcado e o machismo que para as mulheres negras e seus filhos resultam em danos econômicos, físicos e psicológicos especialmente dramáticos. Simone comenta também sobre esta realidade das mulheres negras atingidas:

Que isso a mulher negra? Jesus... todos sofrem, todos os atingidos sofrem, mas só sabe quem sofre na pele, quem sente na alma, quem vê esse racismo e vive o tempo todo. Tem dias que eu sinto que não tem sangue correndo nas minhas veias, tem dias que eu sinto o racismo da ponta do meu dedão a raiz do meu cabelo, que isso que eu vivo no dia a dia. Você ter todos os seus direitos violados, todos! Porque você é negra, porque você é mulher [...] eu vivo, vivencio isso todos os dias (Simone Silva, 43 anos, atingida do município de Barra Longa em matéria publicada pelo MAB em 05/07/2021).

Como indicam os estudos de Coelho (2019), quando as múltiplas experiências de mulheres atingidas não são apontadas, a invisibilidade que marca a trajetória das mulheres negras continua a ser perpetuada. Diferente do que vimos no capítulo um deste trabalho – no qual a participação das mulheres em entrevista não fornecia informações sobre a etnicidade das mesmas ou os enfrentamentos específicos das mulheres negras – o Movimento de Atingidos por Barragens dá voz, nessa e em outras matérias para as dificuldades por elas enfrentadas.

Através do relato de uma mulher pescadora atingida pela barragem de Fundão, foi possível identificar também a vulnerabilidade relacionada a perda do rio, que, segundo a mesma, não era apenas a fonte de renda da comunidade, como também a representação de sua identidade:

O rio era a extensão e parte do povo, fonte de renda e sustento, ponto de encontro de lazer para a família, e elo central de uma cultura construída historicamente na região, e que hoje, o povo não se encontra mais, e é obrigado a tratar a questão em caixinhas de problemas chamadas “programas” inventadas pela fundação como forma de facilitar o seu trabalho e desconsiderar parte importante dos direitos, materiais e imateriais (Regiane Soares, pescadora e atingida pela barragem de Fundão em Minas Gerais em matéria publicada pelo Movimento de Atingidos por Barragens em 08/11/2017).

A recuperação do rio está calculada para daqui 30 a 50 anos, segundo o estudo de Oliveira, et. al., (2021). Isso nos deixa diante de uma geração inteira que perderá a relação de proximidade com o rio de modo que esta possa não ser mais recuperada devido as estratégias de sobrevivência e adaptação adotadas no atual momento. Para além das vulnerabilidades a

nível econômico e cultural, tem-se ainda os impactos causados na saúde dos(as) atingidos(as), tais como doenças de pele e respiratórias, infestação de insetos devido ao desequilíbrio ecológico, contaminação de pessoas e animais pelos minérios aos quais o rio foi exposto, entre outros (IBAMA, 2015; NEVES, 2018).

No que concerne a categoria de vulnerabilidade apresentada pelo MAB, identificamos uma ampla gama de fatores abordados pelo movimento, sobretudo com a participação de mulheres atingidas. Os quadros representados por este a respeito dos enfrentamentos do gênero feminino são definidos a partir de seus próprios sujeitos e ainda com recortes particulares para a realidade das mulheres negras, que, como apresentado, são marcadas pelo silenciamento e pelo racismo em suas experiências enquanto atingidas.

#### *6.4.2 Indenização*

Como estabelece a Comissão Especial dos Atingidos por Barragens criada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2006) todos os atingidos por barragens tem direito a indenização ou compensação pelos danos sofridos. Segundo o documento, a reparação deve acontecer sem que nenhum grupo social, família ou indivíduo seja desconsiderado, devendo ser ponderadas ainda as particularidades de cada situação.

O que identificamos através dos dados da Scabin, et. al., (2019), é que o gênero feminino está enfrentando dificuldades quanto ao serviço de indenização. De acordo com a pesquisa, 21,57% das ligações feitas a ouvidoria da Fundação Renova por parte das mulheres atingidas são relacionadas a problemas no Programa de Indenização Mediada (PIM) ou a consultas sobre sua situação cadastral, sendo este o número de 32,43% das chamadas realizadas.

Já o relatório de reparação das comunidades desenvolvido pela Ramboll (set/2020), aponta que apenas 39% das famílias cadastradas para o recebimento do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) tiveram acesso ao mesmo. Ainda segundo o documento, tem-se que “a maioria das mulheres não são reconhecidas como força de trabalho e têm dificuldades de acesso ao AFE” (p.3).

O site do Movimento também discute as dificuldades encontradas pelo gênero feminino a respeito do reconhecimento de suas atividades no processo de indenização, sendo apresentados relatos de mulheres atingidas que ainda aguardavam ressarcimento, como vemos no trecho a seguir:

O preconceito que a empresa tem em relação às mulheres é um absurdo. No processo de indenização quase 70% da minha comunidade foi cadastrada sendo que na sua maioria são homens, pois nós somos discriminadas do processo. As mulheres não são ouvidas, quando reconhecida é em um valor menor nas indenizações (Regiane Soares, pescadora e atingida pela barragem de Fundão em Minas Gerais em matéria publicada pelo Movimento de Atingidos por Barragens em 08/11/2017).

Nesta linha de considerações, ficamos diante do que Honneth (2009) determina como denegação de direitos. Para o autor, quando um grupo de pessoas se vê distanciado do acesso a direitos que já estão estabelecidos pela organização social vigente, estes ficam diante da limitação de sua autonomia e do sentimento de inferioridade, de modo que não se sentem reconhecidos como “parceiros de interação de igual valor” para com os demais membros da sociedade (p.216).

Juntamente a esta privação de direitos, temos o que também os estudos de Honneth (2009) descrevem como degradação valorativa. Esta se associa a depreciação dos modos de vida que norteiam a existência de determinados grupos ou sujeitos. Neste cenário, certos costumes, crenças e atividades são tidas como inferiores perante outras que são realizadas por indivíduos em papéis sociais diferentes.

Segundo as contribuições do autor, esta desvalorização pode acarretar na perda de autoestima e da capacidade de reconhecer a si próprio como um sujeito detentor de características e competências estimadas pela sociedade. Trazendo estas perspectivas para a realidade das mulheres atingidas, temos nas publicações do Movimento de Atingidos por Barragens, indícios destes mesmos sentimentos de desvalorização de seus papéis sociais somada a denegação de seus direitos:

A maior presença da informalidade no trabalho das mulheres também é um fator para o não reconhecimento, uma vez que elas têm maior dificuldade de comprovar renda. Assim, trabalhos de mulheres associados à cadeia de pesca, como a limpeza dos peixes, a preparação das redes e a pesca para alimentação, são vistos como auxiliares, não passando a integrar os auxílios e indenizações. Além desses, atividades como comerciantes/barraqueiras; vendedoras de produtos, salgados, água, chup-chup para turistas no rio; e salão de beleza, não são reconhecidos como afetados pelo empreendimento. Apesar disso, as mulheres também são a linha de frente de todas as lutas, as coordenadoras de Grupo de Base, as mais presentes nas Comissões Locais e em todas as negociações. (Trecho de matéria publicada pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens em 05/06/2020)

Sabe-se que para as mulheres comprovarem as atividades exercidas no período anterior ao desastre é um desafio ainda que as estas desempenhem funções importantes na produção para o consumo familiar e também para a venda nos comércios locais, no trato dos animais, no cuidado com a casa e dos demais membros da família. Para Coelho (2019), o não reconhecimento econômico e social das atividades por elas executadas fomenta esta posição de invisibilidade.

Enquanto código analisado neste trabalho, identificamos que as dificuldades no processo indenizatório das mulheres atingidas apresentaram um número inferior de aparições quando comparadas aos dados referentes às demais categorias investigadas. Isto nos coloca diante da necessidade que uma abordagem com maior ênfase seja dada ao não cumprimento do que estabelece a lei em relação aos direitos dos atingidos por barragem, sobretudo com dados científicos que venham a garantir o embasamento das denúncias apresentadas.

Por fim, o espaço fornecido pelo MAB para que estas manifestações de descontentamento sejam feitas por mulheres atingidas nos permite compreender que os quadros de sentidos sobre o gênero feminino apresentados pelo site do Movimento são construídos junto do mesmo e partir de suas próprias narrativas.

#### *6.4.3 Resiliência*

Para analisarmos a categoria resiliência em um contexto pós-desastre, precisamos primeiramente compreender sob qual perspectiva este conceito de múltiplas atribuições se enquadra em situações de risco. A partir das contribuições de Marchezini e Forini (2019) entendemos a resiliência como “um processo que se desenvolve no domínio das interações humanas diante de adversidades, tendo como resultado a recuperação e superação”.

Neste caminho para a resiliência, os fatores que podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento da mesma devem ser considerados. Para Souza (2011), características individuais e comunitárias somadas às políticas públicas e a existência de planos de gestão do risco, potencializam a capacidade de recuperação daquelas localidades atingidas por um desastre.

Em 2012, a Organização das Nações Unidas trouxe a temática da resiliência para as discussões a respeito da gestão de riscos e desastres, a partir do documento “Como construir idades mais resilientes”. Neste trabalho, a ONU determina que para que comunidades sofram o

menor impacto possível frente ao desastre, a infraestrutura local deve seguir os parâmetros de segurança e a gestão pública deve atuar de maneira inclusiva e transparente para que a população esteja ciente dos possíveis riscos e possa desenvolver suas estratégias de enfrentamento. Além disso, o documento afirma a necessidade de que exista um monitoramento dos riscos e uma infraestrutura adequada para a proteção de bens materiais e imateriais, culturais, ambientais e econômicos (UNISDR, 2012).

Ao analisamos o contexto do rompimento da barragem de Fundão, identificamos que as diretrizes apontadas pela ONU não condizem com a realidade enfrentada pelos atingidos. Isso nos coloca frente a resiliência individual, familiar e comunitária, como apontam os estudos de Marchezini e Forini (2019). Para os autores, a adaptação aos abrigos temporários e as casas provisórias alugadas, também são indicadores de resiliência. Além destes fatores, temos os trabalhos de resgate efetuados por moradores locais no momento do desastre e o acolhimento de pessoas desabrigadas.

Também a organização social feita para a arrecadação de alimentos e produtos de higiene pessoal “acabam gerando efeitos sobre a própria capacidade local em se recuperar” (Marchezini e Forini, 2019, p.21). Em análise às notícias do site do Movimento de Atingidos por Barragens, identificamos relatos de adaptação à falta de água e a solidariedade comunitária, como este: “Até hoje a gente quem tem de comprar água para tomar banho e cozinhar, consumimos água de galão de 20 litros, temos que nos organizar na comunidade para buscar galões para idosos e doentes” (IuMirim, educadora, indígena tupiniquim e atingida pela barragem de Fundão em matéria publicada pelo MAB em 01/11/2020).

Quando observamos estes contextos sobre as lentes de gênero, percebemos o papel fundamental representado pelas mulheres atingidas por desastres no cuidado familiar também em outros aspectos, como na luta por indenização, na busca por documentações necessárias junto aos órgãos públicos e na união aos movimentos sociais (Enarson et. al., 2018; Bolin & Kurtz, 2018). Neste sentido, identificamos narrativas, como esta apresentada a seguir, que apontam o trabalho feito pelo gênero feminino na luta por seus direitos ainda que estas sejam também responsáveis por outras atividades em seu núcleo familiar:

No trabalho, no cuidado com a família e a casa, e em todos os afazeres que são entregues na responsabilidade delas, o crime do dia 05 de novembro de 2015 trouxe consequências que não podem ser imaginadas. Em toda a Bacia, mulheres relatam que a preocupação e o cuidado com os impactos da lama de rejeitos, como o aumento de doenças, a falta de fonte de renda, a perda da vivência em comunidade

e os abalos nas relações familiares são preocupações frequentes durante estes três anos.

“Tô lutando sim, tenho direito. Não quero nada de ninguém, quero o direito dos meus filhos, o que é meu direito. Não vamos nos calar, por medo ou por nada. Uma andorinha não vence, mas esse batalhão que temos aqui, aí sim!”, convoca sobre brados e aplausos da plenária Maria, atingida do Espírito Santo (Trecho de matéria publicada pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens em 04/11/2018).

Como bem nos apontam as contribuições de Brose, et. al., (2019, p.4), a construção da resiliência requer também premissas de “planejamento, organização sociopolítica e senso de cooperação”. Aspectos estes compartilhados e ensinados entre os integrantes do Movimento, apresentando possibilidades para aqueles(as) que não sabiam por onde começar após o rompimento: “O que construí com 43 anos de luta, com apenas 20 minutos veio a lama e destruiu tudo. Eu me sentia um nada cinco dias depois daquilo, e veio o MAB falando de direitos e não parei de lutar” (Vera, atingida do município de Barra Longa, em matéria publicada pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens em 04/11/2018).

Diante do cenário de pandemia pelo Covid-19, que tende a acentuar ainda mais as vulnerabilidades que marcam a vida dos atingidos, identificamos mais uma vez, através das matérias analisadas, apontamentos feitos pelo MAB a respeito do papel social das mulheres no que se refere a adaptação e a solidariedade para com a comunidade diante de situações inesperadas:

Apesar do isolamento social, que escancara ainda mais as desigualdades de gênero [...] são elas as protagonistas de redes de solidariedade com a distribuição de comida para as famílias mais vulneráveis, revelando o descaso do governo Bolsonaro com a população brasileira. Nos casos de violência, foram elas que exigiram dos estados medidas de segurança e transparência nos dados, e construíram redes de comunicação via aplicativos para situações de violência. Todas as contradições presentes na realidade, agravadas pela pandemia, provam duas coisas: de um lado, as mulheres são as que sofrem as piores consequências das desigualdades; de outro, são elas que provam na prática, que são resistentes, lutadoras, e pensam no bem comum da coletividade (Trecho de matéria publicada pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens em 21/12/2020).

Ainda que o Movimento de Atingidos por Barragens, construa quadros de sentidos sobre a resiliência das mulheres de maneira indireta – haja vista que não identificamos apontamentos diretos sobre o tema – é possível identificar relatos que nos colocam diante da capacidade de adaptação individual e comunitária articulada através de organizações femininas.

Segundo o que determina o guia para cidades resilientes desenvolvido pela ONU, o poder público regional deve, após uma situação de desastre, “implementar estratégias imediatas de reconstrução e reestabelecer rapidamente os serviços básicos para retomar suas atividades sociais, institucionais e econômicas” (UNISDR, 2012, p.11). As matérias para este trabalho analisadas apresentaram problemas ainda não solucionados – como a falta de água mencionada acima – datadas após cinco anos de rompimento, o que nos permite compreender o quanto a gestão pós-desastre precisa aprimorar suas estratégias e investimentos, para que de fato exista uma contribuição efetiva no processo de resiliência desenvolvido pela comunidade.

#### *6.4.4 Participação*

Como nos apontam os estudos de Mehta (2007), ao rompermos com as representações nas quais as mulheres são classificadas unicamente como vítimas, caminharemos para a inclusão destas na gestão dos riscos e desastres, transformando-as em agentes sociais capazes de contribuir efetivamente para a recuperação da comunidade.

Nesta ótica, cabe destacar que o reconhecimento do papel das mulheres no processo de adaptação a nova realidade, não implica no silenciamento de suas vulnerabilidades ou das demandas específicas que estas apresentam. Quando o gênero feminino possui espaço de fala, suas necessidades – e também daquelas pessoas as quais são responsáveis pelo cuidado: filhos, idosos e pessoas com deficiência em seu núcleo familiar – podem ser ouvidas e consideradas nos programas de recuperação social (OKTARI, et. al., 2021).

Em nossa análise sobre os quadros de sentidos relacionados a participação do gênero feminino, identificamos que, para o Movimento, apesar de também vítimas do desastre, as mulheres são apresentadas como agentes fundamentais na luta pelos direitos dos atingidos, como vemos no relato a seguir:

“Elas não param de Lutar”. Com a afirmação em letras grandes na parede, as mulheres atingidas reafirmam seu compromisso e confiança na luta no MAB. Há três anos, são incontáveis os números de manifestações, fechamento de rodovias e o trilho do trem, passeatas, assembleias e reuniões. As mulheres sempre no protagonismo (Trecho de matéria publicada pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens em 04/11/2018).

Perante os enfrentamentos que marcam a experiência das mulheres atingidas durante e após o desastre, o Movimento de Atingidos por Barragens pode ser entendido como um ambiente para o empoderamento feminino a partir da valorização de sua voz e de suas

necessidades, ainda que dentro da organização social também existam disputas por espaço entre estas e os homens associados (ZUIM, 2018).

Segundo Busquets (2020), embora as pautas relacionadas às dificuldades enfrentadas pelas mulheres estejam presentes nas agendas do MAB, o fato de que a maioria de seus integrantes são do gênero masculino, dificulta a tomada de decisões a respeito de suas reivindicações que, somente são abordadas quando uma mulher se posiciona enquanto liderança dentro e fora do Movimento. Nessa perspectiva, identificamos que a luta das mulheres, sobretudo negras, por espaços de fala e participação, podem trazer consequências à todos os âmbitos de sua vida:

Quantas de nós estamos separadas, quantas de nós tivemos os casamentos desfeitos por esse racismo, por esse preconceito, justamente por a gente buscar um espaço de fala, por a gente querer dar a voz não somente pra mim, pra minha família, mas pra minha sociedade e pro meu povo? – Simone Silva, 43 anos, Barra Longa, militante do MAB. (Trecho de matéria publicada pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens em 05/07/2021).

No capítulo um deste trabalho, encontramos também em matéria publicada pelo Estado de Minas<sup>7</sup>, o relato de uma mulher atingida que teve seu casamento rompimento pelo número de horas que esta dedicava as reuniões para a negociação entre os moradores e a Fundação Renova. O relato acima evidenciado nos encaminha para a compreensão de que estes não são somente casos isolados. O preço da luta para as mulheres atingidas – que não luta somente por si mesma – é muitas vezes a dissolução de seu núcleo familiar, que se ancora no machismo frente a ocupação do gênero feminino aos espaços públicos (ROCHA-COUTINHO, 1994).

A construção dos quadros de sentido sobre a participação das mulheres atingidas aponta também para os diversos aspectos pelos quais estas se inserem na luta. Seu envolvimento não se resume a busca por indenizações pessoais, mas também pela solução de problemas que afetam a toda a sua comunidade:

Dos participantes da Marcha, pelo menos 80% são mulheres, refletindo a organização dos atingidos e atingidas em toda a Bacia. E não é pra menos, elas relatam que a preocupação e o cuidado exigidos após os impactos da lama de rejeitos, como o aumento de doenças, a falta de fonte de renda, a perda da vivência em comunidade e os abalos nas relações familiares são preocupações frequentes durante estes três anos

---

<sup>7</sup> Para ter acesso a matéria na íntegra ver em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/03/interna\\_gerais.1200492/mariana-5-anos-mulheres-sofrem-piores-consequencias-da-tragedia.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/11/03/interna_gerais.1200492/mariana-5-anos-mulheres-sofrem-piores-consequencias-da-tragedia.shtml)>. Acesso em: 22 de agosto de 2021.

(Trecho de matéria publicada pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens em 19/11/2018).

O código participação foi aquele com o segundo maior número de aparições entre as 110 matérias analisadas, com um total de 41 vezes. As matérias apresentaram as mulheres como agentes importantes para o Movimento, que fazem destes encontros e marchas, não somente um espaço para a luta por seus direitos como também de compartilhamento de experiências entre atingidos e comunidades.

Os quadros de sentidos referentes a participação, apresentam, bem como nos outros códigos apresentados, grande interferência das próprias mulheres atingidas em sua construção, uma vez que estas aparecem em diversos relatos apontando a seu envolvimento e os enfrentamentos advindos do mesmo. É possível compreender que os quadros estabelecidos pela MAB sobre o gênero feminino enquanto integrantes do movimento, compreendem os desafios e limitações por elas enfrentados sem submetê-las unicamente ao papel de vítimas, sendo estas também reconhecidas pela atuação fundamental na organização e na luta pelos direitos dos(as) atingidos(as).

#### *6.4.5 MAB: As necessidades específicas das mulheres atingidas*

A categoria de análise identificada como “necessidades específicas ao gênero” apresentou 26 aparições no total de 110 notícias analisadas. Nestas matérias, o Movimento reforça a luta existente na vida das mulheres atingidas para que estas sejam ouvidas e contempladas com programas dedicados especialmente para a sua recuperação pós-desastre.

Segundo a pesquisa realizada por Neves, et. al., (2018) a respeito da Saúde Mental das Famílias Atingidas pelo Rompimento da Barragem do Fundão, as mulheres são o grupo com maior prevalência de sintomas associados ao transtorno do estresse pós-traumático (TEPT), sendo 13,9% entre as mulheres e 8,6% entre os homens. Dados da mesma pesquisa nos indicam que os índices de depressão e o risco de suicídio também são maiores entre o gênero feminino, sendo respectivamente 35,4% e 20,8%, enquanto os homens atingidos apresentam indicativos de 17,3% para depressão e 16,4% para risco de suicídio.

Compreendemos que estes dados estão associados aos desafios encontrados pelas mulheres no processo de indenização, mas não somente. A perda de suas residências e de suas redes de relacionamento afetam as mesmas de modo particular. O Movimento, em suas publicações, se posiciona seguindo uma perspectiva que abarca todas estas especificidades:

No Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dizemos que as mulheres são as mais atingidas no processo de construção de barragens. Relatos de norte a sul do país mostram problemas como perda dos trabalhos geradores de renda, desagregação da comunidade, aumento da prostituição e da violência e diversos outros impactos particularmente graves para as mulheres. A mesma constatação apareceu em 2010 em um relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana [atual Conselho Nacional de Direitos Humanos] sobre violações de direitos na construção de barragens: “As mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para recomposição de seus meios e modos de vida”, diz o documento (Trecho de matéria publicada pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens em 03/12/2015).

Ainda que o CDDPH tenha apresentado as mulheres como o grupo que enfrenta os maiores desafios após um desastre, sabemos que no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) – documento que norteia as ações da Fundação Renova no processo de indenização e recuperação dos atingidos – não estão previstos programas direcionados unicamente para a reestabelecimento do gênero feminino nos aspectos sociais, psicológicos ou econômicos.

A única ressalva encontrada no documento é direcionada unicamente para as mulheres chefes de família. O termo determina que no momento do cadastro das mesmas, possíveis demandas específicas podem ser registradas (TTAC, 2016). Dado o recorte desta nota, muitas mulheres não são contempladas sequer com a possibilidade de pontuar suas particularidades, haja vista que 60,52% dos cadastros como chefes de família realizados no município de Mariana, por exemplo, são feitos pelo gênero masculino (RAMBOLL, 2018).

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres atingidas no que se refere a adaptação a nova realidade, também são pauta de discussão no site do Movimento. Como veremos no exemplo a seguir, os trabalhos exercidos por estas no período anterior ao desastre não somente são silenciados nos serviços de indenização como também não são reconhecidos no mercado de trabalho urbano:

A defensora pública do Espírito Santo Mariana Sobral [...] também expôs dados da bacia do Rio Doce que mostram que dos atingidos responsáveis pelo recebimento do cartão com o auxílio financeiro 66% são homens. Além da dificuldade na etapa de reparação, as mulheres sofrem a fragilidade da inserção feminina no mundo do trabalho, especialmente em regiões vulneráveis. Muitas são donas de casa, outras têm trabalhos informais com pequenos comércios e prestação de serviços realizados em casa: costureiras, cozinheiras, entre outras. “A adaptação ao mercado de trabalho urbano é complicada, as empresas não reconhecem o trabalho feminino e preferem sentar para dialogar

com os homens”, comenta Soniamara Maranhão, da coordenação nacional do MAB (Trecho de matéria publicada pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens em 26/06/2019).

Como é possível observar, o site do MAB apresenta as demandas específicas do gênero feminino sob uma perspectiva que abrange os diversos aspectos da sua experiência pós-desastres. Assim como nos demais códigos analisados, a narrativa das próprias mulheres atingidas também é apresentada:

“As mulheres não são reconhecidas pela Renova, somos 70% que não são atendidas por nenhum dos programas em toda a Bacia toda. Nós é que temos que lidar com os problemas de saúde, a falta do território que tínhamos antes, a perda de laços comunitários e familiares que o crime trouxe, devemos ser reconhecidas e respeitadas” – Márcia, Colatina (Trecho de matéria publicada pelo site do Movimento de Atingidos por Barragens em 31/10/2018).

Sob esta ótica, compreendemos que os quadros de sentido elaborados pelo Movimento sobre as necessidades específicas do gênero feminino, são, bem como os outros quadros, determinados em consonância ao que as próprias mulheres indicam como enfrentamentos que requerem atenção e assistência por parte da Fundação Renova. Através de sua página, o MAB nos apresenta seu ponto de vista a respeito da importância de um serviço de reparação preparado para priorizar as demandas femininas e para inseri-las no processo de indenização através da valorização de suas atividades.

### **6.5 Algumas reflexões sobre os quadros de sentidos a respeito das mulheres atingidas segundo o Movimento de Atingidos por Barragens**

O Movimento de Atingidos por Barragens apresentou, para as categorias aqui analisadas, quadros de sentidos que contam com a participação das mulheres atingidas para a sua construção. Apesar da luta por espaço e voz também dentro do movimento – parte do machismo que afeta todos os âmbitos da sociedade – percebemos a inclusão de narrativas femininas e o reconhecimento por parte da organização a respeito do papel fundamental ocupado pelas mesmas neste cenário.

Sabemos que um dos maiores desafios dos movimentos sociais está no ganho de visibilidade para que sua luta seja reconhecida e legitimada nos diversos espaços sociais. Como foi possível observar, as mulheres ocupam posições de liderança na organização de passeatas e manifestações que são capazes de mobilizar a opinião pública e reformular os quadros de

sentidos sob os quais estas são representadas, ainda que as forças permaneçam desiguais neste campo de disputas.

O número relevante de aparições a respeito dos códigos selecionados, nos permite a compreensão de que o gênero feminino é pauta de discussão de dentro para fora do Movimento sob os mais diversos temas. A vulnerabilidade das mulheres atingidas foi exposta a partir dos aspectos sociais anteriores ao desastre, que tendem a se intensificar após o rompimento.

A resiliência do gênero feminino foi apresentada de maneira indireta, a partir da capacidade das mesmas de se adaptar a contextos que não são favoráveis, sobretudo sem o amparo necessário por parte da instituição responsável por este serviço de reparação. Neste mesmo cenário, a capacidade de recuperação feminina não foi representada como um ato de heroísmo e sim como uma necessidade de sobrevivência que, por sua vez, deve ser amparada pelos serviços competentes.

Os quadros de sentido sobre as mulheres atingidas contemplaram as necessidades do gênero feminino e a capacidade do mesmo em contribuir de maneira efetiva para a organização social dos atingidos e para as conquistas de espaço e voz em nome de sua família e comunidade. Ainda que estas enfrentem a sobrecarga de trabalho no espaço privado, as mulheres continuam na luta por reconhecimento enquanto atingidas, sendo mobilizadoras também do espaço público.

Entre os códigos analisados, foi possível identificar quadros de sentidos que assumem as mulheres atingidas como vítimas do desastre e como grupo silenciado pelos serviços de reparação. Este silenciamento é, por sua vez, capaz de repercutir no reconhecimento das mesmas como um grupo que possui necessidades específicas e que tem enfrentado dificuldades no processo de indenização.

Ao mesmo tempo, o Movimento apresentou em suas páginas, aspectos relacionados a resiliência feminina diante do desastre, fomentando a compreensão de que estas são capazes de atuar significativamente em prol de suas comunidades caso exista o investimento adequado e um serviço de indenização que considere as atividades produtivas realizadas pelas mulheres. Em suas publicações é claro o posicionamento do Movimento referente a insatisfação dos serviços prestados pela Fundação Renova em relação as mulheres atingidas.

Percebemos ainda que as pontuações realizadas pelo MAB no que concerne a vulnerabilidade de gênero, são expostas segundo os aspectos da interseccionalidade. O mesmo

reconhece as experiências distintas entre mulheres brancas e negras e o quanto estes fatores influenciam no respeito e reconhecimento destas nos espaços de negociação. Como apontamos no decorrer deste trabalho, o principal desafio do Movimento está na busca por um maior alcance de pessoas que venham a conhecer sua luta e a partilhar de seus repertórios, transformando os quadros de sentidos dominantes.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como resposta à pergunta “quais são os quadros de sentidos que se constroem a respeito das mulheres atingidas pela barragem de Fundão?”, identificamos que os atores envolvidos na comunicação dos acontecimentos referentes ao desastre de Fundão e na representação dos sujeitos envolvidos, apresentam uma diversidade de narrativas sobre a experiência feminina.

A partir deste trabalho, foi possível observar que o Estado de Minas não fornece informações e discussões unicamente sobre o gênero feminino, sendo possível compreender a perspectiva do jornal sobre o papel ocupado pelas mesmas apenas a partir da escolha dos trechos postados a respeito de suas experiências.

O silenciamento identificado nas representações feitas por esta instituição é também encontrado nos relatórios de atividades da Fundação Renova, ainda que em diferentes medidas. Nosso segundo objeto de análise foi aquele que apresentou o menor número de ações e ou diálogos com as mulheres atingidas, o que nos faz compreender que os quadros de sentidos elaborados pela Fundação Renova sobre as mulheres atingidas, não reconhecem as mesmas como um grupo que requer programas e atendimentos específicos. A ausência de estratégias específicas para a recuperação do gênero feminino no TTAC, contribui para reforçar este silenciamento.

Cabe ressaltar que se outras atividades estão sendo realizadas com recorte para o gênero feminino no que se refere aos programas 005 e 006, estas não foram apresentadas nesta documentação, o que aponta também um descaso em relação prestação de contas para com a sociedade civil em relação as medidas compensatórias após o desastre.

O Movimento de Atingidos por Barragens, por sua vez, nos fornece quadros de sentidos mais completos e com uma maior participação das mulheres atingidas. A partir do mesmo, foi possível identificar aspectos que representam o gênero feminino como vítimas do desastre que ainda aguardam por um serviço de indenização eficiente, ao mesmo tempo em que atuam como

agentes fundamentais na luta pelos direitos dos atingidos, com grande capacidade de organização e mobilização comunitária.

O principal desafio do Movimento está na busca por um maior alcance de pessoas que venham a conhecer sua luta e a partilhar de seus repertórios, transformando os quadros de sentidos dominantes. A complexidade discursiva do MAB, no entanto, também se relaciona com a ausência de comprovações das denúncias que são publicadas em seu site. O respaldo documental e científico, fomentará seus apontamentos e poderá contribuir até mesmo para que estes sejam transmitidos por outros meios de comunicação.

A diversidade discursiva identificada teve como principal característica o silenciamento das mulheres atingidas e de suas particularidades. Esta, fomenta o não-reconhecimento das mesmas como grupo que possui múltiplas vulnerabilidades e que justamente por esta razão, necessita de um serviço de indenização e reparação que esteja atento as suas especificidades.

Enquanto os atores envolvidos na comunicação do desastre constroem quadros de sentido que não incluem o gênero feminino ou que reduzem a sua complexidade, o não-cumprimento de seus direitos continuará sendo um tema pouco discutido nos diversos espaços públicos da sociedade. O negligenciamento de suas participações na esfera midiática e nos programas de comunicação da Fundação Renova dificultam a compreensão de suas experiências enquanto atingidas, que, por sua vez, só seriam reconhecidas e avaliadas pela instituição responsável através de momentos de diálogo e negociação.

Ainda que avanços tenham sido identificados na representação e participação das mulheres atingidas enquanto membros de organizações sociais, as demais instituições aqui analisadas seguem construindo quadros de sentidos que silenciam o gênero feminino e o mantêm em uma posição secundária e invisibilizada perante as situações de desastre.

Por fim, compreendemos que a luta das mulheres rurais para que se rompa o ciclo de apagamento social que perpassa por suas vidas – em contextos com ou sem desastres – se torna uma tarefa ainda mais difícil quando esta precisa ser conciliada com as outras responsabilidades de seu dia a dia. Em um contexto de desastre, no qual jornadas triplas se intensificam, cabe também ao Poder Público, a academia e ao restante da sociedade civil, a mobilização das instituições responsáveis para que seus direitos sejam cumpridos.

## **7.1 Perspectivas futuras**

Ao pensarmos no caminho percorrido ao longo deste trabalho, faz-se necessária a ponderação de que o mesmo enfrentou limitações advindas da pandemia do COVID-19. Este fato limitou nossas análises aos documentos fornecidos por estes três atores envolvidos na formação dos quadros de sentidos sobre as mulheres atingidas pela barragem de Fundão, uma vez que nosso contato direto com as mesmas enfrentou as barreiras do isolamento social.

Para aquelas(es) que virão a se debruçar sobre o tema, deixamos a sugestão de que avancem nas discussões junto das próprias mulheres atingidas a respeito dos quadros de sentidos que melhor as representam dentre estes aqui dispostos. Devido a sua intensa participação, acreditamos que a resposta caminhará em similaridade ao que diz o Movimento de Atingidos por Barragens, embora as conversas entre pesquisadores e entrevistadas sempre forneça novas descobertas.

Aos que intencionam estudar a Fundação Renova e o processo de reparação e indenização dos atingidos, deixamos a recomendação de que seja elaborado um documento com ponderações específicas que ajudem a nortear os profissionais da instituição para as particularidades enfrentadas pelas mulheres atingidas a fim de que estes se dediquem a pensar e colocar em prática programas específicos que atendam a estas tantas debilidades.

Ainda que tenham se passado seis anos desde o rompimento da barragem de Fundão, é possível identificar lacunas no que se referem aos enfrentamentos das mulheres atingidas. Este trabalho teve como objetivo suprir parte destes aspectos a partir da análise dos quadros de sentidos desenvolvidos sobre o gênero feminino, mas aqui não se findam as discussões a respeito de suas necessidades específicas. Novos estudos poderão determinar quais seriam os programas mais adequados para as mesmas e/ou quais as metodologias mais indicadas para serem desenvolvidas com grupos de pessoas que lidam com a sobrecarga de trabalho, estresse pós-traumático e ansiedade após o desastre.

## 8. REFERÊNCIAS

ALEIXO, Letícia Soares Peixoto. De Mariana à Mariana: perspectivas de uma Defensora Pública do Espírito Santo sobre o maior crime socioambiental do Brasil. **Revista Científica Foz**, v. 1, n. 2, p. 8-8, 2018. Disponível em: <<http://revista.ivc.br/index.php/revistafoz/article/view/61>>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

AMADO, Ana Catarina Oliveira. **O papel das redes sociais no jornalismo online**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra. Disponível em: <<https://eg.uc.pt/handle/10316/93741>>. Acesso: 02 de setembro de 2021.

AMARAL, Márcia Franz; SOUZA, Elise Azambuja; RAMOS, Julia Capovilla Luz. Os sentidos do desastre em Mariana. In: **E-Compós**. 2020. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1919>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

ANDRADE, Gabriela R.B; VAITSMAN, Jeni. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 7, p. 925-934, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/f9W594rP9XhqBj9JKxrk5Fc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp: 1982. Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/obras/Cultura%20e%20opul%C3%Aancia%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 06 de junho de 2021

AQUINO, Estela M.L et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2423-2446, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25suppl1/2423-2446/pt/>>. Acesso em: 07 de junho de 2021.

AQUINO, Mahalia Gomes de Carvalho; LOUREIRO, Yashmin Viola Marote; STORTTI, Marcelo Aranda. **A justiça e o racismo ambiental diante do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana–MG): A educação ambiental de base comunitária e os movimentos sociais diante da problemática econômica e ambiental em torno da mineração**. Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. UFJF. p. 1-13. 2017. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0027.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0027.pdf)>. Acesso em: 31 de agosto de 2021.

BADIOLA, D. V. **O processo de legitimação da arte drag a partir dos novos cenários das mídias sociais**. UFRJ. Rio De Janeiro. 2021. Disponível em: <<https://www.coppead.ufrj.br/publicacao/o-processo-de-legitimacao-da-arte-drag-a-partir-dos-novos-cenarios-das-midias-sociais/>>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

BALESTRIN, Nádia. L. Algumas reflexões acerca das jovens camponesas, agroecologia e decolonialidade. **Guaju**, v. 5, n. 1, p. 58-70, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/65721>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

BARBETTA, Pedro Alberto **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**, cap. 3. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. Disponível em: <[https://www.academia.edu/32231809/BARBERETA\\_Estatistica\\_Aplicada\\_As\\_Ciencias\\_Sociais](https://www.academia.edu/32231809/BARBERETA_Estatistica_Aplicada_As_Ciencias_Sociais)>. Acesso em: 05 de novembro de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, v. 3, 1977. Disponível em: <<https://ia801901.us.archive.org/11/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

BARRETO, Leticia Cardoso; ROSA, Débora Diana da; MAYORGA, Claudia. Comunidades sujas de lama: Da destruição à resignificação e a resistência em Mariana/MG. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/GhRRZJGgqxqmWVFKH4cpYwgQ/?lang=pt>> Acesso em: 23 de março de 2021.

BILAC, Elisabete Dória. Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social: algumas reflexões. **Novas metrópoles paulistas. População, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Unicamp/Nepo**, p. 51-65, 2006. Disponível em: <

[http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnera\\_b\\_cap\\_2\\_pgs\\_51-65.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnera_b_cap_2_pgs_51-65.pdf)>. Acesso em: 07 de julho de 2020.

BOLIN, Bob; KURTZ, Liza C. Race, class, ethnicity, and disaster vulnerability. In: **Handbook of disaster research**. Springer, Cham, p. 181-203, 2008.

BOLIN, Robert; JACKSON, Martina; CRIST, Allison. Gender inequality, vulnerability, and disaster: Issues in theory and research. **The gendered terrain of disaster: Through women's eyes**, p. 27-44, 1998. Disponível em: <<https://disaster-sts-network.org/content/gender-inequality-vulnerability-and-disaster-issues-theory-and-research>>. Acesso em: 03 de março de 2020.

BRASIL. **Direito à Moradia Adequada**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 2013. Disponível: <[https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH\\_moradia\\_final\\_internet.pdf](https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf)>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

BROSE, Markus Erwin et al. Dossiê “Resiliência pós-desastres: recuperando o desenvolvimento regional”. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 2, p. 4-8, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5520/552064521001/552064521001.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2021.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

BULLARD, Robert. **Ética e racismo ambiental**. Revista Eco 21, ano XV, nº 98, jan. 2005. Disponível em: <[https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos\\_educativos/etica\\_e\\_racismo\\_ambiental.html](https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.html)>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2021.

BUSQUETS, Monise Vieira. Bordando a luta: O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens e as oficinas de Arpilleras como estratégia de mobilização social. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, p. 153-176, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11179>>. Acesso em 25 de junho de 2021.

CÂMARA, Marco Túlio Pena; LESSA, Claudio. “Quem cuida de nós?”: jornal-laboratório como mídia local contra-hegemônica. **Vozes e Diálogo**, v. 17, n. 01, 2018. Disponível: <<https://www6.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/11694>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2020.

CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória**. Instituto Piaget: São Paulo, 2005.

CARDOSO, Elisabeth et al. Guia metodológico da caderneta agroecológica. **Recife: FIDA**, 2019. Disponível em: <<http://portalsemiar.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Guia-de-uso.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2021.

CANUTO, Kleyton Jorge & LACERDA Juciano de Sousa. **Internet e mídia independente no movimento do audiovisual paraibano: o uso de dispositivos midiáticos digitais na comunicação e elaboração de estratégias contra hegemônicas**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXV. 2012. Fortaleza. Anais eletrônicos. Fortaleza, CE, 2012.

Disponível em: <[http://www.inpecc.pro.br/media/uploads/pesquisas/internet\\_e\\_midia\\_independente\\_no\\_movimento\\_do\\_audiovisual\\_paraibano\\_o\\_uso\\_de\\_dispositivos\\_midiaticos\\_digitais\\_na\\_comunicacao\\_e\\_elaboracao\\_de\\_estrategias\\_contra-hegemonicas.pdf](http://www.inpecc.pro.br/media/uploads/pesquisas/internet_e_midia_independente_no_movimento_do_audiovisual_paraibano_o_uso_de_dispositivos_midiaticos_digitais_na_comunicacao_e_elaboracao_de_estrategias_contra-hegemonicas.pdf)>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

CARDOSO, Poliana O.; MELO, Angelina M., SILVA, Nathália T. C. Da. Qual resiliência? A emergência da abordagem conceitual da resiliência na agricultura. In: **Agricultura sustentável, resiliência e sociedade: reflexões a partir da cafeicultura na Amazônia**. Org. Nathália Thaís Cosmo da Silva e Poliana Oliveira Cardoso. -- 1. ed. -- Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2020. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Nathalia-Silva-26/publication/346641739\\_Agricultura\\_Sustentavel\\_Resiliencia\\_e\\_Sociedade\\_Reflexoes\\_a\\_partir\\_da\\_cafeicultura\\_na\\_Amazonia/links/5fcf943645851568d14d5143/Agricultura-Sustentavel-Resiliencia-e-Sociedade-Reflexoes-a-partir-da-cafeicultura-na-Amazonia.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Nathalia-Silva-26/publication/346641739_Agricultura_Sustentavel_Resiliencia_e_Sociedade_Reflexoes_a_partir_da_cafeicultura_na_Amazonia/links/5fcf943645851568d14d5143/Agricultura-Sustentavel-Resiliencia-e-Sociedade-Reflexoes-a-partir-da-cafeicultura-na-Amazonia.pdf)>. Acesso: 12 de novembro de 2021.

COELHO, Paula Sasaki. **Mulheres e mineração: protagonismos e narrativas de mulheres acerca dos impactos e das mudanças vividas em Conceição do Mato Dentro a partir do empreendimento Minas-Rio**. Tese de Doutorado. USP, 2019. Disponível em: <<https://www.readcube.com/articles/10.11606%2Fd.47.2019.tde-25062019-095914>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

COELHO, Tádzio. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. **Revista Intratextos**, v. 3, n. 1, p. 128-146, 2012. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Coelho-2012-Minera%C3%A7%C3%A3o-e-Depend%C3%Aancia-no-Quadril%C3%A1tero-Ferr%C3%ADfero.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

CONCEIÇÃO, Antonio Carlos Lima; ARAS, Lina M. Brandão. Por uma ciência e epistemologia (s) feminista (s): avanços, dilemas e desafios. **Muitas Vozes**, v. 2, n. 1, p. 115-128, 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6123>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA – CDDPH. **Comissão Especial. Atingidos por Barragens**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-final-cddph>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2020.

CORREIA, João Carlos; JERÓNIMO, Pedro; GRADIM, Anabela. Jornalistas da mídia local e o desafio digital. **Redes**, v. 26, 2021. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/16507>>. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.

COUTINHO, Lúcia Loner. **Antônia sou eu, Antônia é você: identidade de mulheres negras na televisão brasileira**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010b. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/4417>>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.

DEFESA CIVIL: Gabinete Do Governador Do Estado De Minas Gerais. **Relatório da gestão do desastre: Rompimento de barragem em mariana /MG**. 2015.

DIAS, C. L., SILVEIRA, R. L. L. **Redes, Sociedades e Territórios**. 3. ed., rev. e ampl. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3125>>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

DIRIKX, Astrid; GELDERS, Dave. To frame is to explain: A deductive frame-analysis of Dutch and French climate change coverage during the annual UN Conferences of the Parties. **Public understanding of science**, v. 19, n. 6, p. 732-742, 2010. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21560546/>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2021.

DUFKA, Corinne L. The Mexico city earthquake disaster. **Social Casework**, v. 69, n. 3, p. 162-170, 1988. Disponível: <<https://www.semanticscholar.org/paper/The-Mexico-City-Earthquake-Disaster-Dufka/5997a64d17e323f95af76dad3233ba6cb69e91fe>>. Acesso em: 08 de novembro de 2019.

EKLUND, Lisa; TELLIER, Siri. Gender and international crisis response: do we have the data, and does it matter?. **Disasters**, v. 36, n. 4, p. 589-608, 2012. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-7717.2012.01276>>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

ENARSON, Elaine. **Promoting social justice in disaster reconstruction: guidelines for gender-sensitive and community-based planning**. Disaster Mitigation Institute of Ahmedabad. Gujarat, India, 2001. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Elaine-Enarson/publication/228495897\\_Promoting\\_social\\_justice\\_in\\_disaster\\_reconstruction\\_guidelines\\_for\\_gender-sensitive\\_and\\_community-based\\_planning/links/55db45aa08aeb38e8a8b82b4/Promoting-social-justice-in-disaster-reconstruction-guidelines-for-gender-sensitive-and-community-based-planning.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Elaine-Enarson/publication/228495897_Promoting_social_justice_in_disaster_reconstruction_guidelines_for_gender-sensitive_and_community-based_planning/links/55db45aa08aeb38e8a8b82b4/Promoting-social-justice-in-disaster-reconstruction-guidelines-for-gender-sensitive-and-community-based-planning.pdf)>. Acesso em: 27 de outubro de 2021.

ENARSON, Elaine; FOTHERGILL, Alice; PEEK, Lori. Gender and disaster: Foundations and directions. p. 130-146. In: **Handbook of disaster research**. Springer, New York, 2018. Disponível em: <[https://doi.org/10.1007/978-3-319-63254-4\\_11](https://doi.org/10.1007/978-3-319-63254-4_11)>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2020.

ENNE, Ana Lucia. Práticas midiáticas e disputas por hegemonia: reflexões a partir de estudos de caso na Baixada Fluminense. In: **Comunicação e Contra-Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

FARIA, Maria Cristina Brandão.; FERNANDES, Danubia de Andrade. Representação da identidade negra na telenovela brasileira. In: **E-Compós**. 2007. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/178>>. Acesso em: 05 de agosto de 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, Beatriz Rodrigues; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; ALVES, Marina Calixto. Arpilleras: socializando as artes-políticas que retratam denúncias das mulheres atingidas por barragens em territórios nordestinos. **O Público e o Privado**, v. 18, n. 35 jan. abr, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/3250>>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

FIOROTT, Thiago Henrique; ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. Tragédia do povo krenak pela morte do Rio Doce/Uatu, no desastre da Samarco/Vale/BHP, Brasil. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 6, n. 2, p. 127-146, 2017. Disponível em: <<https://scholar.archive.org/work/3dbpyqggmjaudb3x7ad6oivg3y/access/wayback/http://revistas2.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/download/2444/2077>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

FISCHER, Mônica. **Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 1993.

FONTES, Roberta Neves et al. **Crime, desastre ou acidente? Disputas narrativas sobre o rompimento da barragem da Samarco**. UFV. 2018. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/27535/1/texto%20completo.pdf>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2020.

FORDHAM, Maureen H. Making women visible in disasters: problematising the private domain. **Disasters**, v. 22, n. 2, p. 126-143, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-7717.00081>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

FORDHAM, Maureen; KETTERIDGE, Anne-Michelle. "Men must work and women must weep": Examining gender stereotypes in disasters. In: **The gendered terrain of disaster: Through women's eyes**. 1998. p. 81-94. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/des-12888>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

FRANÇA, Vera.; SIMÕES, Paula. **Curso básico de Teorias da Comunicação**. Autêntica, 2017.

FREITAS, Ana Rita et al. Engajamento dos stakeholders: uma análise dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras do setor financeiro. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, v. 11, n. 4, p. 14-25, 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbpg/article/view/78726>>. Acesso em: 22 de setembro de 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). A violência doméstica contra as mulheres atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. 2021. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10438/30748>>. Acesso em: 26 de novembro de 2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **A Fundação**. s.d. Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/> Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Perguntas frequentes: reassentamentos**. s.d. Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/perguntasfrequentes/?search=&category=reassentamentos>>

FUNDAÇÃO RENOVA. **Sobre o termo**. s.d. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo/>>. Acesso em: 14 de março de 2021.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis: An essay on the organization of experience**. Harvard University Press, 1974.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Vozes, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, p. 333-361, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

GOMES, Bruna Monalisa Ramalho. **Quatro anos do rompimento da barragem de Fundão: desafios e conquistas dos/as atingidos/as de Mariana/MG-um olhar a partir das diretrizes de reparação do direito à moradia homologadas**. UFOP. 2019. Disponível em: <<https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/2279>>. Acesso: 22 de março de 2021.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em tese**, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13624/12489>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG. **Belo Horizonte**, 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce\\_FINAL\\_APROVADO.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce_FINAL_APROVADO.pdf). Acesso em: 22 de março de 2021.

GRAMSCI, Antônio. Escritos políticos (1921-1926). Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, v. 2, 2004.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HALL, Stuart. Cultura e representação. **PUC-Rio: Apicuri**, 2016.

HEMACHANDRA, Kinkini; AMARATUNGA, Dilanthi; HAIGH, Richard. Role of women in disaster risk governance. **Procedia engineering**, v. 212, p. 1187-1194, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877705818301796>>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2200062/mod\\_resource/content/0/Honneth%2C%20Axel%20-%20Luta%20por%20reconhecimento.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2200062/mod_resource/content/0/Honneth%2C%20Axel%20-%20Luta%20por%20reconhecimento.pdf)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

ÍNDICE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados: Mariana**. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>> Acesso em: 13 de abril de 2021.

INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION – ISDR. (2004). **Living with Risk: a global review of disaster reduction initiatives**. New York: ISDR. Disponível em: <[https://www.unisdr.org/files/657\\_lwr1.pdf](https://www.unisdr.org/files/657_lwr1.pdf)>. Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. 2015. Disponível em: <[https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_ibama.pdf](https://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf)> Acesso em 04 de dezembro de 2021.

INSTITUTO PRÍSTINO. **Referente à Revalidação da Licença Operacional da Barragem de Rejeitos do Fundão Samarco Mineração S/A**. 2013. Disponível em: <[http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/URCS\\_SupramCentral/RioVelhas/69/9.1-laudo-tecnico.pdf](http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/URCS_SupramCentral/RioVelhas/69/9.1-laudo-tecnico.pdf)>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

JACOBSSON, Katarina. Analysing Documents through Fieldwork. In: SILVERMANN, David (org.). **Qualitative Research**. 4th ed. United Kingdom: SAGE, 2016. p. 248-272.

JOHNSON, Telma. **Pesquisa social mediada por computador: questões, metodologia e técnicas qualitativas**. Editora E-papers, 2010. Disponível em: <<https://revistas.unibh.br/ecom/article/view/596>>. Acesso: 26 de janeiro de 2020.

KEHL, Maria Rita, **Deslocamento do feminino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

LAKOFF, George. 2010. Why it matters how we frame the environment. **Environmental Communication** 4(1): 70–81. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17524030903529749>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

LANDAU, J. & SAUL, J. “Facilitando a resiliência da família e da comunidade em resposta a grandes desastres”. **Pensando Famílias** n.4, ano 4. p. 56-78. 2002. Disponível em: <[https://www.academia.edu/775953/Facilitando\\_a\\_Resili%C3%Aancia\\_da\\_Fam%C3%ADlia\\_e\\_da\\_Comunidade\\_em\\_Resposta\\_a\\_Grandes\\_Desastres](https://www.academia.edu/775953/Facilitando_a_Resili%C3%Aancia_da_Fam%C3%ADlia_e_da_Comunidade_em_Resposta_a_Grandes_Desastres)>. Acesso em: 25 de outubro de 2021.

LIMA, Gabriela Neves de; OLIVEIRA, Eduardo Gontijo. **Cozinha, café, prosa e cuidado: rupturas e permanências no cotidiano de mulheres da comunidade atingida de Paracatu de Baixo, Mariana**. **Tessituras**, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 76-109, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/13368>>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

LOBE, Bojana; MORGAN, David; HOFFMAN, Kim A. Qualitative data collection in an era of social distancing. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 19, p. 1609406920937875, 2020. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1609406920937875>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

LUDWIG, Leandro; MATTEDI, MARCOS ANTÔNIO. As Tecnologias da Informação e Comunicação na gestão dos riscos de desastres socioambientais. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/ckjVcvXwwWSRc5yz9LcwX8S/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 de setembro de 2021.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 09, p. 73-101, 2008. Disponível em: < <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

MAIA, Marta R.; ANICETO, Caio M. Rodrigues. Análise das narrativas sobre a ditadura no jornal Estado de Minas: memória e acontecimento. **NARRATIVAS MIDIÁTICAS CONTEMPORÂNEAS**, v. 96820, p. 28, 2018. Disponível em: < [http://editoracatarse.com.br/site/wp-content/uploads/2017/10/Narrativas\\_midi%C3%A1ticas\\_contempor%C3%A2neas\\_perspectivas\\_epistemol%C3%B3gicas.pdf](http://editoracatarse.com.br/site/wp-content/uploads/2017/10/Narrativas_midi%C3%A1ticas_contempor%C3%A2neas_perspectivas_epistemol%C3%B3gicas.pdf)>. Acesso em: 22 de janeiro de 2021.

MANN, Chris.; STEWART, Fiona. **Internet communication and qualitative research: a handbook for researching online**. London: Sage, 2000. Disponível em: < <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/internet-communication-and-qualitative-research/book210073>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2021.

MARCHEZINI, Victor; FORINI, Henrique Almeida. Dimensões sociais da resiliência a desastres. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 2, p. 9-28, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5520/552064521002/552064521002.pdf>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2021.

MARTÍN-BARBERO. **Os métodos: dos meios às mediações**. In: Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2006. P. 261-334.

MEHTA, Manjari. **Gender matters: Lessons for disaster risk reduction in South Asia**. The International Centre for Integrated Mountain Development (ICIMOD), 2007. Disponível em: [https://www.preventionweb.net/files/2406\\_GenderandDisasters.pdf](https://www.preventionweb.net/files/2406_GenderandDisasters.pdf). Acesso em: 10 de setembro de 2021.

MENDES, João Francisco Alves. **Representações sociais e complexidade: a identidade dos atingidos pela lama na barragem de Fundão (Mariana-MG)**. UFSC. 2020. Disponível em: <<https://1library.org/document/zxlj5gnz-representacoes-sociais-complexidade-identidade-atingidos-barragem-fundao-mariana.html>>. Acesso em: 17 de agosto 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A mídia e a transformação da realidade. **Comunicação e política**, v. 24, n. 2, p. 9-38, 2005. Disponível em: < [https://www.academia.edu/1902605/M%C3%ADdia\\_e\\_transforma%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_realidade](https://www.academia.edu/1902605/M%C3%ADdia_e_transforma%C3%A7%C3%A3o_da_realidade)>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ptZ9Qp9Qn7n7PdZDJZZXv3L/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Relações de solidariedade em comunidade de camponeses-trabalhadores migrantes**. Informação & Sociedade, v. 6, n. 1, 1996. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92622>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. **Relatório de monitoramento mensal dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da bacia do rio doce com os indicadores propostos**. Abril/2020.

MONTEIRO, Vera Lúcia; GUIMARÃES, Maik Vinícius; DE MOURA, Roque Antônio. A logística humanitária e o papel das mídias sociais na comunicação de riscos de desastres. **CIMATech**, v. 1, n. 7, p. 11-19, 2020. Disponível em: <<https://publicacao.cimatech.com.br/index.php/cimatech/article/view/333>>. Acesso em: 06 de setembro de 2021.

MORAES, Dênis. Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica. In: COUTINHO, E. (org.) **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 39-64, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/12420/8298%20.%20Acesso%20em%2001>>. Acesso em: 01 de junho de 2020.

MORIOKA, Rika. Gender difference in the health risk perception of radiation from Fukushima in Japan: the role of hegemonic masculinity. **Social Science & Medicine**, v. 107, p. 105-112, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S027795361400118X>>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Encontro reúne mulheres atingidas defensoras da vida em Minas Gerais**. 2019. Disponível em: <<https://mab.org.br/2019/10/26/encontro-re-ne-mulheres-atingidas-defensoras-da-vida-em-minas-gerais/>> Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG)**. 2020. Disponível em: <<https://mab.org.br/timeline/rompimento-da-barragem-de-fundao-em-mariana-mg/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2021.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Fundação Renova e a violação aos direitos das mulheres**. 2020. Disponível em: <<https://mab.org.br/2020/05/07/funda-renova-e-viola-aos-direitos-das-mulheres/>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Mulheres denunciam violações cinco anos após o rompimento da barragem de Fundão em ato virtual**. 2020. Disponível em: <<https://mab.org.br/2020/11/01/mulheres-denunciam-violacoes-cinco-anos-apos-rompimento-da-barragem-de-fundao-em-ato-virtual/>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2020.

MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Quem somos**. s.d. Disponível em: <<https://mab.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, v. 4, n. 1, p. 54, 2010. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/12420>>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

MYERS, Mary. ‘Women and children first’ Introducing a gender strategy into disaster preparedness. **Gender & Development**, v. 2, n. 1, p. 14-16, 1994. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12287934/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

NEVES, Maila de Castro Lourenço das et al. PRISMMA: pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. **Belo Horizonte:**

**Corpus**, 2018. Disponível: <<https://www.medicina.ufmg.br/wp-content/uploads/sites/7/2018/04/Relatorio-Prismma-.pdf>>. Acesso em: 27 de abril de 2021.

OKTARI, Rina Suryani et al. Gender mainstreaming in a Disaster-Resilient Village Programme in Aceh Province, Indonesia: Towards disaster preparedness enhancement via an equal opportunity policy. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 52, p. 101974, 2021. Disponível em: <<https://resilience-inondations.net/ressources/item/gender-mainstreaming-in-a-disaster-resilient-village-programme-in-aceh-province-indonesia-towards-disaster-preparedness-enhancement-via-an-equal-opportunity-policy/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, Simone S.; PORTELLA, S.; KATONA, L. L. Interseccionalidade e rupturas dos modos de vida pelos rompimentos de barragem: reflexões a partir de uma mídia em aderência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2326>>. Acesso em: 26 de novembro de 2021.

PASSOS, Flora Lopes; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. (Des) territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. **Cadernos Metrôpole**, v. 19, n. 38, p. 269-297, 2017. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/desterritorios-da-mineracao-planejamento-territorial-partir-do-rompimento-em-mariana-mg/>>. Acesso: 08 de fevereiro de 2021.

PATIAS, Naiana Dapieve; BUAES, Caroline Stumpf. "Tem que ser uma escolha da mulher"! representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 300-306, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/Pkt7hm5DjrWrtk6KzqwgrYj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2021.

PAULILO, Maria. Ignez. et al. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio**. Agricultura e espaço rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 15-38, 2003. Disponível em: <<https://naf.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf>>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista brasileira de História**, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995. Disponível em: <[https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3770](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3770)>. Acesso em: 07 de outubro de 2019.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. SciELO-Editora. FIOCRUZ, 2007.

PRIOR, Lindsay. Using Documents in Social Research. In: SILVERMANN, David (org.). **Qualitative Research**. 4th ed. United Kingdom: SAGE, 2016. p. 171-185.

QUADROS, Leticia Severina de. **O rompimento da Barragem do Fundão: percepção socioambiental e análise da vulnerabilidade social da população de Bento Rodrigues-Mariana-MG**. Brasil. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/191188>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.

QUARANTELLI, Enrico Louis. **The importance of thinking of disasters as social phenomena**. Disaster Research Paper Preliminary Paper. Newark, DE: University of Delaware, n. 184. 1992.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 21-38, 2012.

RAMBOLL. **Reparação integral: Direito integral das comunidades atingidas**. Setembro de 2020. Disponível em: <[https://uploads-ssl.webflow.com/5f729684dc78e883b1b0a1cb/5f9c7c92b6bac448f39ccb96\\_RAMBOLL\\_Rep\\_aracao\\_Integral\\_Online\\_30.10.20.pdf](https://uploads-ssl.webflow.com/5f729684dc78e883b1b0a1cb/5f9c7c92b6bac448f39ccb96_RAMBOLL_Rep_aracao_Integral_Online_30.10.20.pdf)>. Acesso em: 06 de agosto de 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte (MG). Letramento: Justificando, 2017.

RICO, Rosa E. B.; MALDONADO, Tatiana R.; AVENDAÑO, T. R. **Mujer y Minería: Ámbitos de análisis e impactos de la minería en la vida de las mujeres Enfoque de derechos y perspectiva de género**. Encuentro Latinoamericano Mujer y Minería. p.1-32. 2011. Disponível em: <[http://desterresminees.pasc.ca/wp-content/uploads/2015/11/Bermudez-Rico-et-al-2011-Mujer\\_y\\_Mineria.pdf](http://desterresminees.pasc.ca/wp-content/uploads/2015/11/Bermudez-Rico-et-al-2011-Mujer_y_Mineria.pdf)>. Acesso em: 19 de outubro de 2021.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rocco, 1994.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 23, n. supl 1, 1993. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/1993/SUP6-0193.pdf>>. Acesso: 25 de setembro de 2020.

SALDAÑA, Johnny. **The coding manual for qualitative researches**. SAGE Publications, 2009.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 437-443, 2007. Disponível: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2007000200010>>. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

SANTOS, Teresa Cristina Bruel. **A Construção Da Mulher Na Mídia**. 2019. Disponível em: <<https://pedrinhoguareschi.com.br/site/wp-content/uploads/2019/01/50aconstrucaodamulhernamidia12166.pdf>> Acesso em: 25 de novembro de 2021.

SCABIN, Flávia Silva et al. **A situação das mulheres atingidas pelo desastre do Rio Doce a partir dos dados da ouvidoria da Fundação Renova**. FGV, 2019. Disponível em: <[http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv\\_a-situacao-das-mulheres-atingidas-pelo-desastre-do-rio-doce-a-partir-dos-dados-da-ouvidoria-da-fundacao-renova](http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_a-situacao-das-mulheres-atingidas-pelo-desastre-do-rio-doce-a-partir-dos-dados-da-ouvidoria-da-fundacao-renova)>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

SCHWOEBEL, Mary Hope; MENON, Geeta. Mainstreaming gender in disaster management support project. **Washington, DC: Center for Development and Population Activities**, 2004. Disponível em: <[http://www.gdnonline.org/resources/DMS%20Report\\_WID%20India\\_6%2007%2004.pdf](http://www.gdnonline.org/resources/DMS%20Report_WID%20India_6%2007%2004.pdf)>. Acesso em: 01 de novembro de 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2021.

SILVA, Nathália Thaís Cosmo da; PALEO, Urbano Fra; NETO, José Ambrósio Ferreira. Conflicting Discourses on Wildfire Risk and the Role of Local Media in the Amazonian and Temperate Forests. **International Journal of Disaster Risk Science**, v. 10, n. 4, p. 529-543, 2019. Disponível em: <<https://www.x-mol.com/paper/1225080867976167424?recommendPaper=5874206>>. Acesso em: 24 de novembro de 2021.

SILVA, Nathália Thaís Cosmo da; PEREIRA, Luiz Ismael; BAIERO, Murilo Sena. **Construção participativa de propostas de atualização do marco regulatório cooperativista**. 1ª ed. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. Disponível em: <<https://www.gco.ufv.br/wp-content/uploads/2021/07/EEbookFinalconstr-particip-marco-regulat-coope-ebook-20210727.pdf>>. Acesso em: 07 de novembro de 2021.

SILVA, Tarcisio Augusto Alves. Injustiça ambiental, meio ambiente e vulnerabilidade: problematizando a construção social da desterritorialização de comunidades pobres, étnicas e negras. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 10, n. 1, p. 145-165, 2017. Disponível em: <<http://177.129.73.3/index.php/rama/article/view/4229>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

SILVA, Tirza Almeida et al. Movimento LGBT, políticas públicas e saúde. **Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação**, v. 21, n. 1, Jan-Jun, p. 191-208, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/amazonica/article/view/4715>>. Acesso em: 17 de maio de 2021.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?**. Sage, 2002.

SOUSA, Filipe Fernandes de et al. O papel da comunicação de risco na construção da governança territorial: uma análise a partir do território São Mateus, Minas Gerais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 4, p. 119-132, 2019. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4846>>. Acesso em: 14 de novembro de 2021.

SOUZA, Marilza Terezinha Soares de. **Resiliência e desastres naturais**. Ciência e Cultura, v. 63, p. 4-5, 2011. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252011000300002&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252011000300002&script=sci_arttext&tlng=en)>. Acesso em: 01 de dezembro de 2021.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?**. Sage, 2002.

STEINBRENNER, Rosane Albino, et. al. Desastre da mineração em Barcarena, Pará e cobertura midiática: diferenças de duração e direcionamentos de escuta. **Reciis**, v. 14, n. 2, p. 307-328, 2020. Disponível: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2063>>. Acesso em: 18 de março de 2021.

SULAIMAN, S. N. Ação e reflexão Educar para uma cultura preventiva. In: **Melhor prevenir: Olhares e saberes para a redução de risco de desastre** [recurso eletrônico]. Organizadores: Samia Nascimento Sulaiman e Pedro Roberto Jacobi – São Paulo: IEE-USP, 2018. Disponível em: <[http://www.iee.usp.br/sites/default/files/anexospublicacao/publicacao-MelhorPrevenir\\_ebook2.pdf](http://www.iee.usp.br/sites/default/files/anexospublicacao/publicacao-MelhorPrevenir_ebook2.pdf)>. Acesso em: 17 de setembro de 2021.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Osal**, v. 13, n. 32, p. 15-38, 2012. Disponível em: <http://maristellasvampa.net/archivos/ensayo59.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

SWANSON, Burton E.; RAJALAHTI, Riikka. **Strengthening agricultural extension and advisory systems. Agriculture and Rural Development Discussion Paper**. Nº 45. World Bank, Washington, 2010. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/23993>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

TELLES, Vera da Silva. Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987. Disponível em: [http://www.cedec.org.br/files\\_pdf/Umarevolucaonocotidiano.pdf](http://www.cedec.org.br/files_pdf/Umarevolucaonocotidiano.pdf). Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

TERMO DE TRANSAÇÃO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TTAC. Acordo extrajudicial entre a Samarco, **Vale/BHP e os Governos de Minas Gerais e do Espírito Santo**. 2016. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2021.

TRONTO, Joan; MAURY, Hervé. Un monde vulnérable. Pour une politique du "care". **Lectures, Les rééditions**, 2009. Disponível em: [https://www.revue-projet.com/prod/file/ceras/projet\\_article/generated\\_pdf/un-monde-vulnerable-pour-une-politique-du-care.pdf](https://www.revue-projet.com/prod/file/ceras/projet_article/generated_pdf/un-monde-vulnerable-pour-une-politique-du-care.pdf). Acesso em: 22 de outubro de 2021.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNISDR). **Como Construir Cidades Mais Resilientes. Um Guia Para Gestores Públicos Locais**. Genebra, 2012. Disponível em: [https://www.unisdr.org/files/26462\\_guiagestorespublicosweb.pdf](https://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf). Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

VIEIRA, Diovana Renoldi. Diálogos de um desastre: discursos e lógicas de poder no processo de reparação dos danos gerados pelo rompimento da barragem da Samarco. **Anais do Seminário de Ciências Sociais**, v. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/21717>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2021.

VORMITTAG, EMPAA et al. Avaliação dos riscos em saúde da população de Barra Longa/MG afetada pelo desastre. **Instituto Saúde e Sustentabilidade**, 2017. Disponível em: [https://www.saudeesustentabilidade.org.br/wp-content/uploads/2017/04/RELAT%C3%93RIO\\_GREENPEACE\\_18.04.17\\_FINAL.pdf](https://www.saudeesustentabilidade.org.br/wp-content/uploads/2017/04/RELAT%C3%93RIO_GREENPEACE_18.04.17_FINAL.pdf). Acesso em: 21 de abril de 2021.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Índícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica. **Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, 2015.

WANDERLEY, Luiz Jardim et al. Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socio ambientais. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 30-35, 2016. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

WANG, Cuiyan et al. Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. **International journal of environmental research and public health**, v.

17, n. 5, p. 1729, 2020. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32155789/>>. Acesso em: 07 de junho de 2021.

WISNER, Ben.; BLAIKIE, Piers.; CANNON, Terry. & DAVIS, Ian. **At risk: Natural hazards, people's vulnerability, and disaster**. 2ª ed., Routledge. Londres, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID - 19-11 March 2020**. Geneva: WHO; 2020 Disponível em: <<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em: 07 de junho de 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Gender and health in disasters**. World Health Organization, 2002. Disponível em: <http://lib.riskreductionafrica.org/bitstream/handle/123456789/988/6020%20-%20Gender%20and%20health%20in%20disasters.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

XAVIER, Elvis Moreira. A Família do desastre da Samarco: Representações e lutas no contexto das ações da Fundação Renova entre os povos indígenas Tupinikim em Aracruz-ES. **Anais do Seminário de Ciências Sociais**, v. 3, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/21720>>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

YUTHAS, Kristi; ROGERS, Rodney; DILLARD, Jesse F. Communicative action and corporate annual reports. **Journal of Business Ethics**, v. 41, n. 1-2, p. 141-157, 2002. Disponível: < <https://www.jstor.org/stable/25074912>>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

ZUIM, Larissa. **Discurso e empoderamento: as Mulheres do MAB-RO por uma nova construção social**. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Rondônia. p. 1-11, 2018. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/norte2018/resumos/R59-0055-1.pdf>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2021.

## ANEXOS

### ANEXO A. Notícias do jornal Estado de Minas analisadas para a construção do capítulo um

Nº	Título da matéria	Data
1	Tragédia em Bento Rodrigues: Barragem de rejeitos se rompe em mineradora	05/11/2015
2	Rompimento de barragens em Mariana: imagens da destruição em Minas	06/11/2015
3	Tragédia em Mariana: resgate de sobreviventes em Bento Rodrigues	06/11/2015
4	"Vi minha casa coberta de lama": sobreviventes de tragédia em Mariana relatam cenário de horror	06/11/2015
5	Desastre em imagens: fotógrafos registram a dor e angustia em Mariana	08/11/2015

6	Relatos de vítimas do desastre em Mariana comovem identificadora da Polícia Civil	13/11/2015
7	Conheça a história dos pequenos Thiago e Emilly vítimas da tragédia de Mariana	15/11/2015
8	Governo de Minas decreta situação de emergência na Região do Rio Doce	17/11/2015
9	“Não é o caso de pedir desculpas, mas de verificar o que ocorreu”, diz diretor da Samarco	17/11/2015
10	Quase duas semanas depois, moradores de Barra Longa sofrem com lama da Samarco	18/11/2015
11	Apesar de não atingidas, casas ficam isoladas em Ponte do Gama e região vira área de risco	22/11/2015
12	Samarco contratou plano de emergência contra desastres, mas nunca pôs em prática	24/11/2015
13	Dependente da indústria extrativista, Estado de Minas Gerais está dividido	25/11/2015
14	Onda de lama avança e interdida praias no litoral do Espírito Santo	25/11/2015
15	“Barragem de Fundão não podia receber mais rejeitos da mina da Vale”, diz Semad	11/12/2015
16	Fim de 2015 está longe de encerrar desdobramentos da tragédia de Mariana	27/12/2015
17	Bento Rodrigues quase dois meses após a tragédia	03/01/2016
18	Moradores de Mariana temem desemprego depois do rompimento de barragem	31/01/2016
19	Resistência da Samarco a obras compensatórias atrasa acordo	18/02/2016
20	Integrantes do MST protestam no complexo da Vale em Catas Altas	08/03/2016
21	Encontro do corpo de 18ª vítima do desastre em Mariana mistura alívio e tristeza para família	10/03/2016
22	Moradores de Camargos são esquecidos depois de tragédia ambiental	02/05/2016
23	Ribeirinhos ao longo do Rio Doce ainda sofrem efeitos da lama	16/05/2016
24	Rompimento de barragem piorou situação da mata ciliar em todo o Rio Doce	06/06/2016
25	Samarco admite falha na barragem que causou tragédia em Mariana	30/08/2016
26	MPF denuncia 21 integrantes da cúpula da Samarco por homicídio qualificado	20/10/2016
27	Vale reage a denúncia sobre Mariana e diz que agirá para comprovar inocência	20/10/2016
28	Ela sonha com Bento e acorda em Mariana	30/10/2016
29	Antigos moradores vão voltar a Bento Rodrigues para homenagear seus mortos	01/11/2016
30	ONU diz que ações para solucionar impactos da tragédia de Mariana são insuficientes	04/11/2016
31	Tragédia em Mariana completa um ano em meio a reclamações	05/11/2016
32	Ibama diz que Samarco não cumpriu prazo de limpeza da barragem de Candonga	16/02/2017

33	Agricultores amargam o efeito da lama mesmo depois de 17 meses da tragédia de Mariana	04/04/2017
34	Águas subterrâneas do Rio Doce também estão contaminadas, diz estudo	15/04/2017
35	Nascente soterrada pela lama da Samarco teima em resistir no local; veja vídeo	01/05/2017
36	Prefeitura de Mariana vê nova mineradora como saída para melhorar finanças	30/10/2017
37	Empresa quer explorar ouro em área devastada pela tragédia de Mariana	30/10/2017
38	Indenização para todas as vítimas da tragédia de Mariana ainda é missão difícil	31/10/2017
39	MP sinaliza acordo para reparar danos e indenizações dos atingidos pelo desastre da Samarco	18/10/2017
40	Força-tarefa apura denúncia de descumprimento de acordo da Samarco	25/11/2017
41	Minas tem 50 barragens sem garantia de estabilidade, diz governo: veja lista	07/01/2018
42	Dois anos depois do desastre de Mariana, garimpo e pasto destroem contenções de lama nos rios	14/01/2018
43	Promotores proíbem FGV de medir danos causados pela tragédia de Mariana pela Samarco	26/01/2018
44	Qual a relação do surto de febre amarela com o desastre de Mariana?	28/01/2018
45	Autoridades dão ultimato aos culpados pela tragédia de Mariana: veja detalhes	06/04/2018
46	Valor divergentes: EM tem acesso à planilha de indenizações de vítimas da tragédia de Mariana	0/04/2018
47	Estudos revelam prevalência de depressão entre atingidos pela tragédia de Mariana	13/04/2018
48	Sem licença ambiental, início das obras do novo Bento Rodrigues continua incerto	12/05/2018
49	Igreja que resistiu ao desastre de Mariana é tombada	19/09/2018
50	Medo de prescrição de ações de Mariana chega a Juizados Especiais	27/09/2018
51	Três anos depois do rompimento da barragem de Fundão, o pesadelo continua	04/11/2018
52	Natureza luta para ressurgir da lama três anos após a tragédia de Mariana	05/11/2018
53	Ação no Reino Unido pela tragédia de Mariana tem 240 mil adesões	06/11/2018
54	Oito municípios acionam a justiça para receber indenizações da Renova por Mariana	13/12/2018
55	Justiça decide contra pressão e manda Renova quitar débito com Valadares	18/12/2018
56	Mariana, 3 anos e meio depois: nenhuma casa pronta no Novo Bento	05/05/2019
57	Mãe e mulher de vítima de tragédia em Mariana receberão R\$ 2,15 milhões em indenização	18/06/2019
58	Novo Bento: Por que vítimas da tragédia de Mariana reclama da “terra prometida”	07/09/2019
59	Tragédia de Mariana: moradores temem perder “velho Bento” antes de ocupar o novo	14/09/2019

60	Consequências para a saúde mental dos afetados por rompimento de barragens	06/10/2019
61	Famílias atingidas planejam como serão suas vidas em reassentamentos	30/10/2019
62	Quatro anos após o desastre de Mariana, cidades fantasmas emergem da lama	02/11/2019
63	Mariana: 4 anos após a tragédia, metade dos atingidos está em área de risco, diz MP	03/11/2019
64	O impossível em 1ª pessoa: capitão relata horas mais críticas da tragédia de Mariana	04/11/2019
65	Tragédia de Mariana: MP de Minas propôs 23 ações e negociou indenização de 1,9 mi por mortes	05/11/2019
66	Mariana: 4 anos após tragédia, cidade está entre as 10 mais ameaçadas por barragens	05/11/2019
67	Manifestantes fecham vias e pedem justiça por atingidos da barragem do Fundão	05/11/2019
68	Tragédia de Mariana: após quatro anos, Novo Bento ainda não saiu do papel, mas já dobrou de preço	06/11/2019
69	Tragédia de Mariana: trinca em dique gera um dos maiores atrasos na recuperação	07/11/2019
70	Atingidos de Mariana denunciam Fundação Renova por racismo e assédio moral	21/11/2019
71	Tragédia de Mariana: auxílio para afetados acaba em plena pandemia	08/07/2020
72	Justiça Federal determina que Fundação Renova mantenha auxílios de atingidos por barragens	15/07/2020
73	Incertezas de atingidos pelo rompimento de Fundão multiplicam na pandemia	03/08/2020
74	Sobreviventes de novo: a mais nova tragédia dos atingidos de Mariana	20/09/2020
75	COVID-19 atrasa reassentamento de vítimas de barragem da Samarco	23/10/2020
76	Fundação Renova fecha 8 acordos na justiça de MG para reassentamento de famílias	26/10/2020
77	Rompimento de barragem de Mariana completa cinco anos de pesadelos	01/11/2020
78	Mariana, 5 anos depois: vítimas de barragens ainda sofrem com doenças	02/11/2020
79	Mariana, 5 anos: mulheres sofrem as piores consequências da tragédia	03/11/2020
80	Cinco anos depois, vítimas de Mariana esperam por uma casa	05/11/2020
81	De surf na lama a bloqueio na BR-381, atingidos de Mariana cobram justiça	
82	95% insatisfeitos com 5 anos de reparação após rompimento de barragem	05/11/2020
83	Justiça britânica nega julgar ação coletiva contra BHP por desastre em Mariana	09/11/2020
84	Samarco retoma atividades de em Mariana 5 anos após rompimento da barragem	25/12/2020

Fonte: Elaborado pela autora.

## **ANEXO B. Relatórios de atividades da Fundação Renova utilizados para o capítulo dois**

<b>RELATÓRIO DE ATIVIDADE (MÊS/ANO)</b>	<b>LINK DE ACESSO</b>
---	-----------------------

<b>2016</b>	
Abril/2016	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Abr.16.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Abr.16.pdf</a>
Mai/2016	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Mai.16.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Mai.16.pdf</a>
Junho/2016	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Jun.16.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Jun.16.pdf</a>
Julho/2016	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Jul.16.zip">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Jul.16.zip</a>
Agosto/2016	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Ago.16.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Ago.16.pdf</a>
Setembro/2016	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Set.16.zip">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/10/Relatorio-Comite-Interfederativo-Set.16.zip</a>
Outubro/2016	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/11/Relatorio-Comite-Interfederativo-Out.16.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/11/Relatorio-Comite-Interfederativo-Out.16.pdf</a>
Novembro/2016	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/12/relatorio-comite-interfederativo-nov-16.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/12/relatorio-comite-interfederativo-nov-16.pdf</a>
Dezembro/2016	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/01/relatorio-comite-interfederativo_dez.16.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/01/relatorio-comite-interfederativo_dez.16.pdf</a>
<b>2017</b>	
Janeiro/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/02/relatorio-comite-interfederativo-CIF-jan17.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/02/relatorio-comite-interfederativo-CIF-jan17.pdf</a>
Fevereiro/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-comite-interfederativo-CIF-fev17.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-comite-interfederativo-CIF-fev17.pdf</a>
Março/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/20170417_Relatorio-Mensal-CIF.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/20170417_Relatorio-Mensal-CIF.pdf</a>
Abril/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/05/20170517_Relatorio-Mensal-CIF.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/05/20170517_Relatorio-Mensal-CIF.pdf</a>
Mai/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/06/Relatorio-CIF-Maio-17-Versao-Final.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/06/Relatorio-CIF-Maio-17-Versao-Final.pdf</a>
Junho/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/07/Relatorio-Atividades_Junho-17.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/07/Relatorio-Atividades_Junho-17.pdf</a>
Julho/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/08/Relatorio-Mensal-de-Atividades_Julho.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/08/Relatorio-Mensal-de-Atividades_Julho.pdf</a>
Agosto/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/09/relatorio-mensal-de-atividades_agosto.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/09/relatorio-mensal-de-atividades_agosto.pdf</a>
Setembro/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/10/relatorio-mensal-de-atividades_setembro.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/10/relatorio-mensal-de-atividades_setembro.pdf</a>

Outubro/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/11/relatorio-mensal-de-atividades_outubro.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/11/relatorio-mensal-de-atividades_outubro.pdf</a>
Novembro/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/12/relatorio-mensal-de-atividades_novembro_v02.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/12/relatorio-mensal-de-atividades_novembro_v02.pdf</a>
Dezembro/2017	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/01/Relatorio-Mensal-de-Atividades_dezembro_v02.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/01/Relatorio-Mensal-de-Atividades_dezembro_v02.pdf</a>
<b>2018</b>	
Janeiro/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/02/Relatorio-Mensal-de-Atividades_janeiro_v01.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/02/Relatorio-Mensal-de-Atividades_janeiro_v01.pdf</a>
Fevereiro/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio-Mensal-de-Atividades_fev18.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/03/Relatorio-Mensal-de-Atividades_fev18.pdf</a>
Março/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/04/relatorio_mensal-de-atividades_mar18.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/04/relatorio_mensal-de-atividades_mar18.pdf</a>
Abril/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/05/Relatorio_Mensal-de-Atividades_abr18r1.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/05/Relatorio_Mensal-de-Atividades_abr18r1.pdf</a>
Mai/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio_Mensal-de-Atividades_MAIO-18.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/06/Relatorio_Mensal-de-Atividades_MAIO-18.pdf</a>
Junho/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/07/2018_06_Relatorio-Mensal-de-Atividades_r0-2.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/07/2018_06_Relatorio-Mensal-de-Atividades_r0-2.pdf</a>
Julho/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/08/Relatorio_Mensal_de_Atividades_JULHO-18.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/08/Relatorio_Mensal_de_Atividades_JULHO-18.pdf</a>
Agosto/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio_CIF_Agosto.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio_CIF_Agosto.pdf</a>
Setembro/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/10/2018_09_Relatorio-Mensal-de-Atividades_r0.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/10/2018_09_Relatorio-Mensal-de-Atividades_r0.pdf</a>
Outubro/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/11/201810RelatorioMensaldeAtividades.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/11/201810RelatorioMensaldeAtividades.pdf</a>
Novembro/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/12/cifnovembro.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2018/12/cifnovembro.pdf</a>
Dezembro/2018	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/01/RenovaAnual-1.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/01/RenovaAnual-1.pdf</a>
<b>2019</b>	
Janeiro/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/02/2019_01_Relatorio-Mensal-de-Atividades.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/02/2019_01_Relatorio-Mensal-de-Atividades.pdf</a>
Fevereiro/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/04/2019_02_Relatorio-Mensal-de-Atividades.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/04/2019_02_Relatorio-Mensal-de-Atividades.pdf</a>
Março/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/04/CIF_Marco2019.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/04/CIF_Marco2019.pdf</a>
Abril/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/05/CIF_Abril2019.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/05/CIF_Abril2019.pdf</a>

Maio/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/06/PMO-RLD-001-05-CIF-maio_190614.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/06/PMO-RLD-001-05-CIF-maio_190614.pdf</a>
Junho/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/07/CIF_JUNHO-19.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/07/CIF_JUNHO-19.pdf</a>
Julho/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/08/CIF-JULHO-19.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/08/CIF-JULHO-19.pdf</a>
Agosto/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/09/CIF-AGOSTO-19.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/09/CIF-AGOSTO-19.pdf</a>
Setembro/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/10/CIF-SETEMBRO-19.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/10/CIF-SETEMBRO-19.pdf</a>
Outubro/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/11/CIF-OUTUBRO-19.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/11/CIF-OUTUBRO-19.pdf</a>
Novembro/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/12/RelatorioNovembro.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2019/12/RelatorioNovembro.pdf</a>
Dezembro/2019	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/01/PMORLD01200CIFAnual_200117.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/01/PMORLD01200CIFAnual_200117.pdf</a>
<b>2020</b>	
Janeiro/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/02/Relatorio-Mensal-de-Atividades-FEVEREIRO-20-ref-JANEIRO-20.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/02/Relatorio-Mensal-de-Atividades-FEVEREIRO-20-ref-JANEIRO-20.pdf</a>
Fevereiro/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/03/RelatorioMensaldeAtividadesMARcO20refFEVEREIRO20.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/03/RelatorioMensaldeAtividadesMARcO20refFEVEREIRO20.pdf</a>
Março/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/04/RelatorioMensaldeAtividadesABRI20refMARcO20.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/04/RelatorioMensaldeAtividadesABRI20refMARcO20.pdf</a>
Abril/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/05/RelatorioMensaldeAtividadesMAIO20refABRIL20.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/05/RelatorioMensaldeAtividadesMAIO20refABRIL20.pdf</a>
Maio/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/06/RelatorioMensaldeAtividadesJUNHO20refMAIO20.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/06/RelatorioMensaldeAtividadesJUNHO20refMAIO20.pdf</a>
Junho/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/07/RelatorioMensaldeAtividadesJULHO20refJUNHO20.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/07/RelatorioMensaldeAtividadesJULHO20refJUNHO20.pdf</a>
Julho/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/08/RelatorioMensaldeAtividadesAGOSTO20refJULHO20.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/08/RelatorioMensaldeAtividadesAGOSTO20refJULHO20.pdf</a>
Agosto/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/09/RelatorioMensaldeAtividadesSETEMBRO20refAGOSTO20.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/09/RelatorioMensaldeAtividadesSETEMBRO20refAGOSTO20.pdf</a>
Setembro/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/10/Relatorio-Mensal-de-Atividades-OUTUBRO-20-ref.-SETEMBRO-20.pdf.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/10/Relatorio-Mensal-de-Atividades-OUTUBRO-20-ref.-SETEMBRO-20.pdf.pdf</a>
Outubro/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/11/Relatorio-Mensal-de-Atividades-NOVEMBRO-20-ref.OUTUBRO-20.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/11/Relatorio-Mensal-de-Atividades-NOVEMBRO-20-ref.OUTUBRO-20.pdf</a>
Novembro/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/12/relatorio-mensal-de-atividades-dezembro-20-ref.novembro-20.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2020/12/relatorio-mensal-de-atividades-dezembro-20-ref.novembro-20.pdf</a>
Dezembro/2020	<a href="https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2021/01/Relatorio_Anuar_de_Atividades_2021ref.2020.pdf">https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2021/01/Relatorio_Anuar_de_Atividades_2021ref.2020.pdf</a>

Fonte: Elaborado pela autora

### **ANEXO C. Matérias publicadas pelo Movimento de Atingidos por Barragens utilizadas para o capítulo três**

Nº	Título da matéria	Data
1	A lama da Samarco (Vale/BHP) atinge a vida das mulheres	03/12/2015
2	Um minuto de silêncio por mariana em Paris	09/12//2015
3	Debate sobre barragens mostrou que somos todos atingidos	06/11/2015
4	Convergência pela terra e água	08/11/2015
5	Março é mês de luta do Movimento dos Atingidos por Barragens	04/03/2016
6	Mulheres se mobilizam em BH	07/03/2016
7	Atingidas por barragens se mobilizam em todo Brasil	08/03/2016
8	Atingidos por barragens ocupam linha férrea da Vale	08/03/2016
9	Jornada de luta mobiliza atingidas por barragens em todo país	12/03/2016
10	CPT lança campanha de 40 anos em Mariana-Mg	03/06/2016
11	O milagre	20/06/2016
12	Produção do documentário “Arpilleras: bordando a resistência” está na região de Mariana, Minas Gerais	31/07/2016
13	Reafirmar que foi crime, organizar as famílias e exigir os direitos	05/09/2016
14	“Antes eu vivia da pesca, hoje de ajuda da família”, denuncia atingido pela Samarco	05/09/2016
15	Movimentos do campo divulgam manifesto exigindo respeito aos direitos do povo	05/09/2016
16	MAB realiza agenda de atividades - Um ano de impunidade do crime da Samarco em Mariana (MG).	26/09/2016
17	Encontro em Mariana reúne 800 atingidos no aniversário do crime da Samarco	03/11/2016
18	Atingidos ocupam ferrovia da Vale Em Baixo Guandu (ES)	03/11/2016
19	Documento final da marcha e do encontro “Um ano de lama e luta”	10/11/2016
20	O povo, o lobo e o complexo de cordeiro	20/11/2016
21	Em BH, mulheres do campo e da cidade discutem desmonte da previdência	07/03/2016
22	Mulheres atingidas saem às ruas contra reforma da previdência	08/03/2016
23	No Rio De Janeiro, atingidas devolvem lama à Vale	08/03/2016
24	No RJ, manifestantes denunciam os crimes da Vale	08/03/2017
25	Comissão de direitos humanos avalia como crime rompimento de barragem em Minas Gerais	24/03/2017

26	Em MG, atingidos plantam feijão para o encontro nacional do MAB	27/03/2017
27	Contradições	02/04/2017
28	Pesquisadores, entidades e atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana (MG) repudiam tratamento dado às vítimas pela Samarco (Vale/BHP Billiton)	04/04/2017
29	Movimentos e organizações colaboram na construção de plano de trabalho da Comissão de Direitos Humanos da câmara	11/04/2017
30	MAB realiza encontro de mulheres atingidas por barragens, na Zona Da Mata mineira	09/05/2017
31	Mulheres atingidas debatem violações de direitos no crime da Samarco	10/08/2017
32	Contribua com a autonomia e a esperança dos atingidos na bacia do Rio Doce	11/08/2017
33	Em MG, audiência debate violações na vida das atingidas	15/08/2017
34	Em Pernambuco, exposição das Arpilleras denuncia violação de direitos no semiárido	06/09/2017
35	Ideias centrais do oitavo encontro nacional do MAB	05/10/2017
36	Arpilleras: filme, linhas e panos a serviço da resistência	06/10/2017
37	A câmera	11/10/2017
38	Levanto sem ter o que fazer e aonde ir, relata pescador atingido pela lama da Samarco	25/10/2017
39	Contra o crime que se renova, atingidos celebram com fé a luta pelos direitos	05/11/2017
40	Mariana: dois anos de lama, dois anos de luta	06/11/2017
41	“Sou mulher, sou atingida e a Samarco não vai me calar”.	08/11/2017
42	Atingidos denunciam Fundação Renova na Câmara Federal	24/11/2017
43	“Arpilleras” concorre em duas categorias no 44º Festival SESC Melhores Filmes	18/01/2018
44	Batucada em movimento	31/01/2018
45	Água e a vida das mulheres	27/02/2018
46	Após três anos do crime, atingidos pelo rompimento da barragem da Samarco realizam marcha de Mariana à Vitória	31/10/2018
47	Mulheres, resistência do Rio Doce	04/11/2018
48	Em meio à lama, e com muita luta, resiste uma pequena atingida	05/11/2018
49	Atingidas por barragem reúnem parcerias para somar na luta	05/11/2018
50	Rompimentos familiares, perda da autonomia financeira e sobrecarga emocional	05/11/2018
51	Atingidas denunciam ineficiência da Fundação Renova e exigem reparação	07/11/2018
52	De sanfona e parceria também se faz a luta em Ipatinga	08/11/2018
53	Bispo da diocese capixaba tornou pública quarta edição de manifesto “Pela vida do Rio Doce”	11/11/2018

54	Arpilleras costuram relatos de violação nas barragens	12/11/2018
55	3 anos de lama, 3 anos de luta: a marcha que marcou três anos de injustiça e descaso após o derramamento de rejeitos no Rio Doce	19/11/2018
56	Luta de atingidos de barra longa obriga Renova reconhecer garimpeiros e pescadores	21/11/2018
57	Movimento dos Atingidos Por Barragens denuncia novo crime da Vale	26/01/2019
58	“Uma empresa privada comete o crime, mas quem resgata é o sistema público”, afirma deputada de Minas Gerais	11/02/2019
59	Em socorro da santa	15/02/2019
60	Atingidas: da lama à luta!	21/02/2019
61	14 de março: dia internacional de luta contra as barragens, em defesa dos rios e da vida	13/03/2019
62	Em eventos na ONU, atingidos denunciam consequências sociais e ambientais do crime da Vale	13/03/2019
63	Após jornada de lutas, política de direitos dos atingidos caminha na ALMG	14/03/2019
64	No Rio De Janeiro, MAB participa de ações no dia mundial da água	22/03/2019
65	MAB é homenageado na Espanha pela luta em defesa dos direitos dos atingidos e do meio ambiente	18/05/2019
66	Violação de direitos das atingidas por barragens é tema de seminário das mulheres do MAB em Brasília	26/06/2019
67	Atingidos ocupam linha de trem da Vale no espírito santo	01/07/2019
68	“Lutamos em defesa da vida”: carta das atingidas por barragens e defensoras dos direitos humanos	01/07/2019
69	Jornada de lutas marca quatro anos do crime em Mariana e um ano em Brumadinho	02/09/2019
70	MAB realiza encontro de atingidas na região da bacia do Parnaíba	02/09/2019
71	Na 25ª edição, grito dos excluídos denuncia que “esse sistema não Vale”	03/09/2019
72	Lançamento da jornada de luta dos atingidos marca a união do campo popular pela soberania	05/09/2019
73	Lançamento da jornada de luta dos atingidos no Espírito Santo denuncia lentidão e impunidade	17/09/2019
74	Atingidos do ES recebem deputados federais para denunciar violações de direitos	10/10/2019
75	“A renova é uma grande agência de propaganda, uma empresa que foi criada para enrolar”, afirma membro da coordenação do MAB	14/10/2019
76	Mutirão de solidariedade constrói a primeira casa para atingidos em Barra Longa	16/10/2019

77	Como parte da jornada de lutas, atingidas realizam encontro de mulheres em MG	25/10/2019
78	Saúde é luta, afirmam mulheres atingidas	04/11/2019
79	Mariana 4 anos: entidades pedem condenação internacional do Brasil por rompimento de barragem	06/11/2019
80	Pós enchente, situação do Rio Doce em Colatina (ES) volta a preocupar moradores	03/02/2020
81	8M: atingidas em defesa da vida pelo Brasil	03/02/2020
82	Em Brasília, mulheres atingidas por barragens fazem exposição de Arpilleras no Congresso Nacional	03/03/2020
83	No dia 14 de março, atingidas e atingidos resistem em defesa da vida	10/03/2020
84	Está oficialmente aberta a exposição “Arpilleras: bordando a resistência”, no Congresso Nacional, em Brasília	11/03/2020
85	Em defesa da vida, MAB inicia jornada nacional de lutas dos atingidos por barragens	12/03/2020
86	Nota unificada: paralisar a mineração por nossas vidas!	02/04/2020
87	MAB e mais de 170 entidades assinam documento com solicitações urgentes a Zema (MG) nessa quarentena	03/04/2020
88	Seis principais direitos violados no Rio Doce	05/06/2020
89	As mulheres negras no contexto das barragens e da mineração	10/07/2020
90	Jornada de lutas marca cinco anos do rompimento da barragem em Mariana (MG)	05/10/2020
91	MAB lança jornada de lutas para denunciar 5 anos de injustiça com atingidos pelo crime em Mariana (MG)	05/10/2020
92	Mulheres denunciam violações cinco anos após rompimento da barragem de Fundão em ato virtual	01/11/2020
93	Como parte da jornada de luta, ato internacional denuncia casos de violações por empresas em outros países	03/11/2020
94	Injustiça na bacia do Rio Doce: 5 anos de não reparação aos atingidos; leia a nota do MAB	04/11/2020
95	Carta dos atingidos e atingidas para Vale, Samarco, BHP e sociedade brasileira	04/11/2020
96	Jornal do MAB: edição de dezembro 2020	12/12/2020
97	Retrospectiva   apesar de serem as mais impactadas com pandemia e desigualdade, mulheres fortalecem a resistência	21/12/2020
98	“O caminho até o desastre”: moradoras de cidades ameaçadas por rompimento de barragem, em MG, relatam a luta por direitos	29/01/2021

99	MAB comemora 30 anos de resistência e luta por projeto energético que sirva ao povo	16/03/2021
100	MAB pede ao CNJ e CNMP fim da quitação final no processo indenizatório no Rio Doce	10/05/2021
101	Atingidos pelo crime da Samarco (Vale\BHP) na bacia do Rio Doce exigem direito à voz no processo de reparação	24/05/2021
102	O racismo no cotidiano dos atingidos e das atingidas part. 1	24/05/2021
103	Organizações lançam observatório e cobram CNJ e STF direito à participação nos acordos sobre o crime da bacia do Rio Doce	16/06/2021
104	MAB se reúne com casa civil do governo do ES para discutir novos acordos de reparação do crime da bacia do Rio Doce	16/06/2021
105	A vale e seu racismo contra mulheres e crianças negras part. 2	05/07/2021
106	Carta ao movimento dos atingidos por barragens	09/08/2021
107	Nota   governadores de MG e ES defendem novo acordo para o crime da bacia do Rio Doce sem participação dos atingidos	26/08/2021
108	Assembleia legislativa do espírito santo realiza audiência sobre o Rio Doce	
109	MAB: trinta anos de lutas — compartilhando memórias	23/09/2021
110	Nota do MAB   Bacia Rio Doce: 6 anos depois, atingidos continuam em luta por justiça	04/11/2021

Fonte: Elaborado pela autora